

# ARCCG

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

## I Relatório

MUNICÍPIO DE OEIRAS

2  
0  
1  
4



### Índice

I.	Introdução	1
	Enquadramento Macroeconómico	1
	Contexto Municipal   Principais Resultados	3
	Alterações ao Quadro Legal	4
II.	Caraterização da Entidade	5
a.	<i>Estrutura Política</i>	5
	Camara Municipal Oeiras	7
b.	<i>Estrutura Orgânica</i>	8
c.	<i>Recursos Humanos</i>	10
III.	Relatório de atividades	11
	Presidência	11
	Gabinete de apoio às Freguesias	16
	Gabinete de Prospetiva, desenvolvimento Estratégico e Informação Geográfica	18
	Gabinete Contencioso e Apoio Jurídico	24
	Gabinete de Comunicação	30
	Departamento de Policia Municipal e Proteção Civil	37
	Departamento de Administração Geral e Finanças	42
	Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística	86
	Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana	90
	Departamento de Obras Municipais	95
	Departamento de Ambiente e Equipamento	106
	Departamento de Educação, Cultura e Promoção do Conhecimento	123
	Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social	131
IV.	Relatório Financeiro	137
	Análise dos Fluxos de Caixa	137
	Enquadramento Orçamental	138
	Execução Orçamental	141
	Receita	142
	Despesa	150
	Grandes Opções do Plano	156
	Alterações ao Orçamento	163

V. Situação Patrimonial	165
Análise do Balanço – Balanço Sintético	165
Indicadores econômico-financeiros	167
Demonstração de Resultados por Natureza	168
Proposta de Aplicação do Resultado Líquido	171
Apuramento da Dívida Total	172

## I. INTRODUÇÃO

### **NOTA PRÉVIA**

Em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 setembro, na redação dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificadas no n.º 2, do ponto 2 – Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro, que dele faz parte integrante, e submete-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2014, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município de Oeiras, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

São ainda apresentadas as declarações relativas aos compromissos anuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro de 2014, conforme estabelecido no artigo 15º da Lei n.º 98/2012 de 21 de Fevereiro.

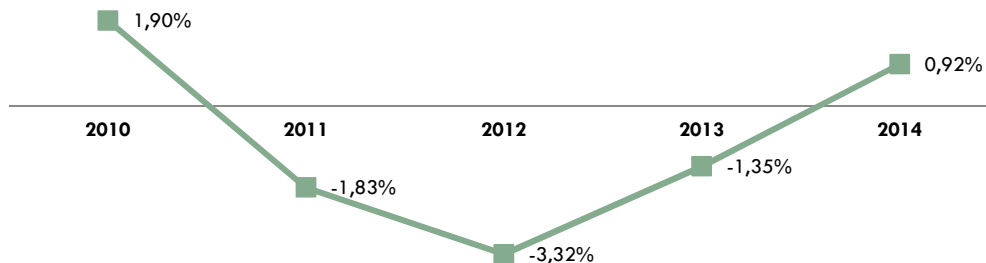
Com o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidadas passam a poder ser aprovados em momento diferente das contas individuais do Município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

### **Enquadramento Macroeconómico**

A evolução recente da economia portuguesa, insere-se num cenário de reduzido crescimento económico e num processo constante de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos.

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 4.º trimestre de 2014, o indicador de clima económico deteriorou-se, invertendo a tendência iniciada no final de 2012, ainda assim registou-se uma variação positiva de 0.92% face ao valor registado no ano anterior.

### Taxa de Variação do PIB Preços Constantes (Base: 2011)



Fonte: INE

O Índice de confiança dos consumidores atingiu em termos médios anuais, em 2014, o valor mais elevado desde 2012. No final de 2014, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu 13,3%, enquanto as colocações aumentaram 25%, face ao ano anterior.

O défice orçamental da Administração Pública em 2013 foi de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com a primeira notificação de 2015 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o que traduz uma melhoria comparativamente com o resultado verificado em 2013, ano em que o défice orçamental foi de 4,8% do PIB.

Os dados do INE indicam ainda que a economia portuguesa registou uma capacidade de financiamento da economia de 2,0% do PIB, comprovando a continuidade do ajustamento externo. Este resultado deve-se em grande medida à melhoria do saldo externo de bens e serviços, tendo as exportações aumentado 5,4% em termos nominais. É ainda de referir que o Rendimento Nacional Bruto aumentou 1% em termos nominais no ano passado.

No que respeita às famílias, a taxa de poupança diminuiu para 6,9% do rendimento disponível e a sua capacidade de financiamento caiu para 2,5% do PIB em 2014. Em contrapartida quanto à Administração Pública, a sua necessidade de financiamento diminuiu de 4.8% para 4.5% do PIB. Para este resultado contribuíram o aumento da receita fiscal, bem como a diminuição das despesas de capital.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Informação obtida em <http://www.portugal.gov.pt>

## Contexto Municipal | Principais Resultados

Apesar do contexto desfavorável verificado nos últimos anos, o Município de Oeiras apresenta resultados bastante positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro.

Em termos genéricos podemos destacar:

- i. O Município cumpre o Limite da Dívida Total, estabelecida no Art.º 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, apresentando uma margem de € 113.951.696,24.

	Valor apurado
Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos	132.241.632,49
Limite da dívida total 2014 (1,5 * média da receita corrente cobrada líquida dos últimos 3 anos)	198.362.448,74
Dívida total de operações orçamentais do Município (inclui empresas SEL)	<b>84.410.752,49</b>
	<b>113.951.696,24</b>

- ii. Uma taxa de execução da receita prevista no orçamento de 102,35 %, verificando-se o cumprimento do n.º 3 do art.º 56.º da lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

	Orçamento Inicial	Realização	% execução
<b>TOTAL RECEITA</b>	127.154.753,00	130.529.927,55	102,35 %

O acréscimo na execução da receita corrente de 7,60%, face a 2013, é justificado essencialmente pelo incremento verificado na arrecadação de impostos diretos, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis, vulgarmente designado IMT, que registou uma variação positiva de 184%, e pelos rendimentos de propriedade que observa uma taxa de execução de 154,36%, onde se constatou a regularização do valor dos dividendos do SIMAS referentes ao ano de 2012, no montante de €3.000.000,00.

- iii. As Despesas com o Pessoal registam uma quebra de 1% face ao valor executado em 2013, justificado pela redução de efetivos, por motivo de aposentação, mobilidade e licença sem vencimento de longa duração.
- iv. A redução da Dívida Total Municipal em 13 % face ao ano anterior.
- v. A manutenção de um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF), inferior a 90, designadamente 50 dias para o ano de 2014.
- vi. Na ótica patrimonial destaca-se um resultado líquido do exercício positivo, designadamente de €3.491.963,57.

### Alterações ao Quadro Legal

Os últimos anos foram marcados por alterações substanciais ao nível do quadro legal que regula o funcionamento das autarquias locais e das empresas municipais, das quais se destacam designadamente:

- Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.
- Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e que impõe no seu art.º 25.º a criação de mecanismos de adequação da estrutura orgânica Municipal.
- Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.
- Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, alterada pelo diploma retificação n.º 46º-B/2013 de 1 de novembro, e pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, que estabelece o Regime Financeiro das autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, diploma que introduz maiores restrições ao endividamento municipal, anuncia o fim do imposto Municipal sobre Transações onerosas, em regime gradual, com extinção em 2018, bem como a profundas alterações ao quadro orçamental



que doravante passa a ser plurianual, com novas regras, designadamente no âmbito do equilíbrio corrente.

- Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alterada pelos Diplomas de Retificação n.º 46-C/2013 de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.
- Lei n.º 10/2014 de 6 de março, que aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado através da Deliberação n.º 928/2014 de 15 de abril de 2014, que estabelece as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.

## II. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

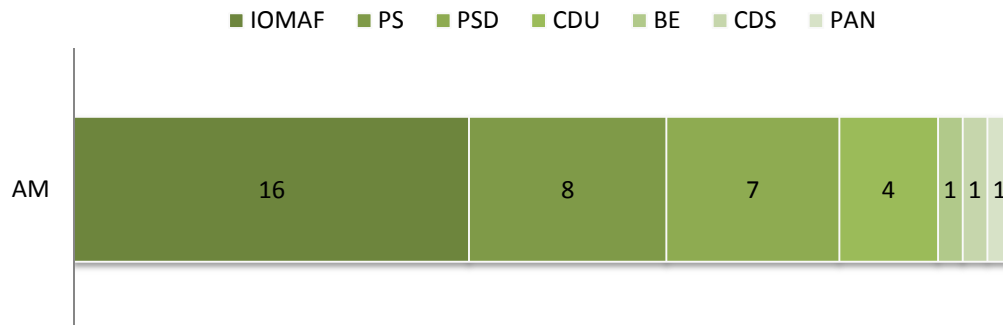
### A. *ESTRUTURA POLITICA*

Em conformidade com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alterada pelos Diplomas de Retificação n.º 46-C/2013 de 1 de novembro e Retificação n.º 50-A/2013 de 11 de novembro, que estabelece entre outras disposições, o regime jurídico das autarquias locais, determina que as Autarquias Locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas, designadamente:

- a) De consulta;
- b) De planeamento;
- c) De investimento;
- d) De gestão;
- e) De licenciamento e controlo prévio;
- f) De fiscalização.

Os órgãos representativos do Município são a assembleia municipal e a camara municipal, detendo cada um deles naturezas e competências específicas.

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL** detém natureza deliberativa, com competências de apreciação, fiscalização e de funcionamento. É composta por 43 deputados, dos quais 33 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do Município e 5 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Oeiras, verificando-se a seguinte distribuição:



**A CÂMARA MUNICIPAL** é o órgão executivo da Autarquia, detém competências materiais e de funcionamento, sendo constituída por 11 membros eleitos, aos quais compete, de acordo com o quadro de delegações legalmente estabelecido, definir as estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Em conformidade com o determinado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da Deliberação n.º 837/2013, de 22 de outubro, foram delegadas competências da Camara Municipal no seu Presidente.

O Despacho n.º 67/2013, de 23 de outubro, do Senhor Presidente da Camara, vem estabelecer a delegação e subdelegação de competências nos Senhores vereadores, definindo assim os respetivos pelouros, e que de seguida se apresentam:

## Camara Municipal Oeiras

MANDATO 2013-2017



**Presidente**  
Paulo Vistas

Planeamento e Gestão Urbanística  
Habitação  
Polícia Municipal

### Vereadores com pelouros atribuídos



**Vice-Presidente**  
Carlos Morgado

Finanças  
Património  
Contratação Pública  
Urbanismo - Atividades  
Económicas e Edificação  
Desporto  
Educação  
Prevenção de Ruído e  
Controlo de Poluição Sonora



**Vereadora**  
Maria Madalena Castro

Obras Municipais  
Trânsito e Transportes  
Espaços Verdes  
Iluminação Pública  
Controlo das Intervenções  
dos Concessionários de  
Serviços Públicos



**Vereador**  
Ricardo Barros

Administração  
Licenciamentos Diversos  
Recursos Humanos  
Tecnologias e Sistemas de  
Informação Sensibilização  
Ambiental  
Viaturas e Máquinas  
(Oficinas)  
Higiene Pública, Ambiente  
(Recolha de Resíduos  
Sólidos Urbanos) e  
Abastecimento  
Saúde Pública e bem-estar  
animal



**Vereadora**  
Marlene Rodrigues

Ação Social e Saúde  
Cultura



**Vereadora**  
Eduarda Godinho

Contraordenações e  
respetivas Notificações  
Proteção Civil  
Cemitérios  
Responsabilidade Social  
- Programa municipal  
"Oeiras Solidária"



**Vereador**  
Ângelo Pereira

Modernização  
Administrativa e  
Qualidade  
Turismo  
Juventude  
Emprego e  
Empreendedorismo

### Vereadores sem pelouros atribuídos



**Vereador**  
Alexandre Luz



**Vereador**  
Marcos de Sá  
Rodrigues



**Vereadora**  
Alexandra Moura



**Vereador**  
Daniel Branco

### *B. ESTRUTURA ORGÂNICA*

Em conformidade com o estabelecido pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, no decorrer do ano de 2014 procedeu-se à reavaliação da organização dos serviços municipais, tendo sido aprovada pela Assembleia Municipal de Oeiras a nova estrutura orgânica do Município, na sessão de 18 de março de 2014.

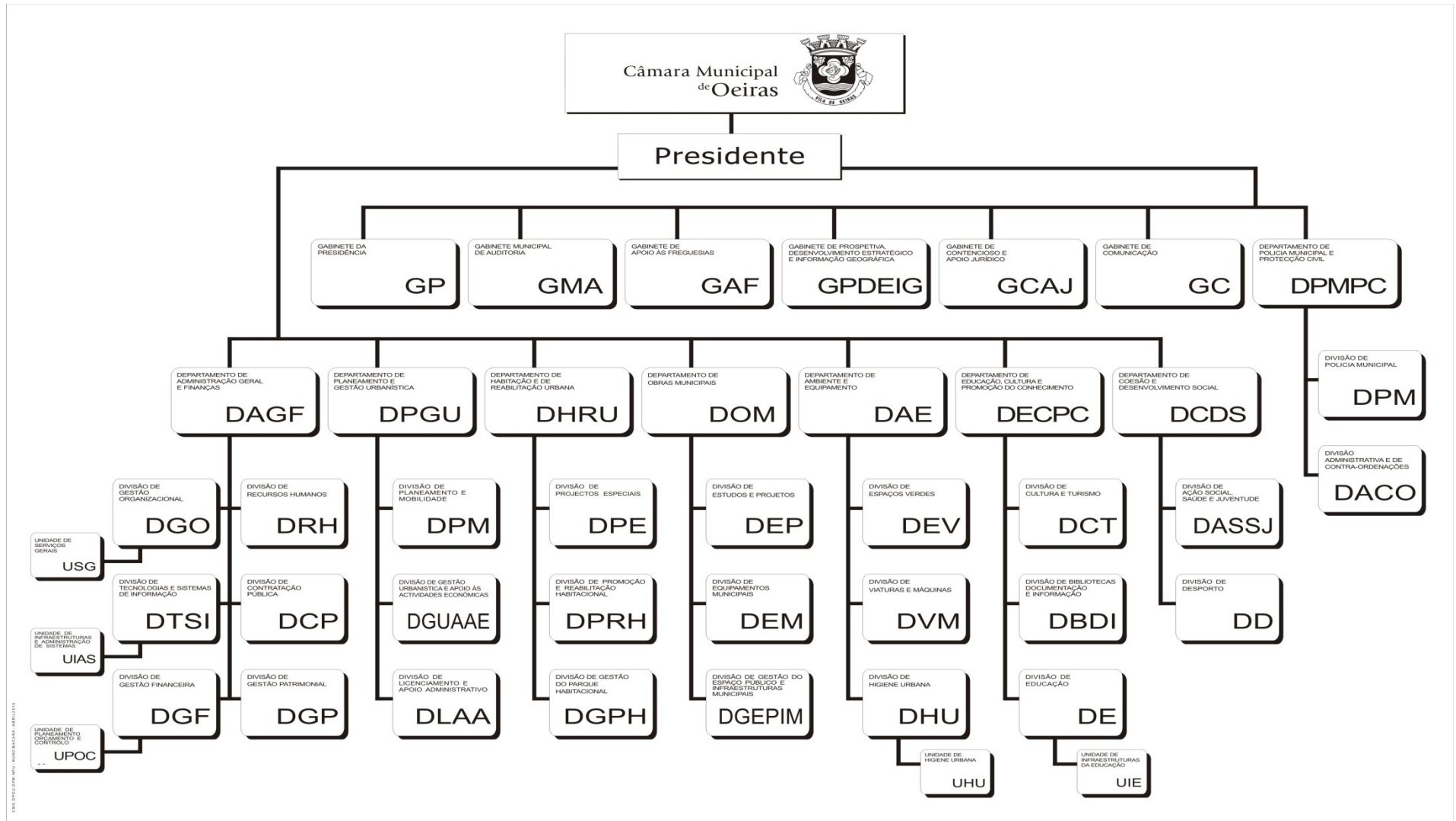
Um dos propósitos da referida Lei, para além da adaptação do estatuto de pessoal dirigente às especificidades da administração local autárquica; foi a consagração de regras e critérios para o provimento de dirigentes nas autarquias locais, de forma a alcançar o desiderato da redução de pessoal dirigente, no âmbito do no âmbito do “Programa de Assistência Económica e Financeira”, (abreviadamente identificado por “PAEF”).

Nesta senda, foram aplicados os critérios definidos pelos art.ºs 6.º a 9.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, tendo-se optado por manter o modelo hierárquico até à data em vigor no Município, que se define, genericamente, como sendo constituído por unidades orgânicas nucleares e flexíveis, sendo que as unidades orgânicas nucleares são compostas por departamentos e unidades orgânicas flexíveis são compostas por divisões e unidades.

A estrutura orgânica dos serviços do Município de Oeiras, em vigor a 31 de dezembro de 2014, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Oeiras, em reunião de 18 de março de 2014, ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mediante proposta do executivo municipal aprovada em reunião ordinária de 12 de fevereiro de 2014, e objeto de publicação no Diário da República, 2.ª série, N.º 69, de 8 de abril de 2014.

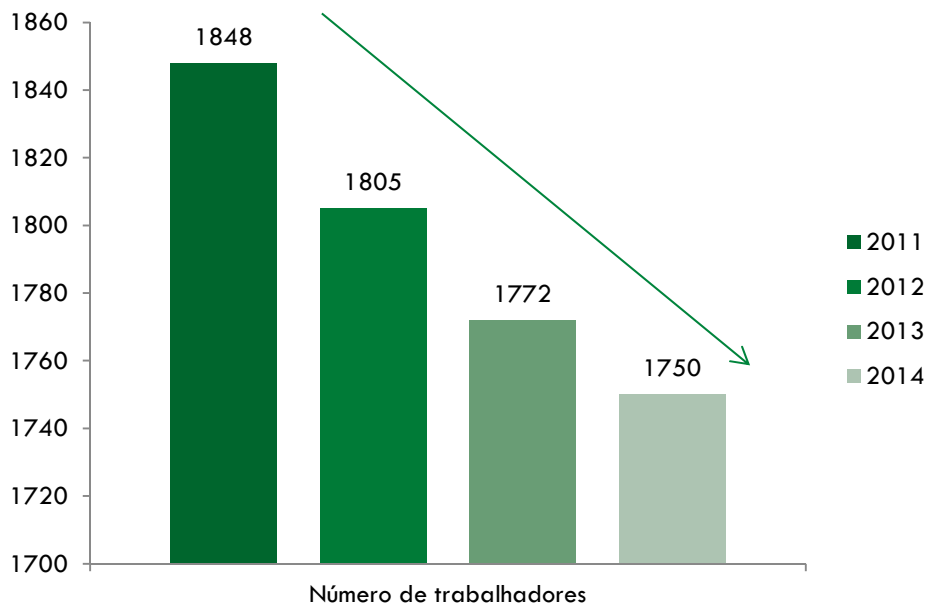
Atendendo a que a referida estrutura orgânica produziu efeitos apenas em meados de 2014, importa referir que a nível financeiro não foi possível efetuar a transposição das GOP e Orçamento, bem como das demais Demonstrações Financeiras, relativas ao ano de 2014, para a nova realidade, pelo que não é efetuada nesta sede a análise económica e financeira, atendendo à nova estrutura orgânica, sob pena de dar uma noção deturpada da realidade.

Nesta conformidade, a estrutura orgânica dos serviços do Município de Oeiras, em vigor a 31 de dezembro de 2014, detém a seguinte configuração:

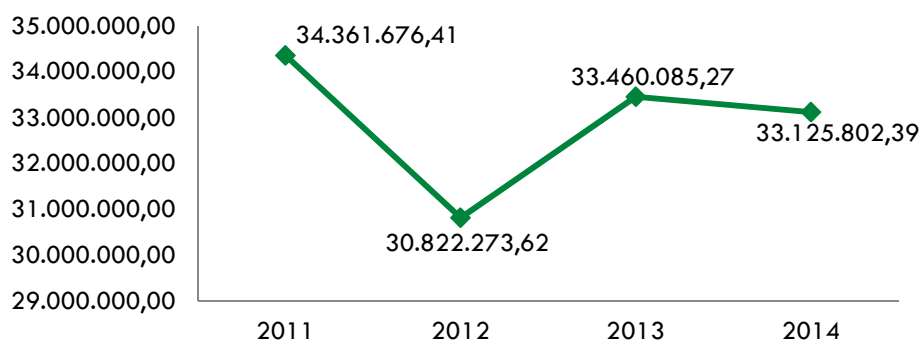


C. RECURSOS HUMANOS

O efetivo municipal mantém uma trajetória descendente, em consequência do forte controlo de novas admissões, e da exigência de redução de pessoal, imposta pela Lei Orçamento de Estado. Em 31 de dezembro de 2014 o número de colaboradores do Município de Oeiras fixava-se em 1750, registando um redução de 1,24% face ao ano anterior.



As despesas com o pessoal demonstram uma proporcionalidade direta face à evolução de efetivos, ressalva-se apenas o valor apresentado em 2012, por ser um ano atípico, justificado maioritariamente quer pelas reduções remuneratórias decorrentes da aplicação das disposições previstas na LOE para 2011, como pela suspensão gradual do subsídio de férias e Natal, aos trabalhadores que exercem funções públicas e que auferiam importâncias de remuneração base superiores a 600 €, imposto pela LOE para 2012.



### III. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

#### Presidência

O espaço reservado ao Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Oeiras no Relatório e Contas tem sido usado, ano após ano, para realizar a análise da situação política nacional (e internacional) e o enquadramento do Município de Oeiras nesse contexto.

O Orçamento do Município para 2014 teve o montante de 127.154.753,00€, o que se traduziu numa redução de 7,31% relativamente a 2013 (137.185.587,00€).

Com cerca de menos 10 milhões de euros que no ano 2013 (e menos 66.525.133,00 € em quatro anos, ou seja 34,35% – em 2010 o orçamento do Município era de 193.679.886,00), a Câmara Municipal de Oeiras optou por uma estratégia orçamental para 2014 assente na prossecução de uma política de rigor orçamental, tendo em vista aprofundar a consolidação do equilíbrio financeiro, resultante de apurada redução de despesa, concentrando a sua atenção em projetos estruturantes para a estratégia de desenvolvimento municipal e, ou, nas áreas sociais.

Atendendo às constantes reduções de verba do Município, em Oeiras poder-se-ia ter optado por aplicar cegamente a taxa máxima de IMI, o que aumentaria a receita municipal mas contribuiria igualmente para aumentar as dificuldades com que vivem muitas famílias. Entendeu-se não o fazer. Assim, o Município voltou a reduzir o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos prédios avaliados, respeitante ao ano de 2013 (a liquidar em 2014), para 0,340%. Tratou-se de uma redução de cerca de 3% face ao ano 2012, gerando poupança para as famílias. Deste modo, o Município de Oeiras vem continuando a pôr em prática a política de diminuição progressiva do IMI, apesar da diminuição das receitas municipais e das transferências do Estado. De facto, entre 2006 e 2013 verificou-se uma progressiva diminuição da taxa de IMI praticada, de 32%, tendo passado de 0,500% para 0,340%.

O orçamento de 2014 foi de combate, em prol da estabilidade social e pela manutenção do padrão de qualidade de vida mínimo a que todos têm direito, mantendo elevada a capacidade de intervenção nesta área.

Neste sentido, e num contexto de forte contenção orçamental, Oeiras continuou a apostar em programas sociais fundamentais como a comparticipação nas despesas com medicamentos, o Cartão 65+, o serviço

Oeiras Está Lá ou a Teleassistência; e mantém a dotação em rubricas tão importantes como o Fundo de Emergência Social.

Importa referir que, em Oeiras não se cede à tendência política da administração central, que se resume à austeridade, que afasta opções, que corta por cortar. Em Oeiras faz-se, sim, um exercício do realismo no contexto de complexidade económico-financeiro atual, não se descurando no conforto e na qualidade de vida dos cidadãos.

Ainda que seja um orçamento de forte contenção, tal não significa que se tenha abdicado de realizar investimentos necessários, obviamente que dentro do quadro de contração económica.

Refira-se também que existiu um cuidado especial no ajustamento do Orçamento ao contexto económico atual, traduzido na redução de cerca de 10 milhões de euros, dado que foram mantidos valores em todas as áreas de atividade municipal superiores aos executados nos anos anteriores, ou seja, apesar da redução verificada poderemos ter níveis de execução idênticos ao passado.

O trabalho desenvolvido no ano a que este documento diz respeito começou internamente. Em grande destaque no início do ano 2014, esteve a Reestruturação Orgânica, tendo sido aprovado o novo regulamento orgânico. De 59 para 42 unidades orgânicas, mas também uma eliminação das direções de primeiro nível (as Direções Municipais, outrora 6), aglutinando estas últimas em Direções de Departamento.

Procurando não ser demasiado fastidioso até porque em grande medida o grau de desenvolvimento atingido pelo Município de Oeiras faz com que hoje a sua atividade esteja em velocidade de cruzeiro, no sentido em que as grandes linhas estão há muito lançadas e os programas em curso, exceto em alguns casos, existem em continuidade diacrónica, iremos apenas expor a obra realizada durante o ano transato e os eventos de maior dimensão.

Começando esta nossa descrição pelas obras, em junho de 2014 ficou concluída a empreitada do Complexo Desportivo de Porto Salvo. Relativamente à Habitação Jovem, recorde-se que, em novembro de 2014, foi concluída a reabilitação do edifício da Rua Costa Pinto, n.º 196, em Paço de Arcos, totalizando 10 fogos (2 T0/ 6 T1 / 2 T2) mais 2 espaços comerciais. Em 2014, deu-se continuidade ao investimento na melhoria das condições das escolas, procedendo-se à remodelação de cozinhas e refeitórios, reformulação das instalações sanitárias e requalificação do espaço exterior, nomeadamente



obras em 6 escolas no verão de 2014 em Tercena, Queluz de Baixo, Oeiras, Paço de Arcos e Carnaxide, representando um investimento de quase 1 milhão de euros.

Construído num terreno cedido pelo Município de Oeiras em regime de direito de superfície a favor da Fundação D. Belchior Carneiro, foi inaugurado no dia 24 de junho, em Barcarena, o lar de idosos da Fundação D. Belchior Carneiro. Dotado dos serviços essenciais à satisfação das necessidades dos residentes, garantindo maior qualidade de vida e bem-estar, o equipamento tem capacidade para 40 utentes, dispondo de 12 quartos individuais e 14 quartos duplos. O apetrechamento de dois quartos foi assegurado com financiamento municipal no valor de 7.931,62€. Uma nota também para a inauguração da nova sede em Portugal da farmacêutica Novartis, em fevereiro, na praça central do Taguspark, um edifício que permitiu reunir os 320 trabalhadores de todas as divisões que compõem o grupo. Esta obra teve um custo de 14 milhões de euros que, apesar de ter origem privada, significa uma importante entrada em Oeiras de um dos líderes mundiais do sector farmacêutico. No início de abril iniciou-se a obra de construção do Centro de saúde de Carnaxide – Extensão de Algés, com o valor de 3.399.997,92€, cuja conclusão está prevista para abril de 2016. Uma nota também para o facto de ter-se realizado, no dia 7 de novembro, a cerimónia de celebração do pau-de-fileira das novas oficinas municipais em construção perto de Vila Fria e que, após a respetiva conclusão, se destinam a substituir as atuais instalações, localizadas no Espargal, entre Oeiras e Paço de Arcos. Esta obra, que consiste num investimento de €4.734.000€, tem como objetivo zelar pelo bem-estar dos trabalhadores proporcionando-lhes sempre que possível as melhores condições físicas de trabalho, na senda da sua realização profissional e tendo em vista a eficiência do serviço público. Embora ainda em curso, mas com fim previsto para o primeiro trimestre de 2015, é a obra da 2ª fase – A do Parque dos Poetas. Relevante também foi o arranque, em junho da construção do Centro Comunitário “Senhora da Barra”, com um custo total de um milhão e 800 mil euros, o edifício do novo Centro Comunitário será construído num terreno cedido pelo Município de Oeiras em regime de direito de superfície a favor da Fábrica da Igreja Paroquial de São Julião da Barra. Também em fase de construção, com apoio municipal às “Fábricas da Igreja”, encontramos as Igrejas de Porto Salvo, da Outurela e de Miraflores. Todos estes equipamentos têm conclusão prevista para o corrente ano. Outra obra de grande importância para Oeiras que tem inauguração prevista para abril de 2016 é a Cidade do Futebol, que vai acolher o trabalho das seleções de futebol, incluindo os dirigentes federativos, os corpos técnicos e os jogadores. Juntos numa área de sete hectares onde caberão todos os serviços da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e, ainda, quatro campos relvados. Empreendimento orçado em 13 milhões de euros e, que será concretizado “sem um cêntimo de financiamento público”.

Refira-se ainda que foram prestadas homenagens a duas individualidades, nomeadamente a Nelson Mandela, com a inauguração da Praça Nelson Mandela no Taguspark, no 40.º aniversário do 25 de abril de 1974, que contou com a presença da embaixadora da República da África do Sul, Keitumetse Matthews e a Baden Powell, através de um projeto de arquitetura paisagista no interior de uma rotunda com a temática do fundador do Movimento Escoteiro, em Laveiras, cuja conceção consistiu num investimento de € 40.708,23.

Porque o Município investe no futuro, no ano passado foi criado um Grupo de Trabalho para proceder à análise, diagnóstico e prolação de recomendações e orientações estratégicas no que diz respeito ao futuro do sector empresarial local e das participações locais.

Passando agora para os principais eventos que tiveram lugar em Oeiras em 2014, começamos pelas exposições que estiveram patentes no CAMB – Centro de Arte Manuel de Brito: “Ilhas do Mar – Artistas Açorianos na Coleção Manuel de Brito”, um tributo a António Dacosta no ano do centenário do seu nascimento; com inauguração simultânea, a exposição comemorativa do quinquagésimo aniversário da pintora Fátima Mendonça, com obras de 1988 a 2010, e “Para lá da Pintura”, que reuniu obras feitas com materiais não convencionais, de artistas tão diversos como Ana Vidigal, Joana Vasconcelos, João Leonardo, João Pedro Vale, Lourdes Castro, Menez, Miguel Palma, Paula Rego e Xana, entre muitos outros. Por sua vez, o Centro Cultural Palácio do Egipto (CCPE) apresentou as exposições: “Mapas da Alteridade”, da pintora Irene Dubrovsky, realizada mediante uma parceria entre a CMO e a Embaixada do México; “Eating the Past | Archaeologies”, da autoria do artista plástico Júlio Quaresma; “7 Virtudes Vitais” de Sofia Areal; e a exposição internacional “Lendo as Estrelas”, da Associação de Intercâmbio Cultural de Artistas Plásticos Arte pelo Mundo”. O Palácio do Marquês de Pombal recebeu uma exposição de arte contemporânea intitulada “Esculturas no Palácio”, constituída por obras dos alunos do mestrado em escultura e escultura pública da Faculdade de Belas Artes – Universidade de Lisboa (FBAUL) 2013/15.

Depois do êxito da primeira edição, “Há prova em Oeiras” regressou, em maio de 2014 ao Palácio e aos Jardins do Marquês de Pombal, oferecendo aos visitantes a oportunidade de degustar alguns dos melhores sabores gastronómicos da região de Oeiras. No evento, também os vinhos mereceram destaque, realizando-se provas de um selecionado número de vinhos da região de Lisboa, através da presença de diversos produtores. “Há prova em Oeiras” ofereceu ainda um conjunto de atividades paralelas protagonizadas por grupos de renome das áreas de gastronomia e vinhos, possibilitando igualmente a realização de visitas guiadas ao Palácio e Jardins Marquês de Pombal e à Adega.

Destaque-se, em fevereiro, o arranque do projeto Livros Proibidos que, ao longo de nove sessões, até dezembro de 2014, contou com a participação de três das figuras mais conhecidas do jornalismo e da televisão portuguesa no papel de moderadores, nomeadamente Ricardo Costa, Nicolau Santos e Maria Flor Pedroso. O palco é o Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. O objetivo deste ciclo foi refletir sobre um dos temas mais transversais da história do livro e da leitura: a censura.

O Turismo também esteve em destaque e, desta feita, através da celebração do “Protocolo de Colaboração no âmbito da Rota dos Vinhos de Bucelas, Carcavelos e Colares” entre os municípios de Oeiras, Cascais, Loures e Sintra. Desta forma, estabeleceram-se os termos de uma parceria entre os quatro municípios, que visa a colaboração e a participação conjunta no âmbito da concretização do desenvolvimento turístico das regiões de Oeiras, Loures, Cascais e Sintra e a promoção dos Vinhos Bucelas, Carcavelos e Colares.

Em dezembro, foi a vez de Oeiras receber “The Lisbon Outdoor Day by ezimute”, a primeira grande feira de animação turística em Lisboa e Oeiras, que decorreu no passeio marítimo de Algés. A iniciativa permitiu aos visitantes experimentar, por um preço reduzido, os equipamentos de lazer habitualmente disponibilizados aos turistas. Esta feira foi promovida mediante uma parceria entre a Câmara Municipal de Oeiras, a Câmara Municipal de Lisboa e a ezimute.com.

As Festas de Oeiras, que em 2014 decorreram de dia 31 de maio a 15 de junho, foram animadas com muita música, desporto, atividades de âmbito social e ambiental, além de outros inúmeros eventos dentro e fora do recinto da Feira (palco oficial das Festas). Em maio, realizou-se a tradicional Festa do Cavalo, em Porto salvo. No que aos grandes espetáculos diz respeito, o EDP Cool Jazz trouxe a Oeiras grandes nomes do panorama musical como Buena Vista Social Club que teve como convidada Ana Moura, Earth, Wind & Fire Experience feat. Al Mckay, Suzanne Vega, Pink Martini, José James, Laura Mvula, Mariza e Gregory Porter. Em julho, destacamos a realização de mais uma edição do Festival Alive, que manteve os altos níveis de afluência, continuando a cimentar-se o maior e mais prestigiado evento de música em Portugal. No desporto, destaque para a realização de mais uma Corrida do Tejo, em setembro, que contou com a participação de cerca de dez mil pessoas.

Por último, recorde-se o lançamento da nova imagem do Vinho de Carcavelos, passando-se a designar Villa Oeiras, em novembro.

Como ressalta esta descrição e apesar do panorama nacional atual, em Oeiras continua-se a apostar no futuro. São várias as medidas que visam dar um novo alento ao desenvolvimento económico do concelho a longo prazo. Continuamos apostados em captar investimento, com vista à criação de riqueza e de novos empregos, sendo que a estabilidade social será sempre o foco do modelo de desenvolvimento do Concelho.

Em Oeiras sabemos o que é a solidariedade e construímos a coesão social todos os dias. Apoiamos os que mais precisam, protegemos os mais vulneráveis e continuaremos a apostar num modelo de desenvolvimento sustentável.

### Gabinete de apoio às Freguesias

Numa perspetiva global, as ações desenvolvidas pelo GAF continuam a concretizar a proposta apresentada no que respeita às grandes orientações politico-estratégicas - a descentralização de competências nas Juntas de Freguesia. Do conjunto das iniciativas propostas: acompanhamento da operacionalização da Delegação de Competências; acompanhamento das comemorações e pequenas festividades das Juntas de Freguesia, o encaminhamento de documentação e o tratamento e análise de informação, podemos afirmar que mais uma vez foram cumpridos os objetivos propostos.

Acção a acção, os dados revelam o seguinte:

- i. Apoio às Juntas de Freguesia para obras de beneficiação a realizar na freguesia (PDE: no âmbito da operacionalização do Protocolo de Delegação de Competências foi efetuado o acompanhamento, em despesa corrente e despesa de capital, conforme refletem as taxas de execução financeira do PDE);
- ii. Elaboração de diagnósticos por freguesia (PDE), com vista à abordagem de temáticas várias relacionadas com o protocolo de Delegação de Competências: foram construídos e analisados diversos indicadores que permitiram a elaboração de análises mais aprofundadas sobre questões relacionadas com a operacionalização do protocolo: a continuação da promoção do estudo sobre as dinâmicas das freguesias, bem como a continuação da implementação da desmaterialização do modelo de relatório; foi ainda preparada toda a documentação necessária à nova delegação de competências, conforme a legislação sobre a matéria.

- iii. Elaboração de relatórios de execução financeira e física (PDE): foram preparados relatórios sobre a evolução da execução financeira, no final de cada Bimestre;
- iv. Levantamento e organização dos vários pedidos e necessidades das várias entidades em articulação com os vários serviços do Município de Oeiras (PDE): foi feito o acompanhamento da operacionalização das 34 iniciativas operacionalizadas em 2014; estas iniciativas não têm expressão financeira no plano e orçamento desta unidade orgânica, mas sim noutras, quer ao nível do apoio financeiro, quer do apoio logístico: palco, divulgação, impressão de folhetos e cartazes, equipamento técnico variado, som, apoio técnico, auditórios, limpeza, autocarros, mesas, cadeiras, gambiarras, mastros, entre outros; v) elaboração de relatório para conhecimento das despesas efetuadas associadas às festividades, quer ao nível do apoio logístico quer do apoio financeiro (apoio para a iniciativa da comemoração dos santos populares – sardinhada, apoio ao fogo de artifício da festa Sr. Jesus dos navegantes e apoio para deslocações de autocarro no âmbito das festividades e outras comemorações (PDE): foi elaborado relatório relativo ao acompanhamento das festividades do ano de 2014;

Face aos resultados dos indicadores para o ano de 2014, a apreciação feita é bastante positiva, existe um conhecimento e um controlo financeiro da despesa apresentada pelas juntas de freguesia, bem como da execução financeira e física; por outro lado, o controlo efetuado pelo Gabinete no que respeita ao cumprimento de regras e procedimentos, por parte das juntas tem permitido identificar as principais dificuldades de organização de algumas Juntas de Freguesia, sugerindo, no que respeita aos Relatórios, medidas de correção, sempre que necessário. Tem sido efetuado o controlo nos pedidos apresentados pelas Juntas de Freguesia, nomeadamente no que respeita às festividades, tanto que atualmente são conhecidos os valores associados aos apoios logísticos e financeiros, distinguindo-se os tipos de iniciativas bem como os tipos de entidade.

No final do ano foi ainda efetuada auscultação aos presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, no que às iniciativas das Juntas de Freguesia diz respeito, contudo das 10 apenas 6 responderam (ainda de acordo com a anterior organização administrativa do território). Numa apreciação global, a apreciação feita pelas JF's é positiva. As críticas mais apontadas continuam a ser as relacionadas com a morosidade dos pagamentos, especialmente relacionados com a operacionalização do protocolo de delegação de competências. Contudo o tempo de apreciação e análise depende da qualidade de organização dos relatórios entregues, que nem sempre cumpre o definido em protocolo e são inúmeros os esclarecimentos solicitados. Esta matéria tem sido alvo de grande preocupação por parte do Município,

estando a ser desenvolvido processos de desmaterialização do relatório, por forma a simplificar esta tarefa e a diminuir, dentro das possibilidades, o período de análise dos relatórios.

## **Gabinete de Prospetiva, desenvolvimento Estratégico e Informação Geográfica**

A atividade do GPDEIG durante o ano de 2014, centrou-se em quatro eixos principais: Processo de Revisão do PDM; Processo de Agenda 21 Local e Sustentabilidade Ambiental; Monitorização da dinâmica empresarial do Concelho de Oeiras; Sistemas de Informação Geográfica.

### 1º Eixo Estratégico - Processo de Revisão do PDM

- Continuação dos trabalhos inerentes à elaboração da Proposta de revisão do PDM de Oeiras, decorrente da versão entregue à CCDRLVT no segundo trimestre de 2013;
- Continuação da elaboração da cartografia digital temática para planeamento no GPDEIG e REVPDMO.

### 2º Eixo Estratégico - Processo de Agenda 21 Local e Sustentabilidade Ambiental

- Continuação dos trabalhos de atualização da informação sobre disponibilidade/uso dos recursos ambientais no âmbito do processo de REVPDMO, designadamente: Ar, Recursos Biológicos, Estrutura Ecológica Municipal, Energia, REN, RAN, Ruído e Água;
- Mapas Estratégicos de Ruído no controlo prévio das operações urbanísticas - apoio aos serviços e emissão de diretrizes (Despacho nº 84/2014);
- Elaboração do estudo de avaliação do impacte do evento “Optimus Alive” no ambiente acústico (Inf. 21/2014 de 16/9);
- Preparação do Plano Municipal de Redução de Ruído – trabalhos técnicos (Inf. 40/2014 de 11/12);
- Realização de formação interna especializada dos técnicos do GPDEIG sobre o software IMMI (24 horas – Outubro / Novembro de 2014).

O Grupo Oeiras 21+, equipa de trabalho interdepartamental com a missão de acompanhar, promover e monitorizar a implementação da Oeiras 21+, sob coordenação e apoio logístico do GPDEIG, desenvolveu as seguintes ações:

- Reorganização do Grupo Oeiras 21+ e redefinição da sua missão (Despacho n.º 66/2014 de 11 de Junho); realização de 11 reuniões de trabalho do Grupo ao longo do ano, e diversas reuniões de equipas de projeto;
- Planeamento, organização e realização da 2ª edição do Orçamento Participativo (OP) de Oeiras 2014/2015 (Proposta de Deliberação nº 1011/2013 de 18 de Dezembro);
- Acompanhamento dos projetos aprovados no primeiro processo de OP;
- Elaboração do Relatório de Avaliação da Agenda 21 Local de Oeiras (2008/2013) - Oeiras 21+ (Inf. 13/2014 de 30/7/2014);
- Elaboração do Relatório de Avaliação dos Eventos “Há Prova em Oeiras – Gastronomia e Vinhos”, “EDP Cool Jazz” e “NOS Alive” da Ficha de Caracterização Geral e da Checklist de Avaliação da Sustentabilidade de Eventos (Inf. 36/2014 de 27/11);
- Distribuição de 4 números da Newsletter Oeiras 21+ a mais de 1500 endereços de e-mail;
- Realização de 5 “Pequenos-Almoços com a Sustentabilidade”, eventos em formato de workshop sobre temas da sustentabilidade local: Eventos Sustentáveis (6/2); Novas dinâmicas para o comércio local (29/4); Isolamento de idosos (3/7); Necessidades Alimentares (1/10); Marketing Territorial (3/12);
- Participação na conferência “Orçamentos Participativos em contexto metropolitano: Experiências e Desafios” em representação do Município de Oeiras e a convite do Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Município de Odivelas (9 de Outubro de 2014);
- Manutenção do Blogue Oeiras 21+ (<http://oeiras21mais.blogspot.com>).
- O GPDEIG participa no Grupo de Trabalho do Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras (PAESO), no âmbito da adesão de Oeiras ao Pacto de Autarcas, tendo sido elaborado o Relatório de

Progresso referente ao ano de 2013, que veio a ser aprovado pela CMO (PD nº 403/2014 de 18/6) e remetido à Comissão Europeia, em 2014.

- O GPDEIG participa no Grupo de Trabalho do Plano Estratégico de Restauro e Requalificação das Principais Linhas de Água do Concelho (Despacho nº 49/2014 de 07/05).
- O GPDEIG promoveu a participação do Município de Oeiras em dois consórcios candidatos a financiamento pelo programa europeu EEA Grants para a elaboração de Estratégias Locais de Adaptação às Alterações Climáticas, que não vieram a ser aprovadas (maio de 2014).
- Projeto Oeiras E-City (projeto aprovado no âmbito de candidatura ao QREN/2011, no eixo “Competitividade, Inovação e Conhecimento”) – Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela equipa da FCT para a realização do projeto e pela empresa Municípiã, SA para a realização da plataforma online de disponibilização dos dados.

### 3º Eixo Estratégico - Desenvolvimento Económico

- Acompanhamento e avaliação das dinâmicas empresariais do concelho de Oeiras, do qual resultaram os estudos: Dinâmica económica no concelho de Oeiras e Economia em Oeiras;
- Análise aos dados respeitantes ao Desemprego no concelho de Oeiras, com base nos elementos disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Esta análise é feita trimestralmente e sempre comparativa a igual período homólogo e à situação da Grande Lisboa e ao país;
- Sistematização de indicadores socioeconómicos do concelho de Oeiras;
- Análise às fontes disponíveis (INE, Informa D&B, PORDATA entre outras) de dados relativos ao tecido empresarial instalado em Oeiras, à sua estrutura económica, bem como às Insolvências, Empregadores e Mercado de Trabalho, Local de Trabalho da População Empregada.
- Análise ao Portal da Transparência Municipal: análise de indicadores relativos à Gestão Financeira, Gestão Administrativa, Decisões Fiscais do Município, Dinâmica Económica do Município, Serviços Municipais e Participação Eleitoral Autárquica. Fez-se a comparação do Município de Oeiras com os outros municípios da Grande Lisboa, a média nacional e a média da NUTII Lisboa.



3º Eixo Estratégico – Sistemas de informação Geográfica

A atividade desenvolvida neste domínio teve como objetivo responder à missão e funções do GPGEIG, tendo em vista o aprofundamento da IDE, a capacitação técnica dos utilizadores, e a promoção e disseminação da utilização da informação geográfica dentro e fora do Município de Oeiras.

No que se refere a IDE, para além de dar continuidade ao trabalho em curso, o GPDEIG apostou no enriquecimento do GeoPortal, com a disponibilização de novos temas de informação geográfica e novos módulos, dando resposta às necessidades manifestadas quer internamente pelas unidades orgânicas, como externamente pelos Cidadãos.

Relativamente à capacitação técnica, o GPDEIG desenvolveu um conjunto de ações para a promoção da utilização da informação geográfica por um leque alargado de utilizadores, disponibilizando aos serviços ferramentas de acesso, análise e gestão de dados, permitindo assim que estes participem no processo de atualização da informação. Realizaram-se sessões de apoio locais dirigidas a projetos concretos, como complemento das ações formativas sobre a utilização do software e sessões de esclarecimento do GeoPortal divulgando a informação disponibilizada e suas funcionalidades e promovendo a sua utilização enquanto IDE.

Segue-se uma breve descrição das atividades realizadas durante 2014:

- Alvarás de Loteamento - Atualização da informação relativa aos processos de loteamento numa aplicação web disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Alvarás”. Este projeto está a ser desenvolvido em conjunto com a DPMob;
- Gestão de Toponímia - Atualização da informação relativa à gestão da toponímia dos arruamentos e numeração de polícia. Esta informação está disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Toponímia@Oeiras”. Este projeto está a ser desenvolvido em conjunto com a DLAA;
- Atividades Económicas - Atualização da informação relativa às unidades funcionais destinadas ao comércio e serviços existentes no Município. Este tema encontra-se disponível para consulta no GeoPortal, no módulo “Informação Geográfica Municipal”;
- Cadastro da Sinalização Viária – Tema recolhido através de Videografia e que inclui lombas, semáforos, paragens de autocarro e táxis, separadores, guardas rodoviárias, pilaretes, sinalização horizontal, lugares de estacionamento, prumos de sinalização com sinais de trânsito e painéis

adicionais. Criação de um módulo no GeoPortal, para disponibilização desta informação e articulação com a DGEPIIM na atualização e manutenção desta informação que se encontra disponível para consulta no Geoportal, no módulo “Transito e Transportes”;

- Comunicação urbana - Tema recolhido através de Videografia e que inclui bandeiras, mupis, colunas, outdoors, jornal eletrónico, tela e abrigo de publicidade. A validação, atualização integração em SIG desta informação foi assegurada pelo GPDEIG com o apoio do GC;
- Órgãos de drenagem pluvial-apoio ao levantamento das sargetas e sumidouros feito pela ex-DIM, estando o carregamento dos dados em SIG a ser assegurado pelo GPDEIG. O projeto foi realizado em articulação com a DGEPIIM;
- Processos de Obras – Apoio à atualização da informação sobre os Processos de Obra. Esta informação encontra-se disponível para consulta no Geoportal, no módulo “Informação Geográfica Municipal-INTRA”. O projeto está a ser realizado em articulação com a DLAA e DGUAEE;
- Acidentes Rodoviários – Aplicação web desenvolvida para a PSP proceder ao registo remoto de acidentes rodoviários, incluindo dados relativos à localização e caracterização dos acidentes rodoviários ocorridos no território do concelho de Oeiras. Encontra-se disponível no Geoportal, no módulo “Polícia de Segurança Pública” apenas para utilizadores credenciados. Ainda neste âmbito o GPDEIG produz mapas mensais com o registo e a caracterização dos acidentes rodoviários ocorridos no concelho de Oeiras, partindo da informação enviada pela Divisão Policial de Oeiras, do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP;
- Património Municipal (domínio público e privado) - desenvolvimento do projeto SIG de suporte à delimitação das áreas de domínio público e privado do Município de Oeiras. Para além do GPDEIG este projeto envolve o GCAJ e ainda todos os Departamentos do Município de Oeiras.
- Espaços Verdes – atualização do tema geográfico com o limite dos Espaços Verdes cuja manutenção é da responsabilidade do Município de Oeiras. O projeto está a ser realizado em articulação com a DEV.
- Espaços Verdes e Cadastro Arbóreo – Desenvolvimento de aplicação para gestão dos espaços verdes, cadastro arbóreo, espaços de jogo e recreio e áreas caninas e ainda fiscalização dos

trabalhos realizados pelas empresas de outsourcing. Este projeto está a ser desenvolvido pela empresa Município em articulação com a DEV e GPDEIG;

- Definição de trajetos de recolha de resíduos – desenvolvimento de um projeto SIG para otimização dos circuitos de recolha de resíduos. Este projeto está a ser realizado em estreita colaboração com a DHU e com consultoria da empresa Município;
- Limpeza Urbana – desenvolvimento de um projeto SIG para definição de trajetos de varredura manual e mecânica. Este projeto está a ser realizado com a DHU;
- Metadados – Atualização/produção dos Metadados da informação geográfica disponibilizada em ambiente SIG;
- Resposta a solicitações diversas onde se incluem pedidos de cedência de dados geográficos, apoio a projetos ou aplicações (local ou via telefone), esclarecimentos para acesso à informação geográfica, realização de sessões de esclarecimento, levantamento de requisitos, registo de anomalias ou correções de forma a permitir que os serviços fiquem autónomos do GPDEIG.

Para além dos trabalhos inerentes aos eixos estratégicos sintetizados anteriormente decorreram, ainda, os seguintes relativos:

- Ao Programa Rede Social: Participação nos trabalhos do Núcleo Executivo da Rede Social de Oeiras, com destaque para a colaboração na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social Oeiras 2014 - 2017, que foi aprovado em sede de CLAS em novembro 2014;
- Trabalho de análise estatística de Indicadores sobre diversas áreas, que comparou o Município de Oeiras com os 9 municípios da Grande Lisboa, a média nacional (Portugal), a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a Grande Lisboa (GL), no último ano dos dados disponíveis. Fez-se o posicionamento do concelho de Oeiras nos três primeiros lugares (valores mais elevados ou valores mais baixos), de cada um dos indicadores relativamente aos 9 concelhos da GL. Todas as fontes de informação foram obtidas através do INE e da PORDATA. Destas análises resultaram os estudos Oeiras na AML – Indicadores e Oeiras na Grande Lisboa | 100 indicadores.
- À organização da candidatura ao Programa ECOXXI 2014: municípios no Percorso da Sustentabilidade, obtendo um índice de 63%, pelo que lhe foi atribuído o galardão máximo do Programa: a bandeira ECOXXI. A participação de Oeiras neste programa permitiu dar visibilidade e

reconhecer o esforço do Município na implementação de boas práticas de sustentabilidade local, colocando-o ao nível do que melhor se faz noutros municípios, como demonstrado pelo índice obtido.

Acresce que uma vez que compete ao GPDEIG “Recolher, acompanhar e difundir pelos serviços a informação relativa a instrumentos financeiros, comunitários ou nacionais, designadamente, contratos-programa, com interesse para o Município” foi preocupação já durante 2014 obter o máximo de dados sobre o Quadro comunitário 2014 – 2020, pela presença em diversos workshops nos quais foi feita a divulgação das oportunidades de financiamento 2014-2020.

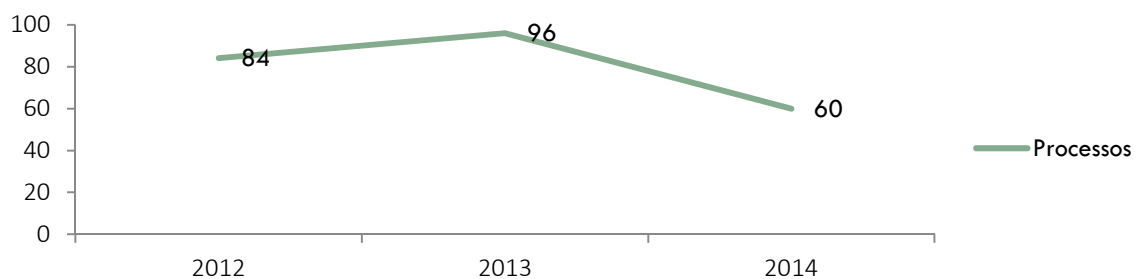
Por outro lado e inerente à presença do Município de Oeiras no Conselho Metropolitano de Lisboa, desenvolveu-se o acompanhamento dos trabalhos da estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para a AML e respetivo Plano de Ação a concretizar no âmbito do período de Programação Comunitária 2014 - 2020.

## Gabinete Contencioso e Apoio Jurídico

### 1. Processos Judiciais

No que às novas ações judiciais diz respeito, entre os anos de 2012 e 2014, e analisando o **gráfico 1**, podemos verificar que houve um decréscimo de 36 processos quando comparado com o ano anterior (2013), e menos 24 processos, quando comparado com o período homólogo de 2012.

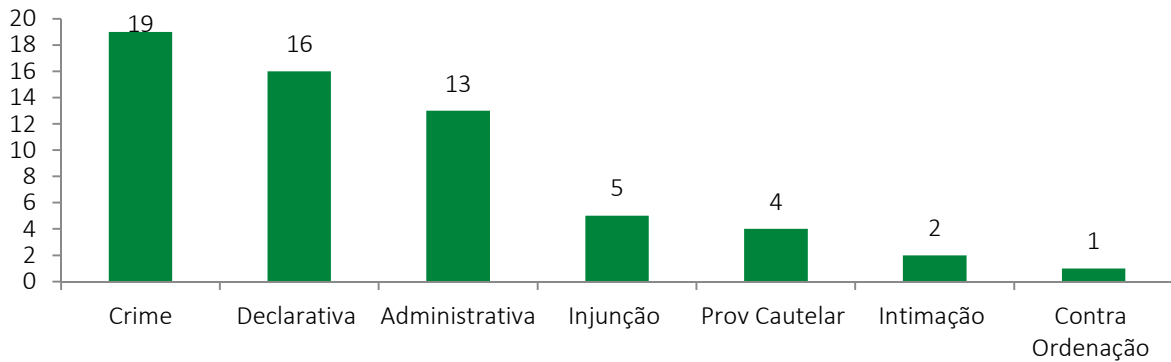
**Gráfico 1 - Processos Judiciais Novos 2012-14**



Relativamente à tipologia dos processos judiciais criados em 2014, tal como é representado no **gráfico 2**, os processos crimes são aqueles que mais se destacam - 19 num total de 60, seguido das ações administrativas com 16 e as Contraordenações com 13. As Providências Cautelares com 5, Impugnações

com 4, Intimações 2 e 1 Mandado Judicial completam o gráfico do total dos novos processos judiciais de 2014.

Gráfico 2 - Tipologia Novos Processos Judiciais 2014



## 2. Número de Sentenças / Acórdãos proferidos em 2014

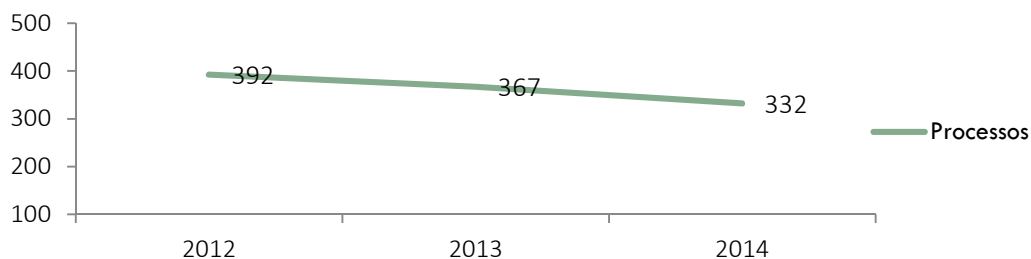
Tabela 1 - Sentenças/ Acórdãos 2014

Favoráveis	Desfavoráveis		
28	32		
	Contraordenação	5	Má instrução dos processos administrativos como causa da sentença
	Objeto recurso	8	Foram objeto de recurso para Tribunal Superior
	Crime	19	Despacho de arquivamento por insuficiência de provas.

Das 60 sentenças/acórdãos proferidas durante o ano de 2014, 28 tiveram desfecho favorável para o Município. Dos 32 desfavoráveis, 19 foram por despacho de arquivamento no âmbito dos processos crime, por insuficiência de recolha de prova passível de identificar o(s) autor(es). Por outro lado, 8 das sentenças não condizentes com as pretensões do Município foram objeto de recurso junto de Tribunal Superior. Os restantes 5, no âmbito de recursos de Contraordenação, por má instrução administrativa.

## 3. Processos Judiciais Pendentes 2012 – 2014

Gráfico 3 - Processos Judiciais 2012-2014



Analisando o **gráfico 3**, podemos verificar o número total de processos judiciais pendentes entre 2012 e 2014. Logo à partida, é perceptível a tendência de redução de processos judiciais nos últimos anos. No final de 2014, menos 60 processos relativamente a 2012 e menos 35 face ao período homólogo de 2013. Esta redução deveu-se à diminuição do número de novos processos judiciais em 2014, bem como ao considerável número de processos arquivados nesse ano.

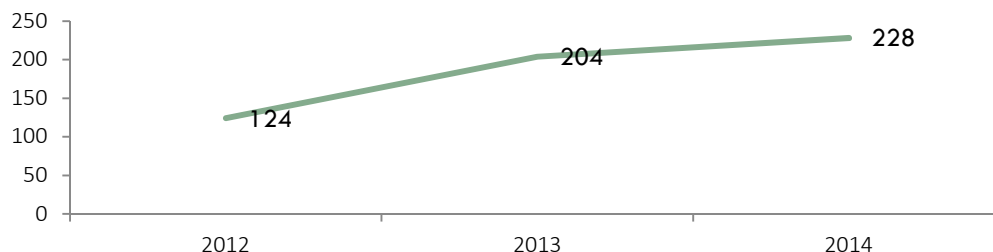
Quadro 1 - Tipologia Total Processos Judiciais 2014

Tipo	
Administrativa / Declarativa	156
Despejo	73
Crime	34
Impugnação	31
Executiva	11
Contraordenação	7
Diversos	20
<b>TOTAL</b>	<b>332</b>

No final de 2014, encontravam-se pendentes 332 processos judiciais. No que respeita à sua tipologia, há que destacar, conforme o **quadro 2**, as ações administrativas que constituem 43% do total, segue-se as ações de despejo com 23% e as ações crime e executiva que se equiparam, representando 22% (11% cada). As ações executivas são as menos significativas, apenas 29, que correspondem a 5%.

**4. Processos Acidente**

**Gráfico 4 - Novos Processos Acidente 2012 - 2014**



No que concerne ao número de processos arquivados, verifica-se um aumento considerável em 2014, quando comparado com o ano de 2013, sendo de 24 processos, o que se traduz num aumento de 17%, comparativamente com 2013.

**Quadro 3 – Valores Indemnizatórios – Quadro Comparativo 2013-2014**

Ano	Proc.ºs Arquivados	Valores Reclamados	Valores Pagos pela CMO	Valores Pagos pela Seguradora	Valores Recebidos pela CMO	Valores Indeferidos	Valores reclamados responsab.de outras entidades
<b>2013</b>	134	180.968,62	2.014,72	11.118,87	13.157,48	56.606,20	13.243,04
<b>2014</b>	158	143.317,18	1.027,05	10.591,41	14.225,33	86.620,66	18.670,76

Relativamente aos valores indemnizatórios, o valor total reclamado em sede de processos de acidente durante o ano de 2014 (143.317,18€) é inferior ao valor reclamado em 2013 (180.968,62€), aproximadamente menos 70 000,00€.

Dos valores reclamados em 2014, ao Município apenas foi imputada a quantia de 1.027,05€ (do valor global de 129.155,63€). Em contrapartida, recebeu 14.047,52€ a título de indemnização por danos causados em propriedade municipal, aproximadamente mais 1.000,00€ quando comparado com o período homologado de 2013, tendo reclamado um valor superior a outras entidades, em cerca de 2.281,86€, relativamente ao período homologado de 2013.

**A. Nucleo de Instrução de Atos Notariais**

O Nucleo de Instrução de Atos Notariais (abreviadamente NIAN), serviço de natureza instrumental, tem por principal missão a titulação dos atos e contratos escritos em que o Município seja parte outorgante, mediante, designadamente, a instrução dos respetivos processos, formalização dos contratos, registo (quando aplicável) e arquivo dos mesmos, nos respetivos livros de notas, quando se tratem de escrituras públicas ou do exemplar reservado ao Município, no caso de contratos celebrados por documento particular.

Em ambas as formas contratuais o NIAN procede igualmente ao arquivo digital na respetiva aplicação informática de gestão de processos - Sistema de Gestão do Notariado, cujo acesso para consulta e até impressão do próprio contrato é facultado a todos os Serviços do Município, através da intranet.

Relativamente ao ano de 2014 e comparativamente com os indicadores dos anos anteriores (53 em 2013), houve redução do número de escrituras, devido ao facto, do processo de regularização do Bairro 25 de Abril, em Linda-a-Velha, se encontrar em fase final de formalização das respetivas escrituras de compra e venda, cuja concretização ao longo dos últimos anos promoveu elevado aumento no número de escrituras celebradas.

De igual modo e, em função da situação económica do país nos últimos anos com reflexo ao nível dos fortes constrangimentos financeiros impostos aos municípios, a aprovação de negócios jurídicos passíveis de titulação por escritura pública, designadamente, atos que operem transmissão de propriedade, baixou significativamente. Em resultado, no ano transato foram outorgadas 8 escrituras.

No que respeita ao número de contratos, celebrados por documento particular e da responsabilidade do Oficial Público, de entre um universo de contratos de empreitadas de obras públicas, prestações/aquisições de bens e serviços, comodatos, arrendamentos e bem assim diversos protocolos firmados entre o Município e diferentes entidades, o número de contratos titulados (304) é muito aproximado do verificado em anos anteriores (302 em 2013 e 295 em 2012).

Para efeitos de instrução dos respetivos processos (contratos/escrituras) foram efetuadas diversas pesquisas, requeridas diversas certidões e bem assim submetidas diversas declarações para inscrição ou atualização de prédios na matriz (vulgo Modelo 1 do IMI), quer nas Conservatórias de Registo Predial, quer junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (Serviços de Finanças).



Ainda no âmbito dos respetivos processos de contratos/escrituras, para efeitos de fiscalização prévia e concomitante do Tribunal de Contas, foram instruídos e acompanhados pelo NIAN, designadamente no que se refere aos inúmeros e sucessivos pedidos de esclarecimentos daquele órgão, 27 processos, verificando-se aqui um aumento do número de processos fiscalizados por este órgão de soberania, designadamente, em resultado das alterações legislativas preconizadas e bem assim do aumento do âmbito de abrangência de fiscalização do referido Tribunal.

Sendo que, todos os processos referentes ao ano de 2014, enviados ao Tribunal de Contas para efeitos de visto prévio, foram enviados dentro do prazo legal e os pedidos de esclarecimento desse órgão de controlo externo, recolheram a argumentação desta unidade orgânica, tendo sido todos visados.

Tendo ainda em conta que o NIAN, possui uma natureza eminentemente jurídica, cabendo-lhe, nesta sede apreciar da legalidade subjacente à titulação dos atos e contratos da sua responsabilidade, quer no âmbito da instrução dos respetivos processos, quer ainda na resposta a cada vez mais frequentes tomadas de posição sobre matérias da sua competência, foram elaboradas diversas informações técnicas, pareceres e memorandos, num total de 60 documentos, e bem assim elaboradas algumas propostas de deliberação.

De referir ainda a participação do NIAN em diferentes tarefas específicas, das quais se destaca:

- O processo respeitante aos Centros Geriátricos, designadamente no que se refere ao estudo, preparação e elaboração das respetivas peças referentes ao modelo de contratualização/exploração destes equipamentos;
- O processo relativo ao centro de Saúde de Carnaxide, designadamente a apreciação dos protocolos e contratos programa a celebrar com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, bem como o contrato de empreitada de obra pública, sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas;
- . Os processos respeitantes à responsabilidade social, designadamente diversos protocolos e elaboração do respetivo regulamento;
- de referir por último, os processos de aquisição de combustíveis rodoviários em Postos de Abastecimento Público ou Granel, da frota do Município de Oeiras, bem como os contratos de aquisição de serviços de manutenção dos espaços verdes do concelho de Oeiras, que foram sujeitos a visto do Tribunal de Contas, tendo os mesmos sido visados.

Em cumprimento dos Despachos 9/2011 e 63/2011, no âmbito do estabelecimento das regras de elaboração, instrução e submissão das propostas de deliberação a aprovação do executivo municipal, manteve-se e foi até mesmo aperfeiçoada a articulação entre o NIAN, a Divisão de Gestão Organizacional e as restantes unidades orgânicas, no âmbito da apreciação prévia da conformidade legal das propostas de deliberação relativas a contratos/escrituras/protocolos e respetivas minutas destes, relativamente aos quais o NIAN é o serviço titular, num total de 60 pareceres.

#### **B. Gabinete Municipal de Auditoria**

Apesar dos escassos recursos humanos, o Gabinete Municipal de Auditoria (doravante, GMA) conseguiu desenvolver um conjunto de ações, projetos e atividades que se pautaram pelos seguintes objetivos:

- Aumentar o esforço de controlo interno pelos serviços;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados, acrescentando valor à organização.

Nestes termos, no âmbito da sua área de missão, o GMA desenvolveu 14 auditorias e outras ações de controlo, procedeu ao acompanhamento e ao relato anual da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão e prestou assessoria técnica de apoio à decisão.

No âmbito da área instrumental de missão, o GMA desenvolveu ações visando a otimização do seu desempenho, nomeadamente através do aperfeiçoamento e atualização de um conjunto de base de dados de suporte à sua atividade.

### **Gabinete de Comunicação**

O Gabinete de Comunicação, doravante designado por GC, tem por missão desenvolver uma estratégia global de comunicação para o Município. Ao longo do ano de 2014 desenvolveu a sua atividade com recursos humanos distribuídos pelas áreas de conteúdos editoriais, design, multimédia e audiovisual (11), projetos (3), informação, divulgação e distribuição (6), administrativa (3) e direção (1).

#### **Conteúdos Editoriais**

**Publicações de âmbito histórico-patrimonial | GC | 80%**

De entre as publicações com relevância histórica e patrimonial destacam-se os volumes 20 e 21 dos "Estudos Arqueológicos de Oeiras", da autoria do Professor João Cardoso, e a aquisição de exemplares da obra "Cabo Verde, Cidades, Território e Arquiteturas", da autoria de José Manuel Cruz Fernandes.

**Publicações não periódicas: Livros, Coletâneas, Coleções e Folhetos de cariz institucional | GC - Todos os serviços | 100 %**

Este ano foram editados quatro livros e catorze catálogos. Os livros "Cinema Americano - Uma Evocação da Época de Ouro no Cinema Americano", "Cinema Italiano - A Idade de Ouro do Cinema Italiano", "Livro de Pintar, Descobrir e Colorir - Quinta Real de Caxias e Livro de Pintar, Descobrir e Colorir - Os Parques do Parque. Os catálogos das exposições, dos quais se destacam: Exposição "Mapas de Alteridade", Coleção Neves e Sousa - "Horizontes Revisitados", Palácio Egipto - "Júlio Quaresma", Galeria Verney - "Maria de Freitas", Galeria Verney - "Sofia Menezes", Palácio Egipto - "Lendo as Estrelas", Coleção Neves e Sousa - "Exposição Pintura e Cerâmica", Palácio Egipto - "Cosmogonias", Exposição "Ilhas do Mar" - Artistas Açorianos na Coleção Manuel de Brito, Palácio Egipto - Diogo Navarro - "Work in Progress" e Galeria Verney - "Memórias em Arquivo".

Esta produção envolveu globalmente um valor total de 55.540,87 €.

Foram ainda concebidos e produzidos 719.484 exemplares de materiais de divulgação, coleções, folhetos de cariz institucional e outros materiais de divulgação diversos tendo na sua maioria sido desenvolvida e/ou adaptados internamente.

**Publicações periódicas e distribuição: Boletim Oeiras Atual, 30 dias, Oeiras em Revista e Páginas de Encontro | GC - Todos os serviços | 100 %**

O Gabinete de Comunicação procede regularmente à edição de 4 publicações municipais, respetivamente Oeiras Atual, Oeiras em Revista, Roteiro Cultural 30 Dias e publicação Interna Páginas de Encontro que em 2014 envolveram um valor global de 155.015,55 €, incluindo a paginação, impressão e distribuição de 555.600 exemplares.

**Articulação com os media – Acompanhamento e relatórios de impacto | GC - Todos os serviços | 100%**

Articulação com o Gabinete da Presidência que tem a cargo a preparação e disseminação de comunicados de imprensa, sendo assegurada internamente a gestão dos Critérios de Apoio à Imprensa Regional, a gestão publicitária, o controle do *clipping* diário e a preparação de relatórios de impacto. Em

2014 foram elaborados internamente 319 comunicados de imprensa, para além do envio semanal da agenda das reuniões de Câmara e dos editais da Assembleia Municipal e do apoio a eventos entre os quais conferências de imprensa, inaugurações, assinatura de protocolos e visitas de trabalho. No conjunto de meios que integram o CAIR foram publicados 36 anúncios Já no âmbito da monitorização dos OCS, foram selecionadas 9.183 notícias (3.603 na imprensa - 60% de âmbito nacional - 1.102 na TV, 232 na rádio e 4.246 na internet).

### **Conteúdos Multimédia**

#### **Gerir e manter atualizado o Canal Oeiras, alargando-o a outros locais | GC | 100%**

Foi efetuada a gestão e atualização quotidiana de conteúdos noticiosos vídeo, fotografia e texto no Canal Oeiras, instalado no átrio do edifício dos Paços do Concelho e na loja de informação e divulgação municipal do Oeiras Parque onde se estima um número mínimo de visualizações únicas superiores a 3.500.000 por ano. Está em curso o alargamento de mais um posto para o Atrium poente nos paços do concelho e a dinamização dos espaços existentes nas bibliotecas municipais.

#### **Registo audiovisual, catalogação e promoção de eventos decorridos no concelho | GC - Todos os serviços | 100 %**

Cabe à área audiovisual dar cobertura e apoiar, com recurso a meios fotográficos e audiovisuais, as iniciativas organizadas pelo Município e pelos seus serviços, e promover a sua divulgação. Foram realizadas em 2014 a cobertura de 513 iniciativas e eventos organizados ou apoiados pela Câmara Municipal. Foram também realizados 51 trabalhos vídeos (reportagens, spots ou conteúdos específicos para internet).

#### **Site institucional – Disponibilizar informação de qualidade, de forma simples, acessível, transparente e interativa, garantindo a promoção pública das iniciativas da autarquia | GC - Todos os serviços | 100 %**

Implica a gestão de conteúdos e atualização diária do portal institucional. Registaram-se 652.081 visitas (média de 54.340 visitas/mês) de 403.508 visitantes únicos (média de 33.626 visitantes únicos/mês) que acederam a mais de 1.695.527 páginas visitadas (média de 141.294 páginas/mês) em 2014. Estamos seguros que a nossa presença nas redes sociais tem contribuído para uma maior adesão aos conteúdos do portal para onde são sistematicamente encaminhados.

### **Desenvolvimento da área do munícipe na página institucional do Município de Oeiras aumentando as suas funcionalidades | GC – DTSI | 16 %**

Está disponível a área de serviços *online* na qual já são disponibilizadas um conjunto de formalidades inteiramente por via digital. Decorre do pleno funcionamento das plataformas de gestão de conteúdos em *backoffice*, em implementação faseada, uma maior e melhor interação via web. De destacar a adoção da plataforma *sharepoint* para integração e gestão dos conteúdos no Portal Institucional do Município de Oeiras na Internet e na intranet, com possibilidade de integração futura de conteúdos.

### **Ações de Comunicação e informação**

#### **Publicidade nos órgãos de comunicação social | GC - Todos os serviços | 100 %**

Engloba a inserção de anúncios e spots relativos a campanhas promocionais do concelho na imprensa local, regional e nacional, cinemas, rádios, televisões e meios de transporte, num investimento global de 121.784,40€.

#### **Comunicação Urbana – Divulgação em mupis, outdoors, painéis, faixas, lonas, pendões, cinemas, rádios, meios de transporte ou outros meios que se venham a revelar mais adequados à adequada promoção da iniciativa | GC - Todos os serviços | 100 %**

Os investimentos em comunicação urbana distribuíram-se pelos diversos meios (telas, mupis, mupis GT, diretórios chronos, painéis de obra, outdoors, painéis expositivos, acrílicos, pop up, sinalética, vinil e meios de transporte), num investimento total de 62.083,01 €.

#### **Promoção de ações de informação e sensibilização pública designadamente através de exposições temáticas | GC - Todos os serviços | 100 %**

No âmbito das campanhas promocionais desenvolvidas com vista à promoção das iniciativas municipais, destacamos a do CAMB – Centro de Arte Manuel de Brito e a do CCPE - Centro Cultural Palácio do Egipto, com o objetivo principal de divulgar os principais equipamentos culturais sob a gestão direta da Câmara Municipal de Oeiras. De referir ainda as campanhas permanentes que decorrem no espaço de Loja de Informação, Divulgação e Promoção Municipal no Centro Comercial Oeiras Parque que em 2014 teve cerca de 39.697 visitantes com interações diretas, resultando na aquisição de produtos, serviços ou disponibilização de informação sobre a atividade municipal.

## Relações Institucionais

### **Comemorações e Condecorações Municipais | GC | 100 %**

Não foram adquiridas medalhas de mérito, bons serviços e tempo de serviço com vista à distinção de trabalhadores ao serviço do Município e, bem assim, entidades cuja ação ao serviço do Município assim o justifique e que são habitualmente distinguidos nas cerimónias do 25 de Abril e na sessão comemorativa do 7 de Junho.

### **Representação institucional - Atribuição de patrocínios, apoio institucional e ofertas institucionais e protocolares | GC/GP | 100 %**

Foram produzidos materiais para oferta no valor de 75.884,10€, sendo de destacar a produção de peças genéricas para oferta sob o tema Oeiras marca (t-shirts, bonés, fitas de pescoço e sacos de pano) de suporte às iniciativas promovidas no Município e a coleção de merchandising específica para a loja do Palácio prevista abrir em 2015. Na Campanha de Natal houve lugar à conceção e desenvolvimento de todos os materiais relacionados com a época festiva e editados pela Autarquia tendo sido gastos 58.736,10€.valor que inclui a aquisição do bolo rei do Cabaz de Natal.

## Contexto organizativo

### **Mudanças introduzidas na gestão interna**

Manteve-se a prioridade à gestão dos conteúdos multimédia, designadamente nos jornais eletrónicos que estão instalados em 8 localizações privilegiadas no concelho, a aposta na comunicação viral, tendo sido criados canais nas principais redes sociais:

facebook | [www.facebook.com/municipiodeoeiras](http://www.facebook.com/municipiodeoeiras);

twitter | <http://twitter.com/oeiras250anos>

youtube | [www.youtube.com/municipiodeoeiras](http://www.youtube.com/municipiodeoeiras);

issue | <http://issuu.com/municipiodeoeiras>

flickr | <http://www.flickr.com/photos/municipiodeoeiras>.

Esta aposta implicou ganhos significativos na promoção e difusão da imagem externa, bem como no tempo e valor associado à comunicação, dado tratarem-se de canais de acesso livre, sem custos e atualizáveis a todo o tempo independentemente do lugar onde os recursos se encontram.

O Município está também representado:

Instagram | <https://instagram.com/municipiodeoeiras/>,

Linkedin | <http://pt.linkedin.com/in/municipiodeoeiras>.

### **Dificuldades surgidas a nível de recursos humanos e materiais**

A área de conteúdos multimédia cresceu em conteúdos e visibilidade mas permanece sem substituição do colaborador que rescindiu contrato. No ano de 2014 houve ainda lugar à saída da trabalhadora responsável pela coordenação do núcleo criativo e gestão de projetos especiais, não tendo sido possível proceder à sua substituição. Houve necessidade, uma vez mais de proceder à reorganização e reafecção de trabalho, sendo contudo desejável o necessário reforço da equipa com elementos com competências na área do multimédia e gestão de projetos.

### **Alterações legislativas**

A aplicação do código da contratação pública e as consequentes adaptações na organização processual interna geraram alguns constrangimentos, designadamente maior morosidade e dificuldade no controlo e acesso à informação.

### **Fatores internos condicionantes da atuação do serviço**

De referir a gestão quotidiana de conteúdos do Portal institucional do Município de Oeiras na Internet cujo processo tem exigido um acompanhamento cuidadoso e resolução de lacunas e erros de instalação e desenvolvimentos.

### **Avaliação final do desempenho do serviço**

### **Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados**

Foi dada visibilidade às iniciativas e investimento municipal em todas as áreas de intervenção da autarquia, das quais se destacam as ações que melhor projetam e promovem a imagem pública do Município:

- Publicação de 25 edições de revistas e boletins periódicos, correspondendo a 555.600 exemplares distribuídos a nível local regional, nacional e internacional, através de correspondência endereçada e não endereçada;
- 719.484 Exemplares de materiais de informação e divulgação produzidos e distribuídos por ocasião das iniciativas;
- Mais de um milhar de suportes publicitários concebidos e/ou adaptados internamente;
- No total foram enviados mais de 319 comunicados de imprensa para os órgãos de comunicação social, tendo sido publicadas cerca de 9.183 notícias sobre Oeiras ao longo do ano;
- 513 Trabalhos fotográficos, 51 vídeos, 286 trabalhos criativos;
- 652.081 Visitas, correspondendo a 1.695.527 visualizações de páginas;
- 39.697 Visitas no ano à Loja de Informação e Divulgação Municipal no Oeiras Parque;
- Conceção e produção de materiais no âmbito das Festas do Concelho. Neste contexto foi ainda adquirida um *stand* móvel para dinamizar a presença institucional nas iniciativas do Município;
- Na Campanha de Natal a conceção e desenvolvimento de todos os materiais relacionados com a época festiva e editados pela Autarquia (Cabaz de Natal; a conceção e produção de cartões de boas festas e cartas de natal; a conceção e produção de diretórios, mupis e mupis GT; a aquisição de ofertas de natal - brindes de prestígio).

**Afetação real e prevista dos recursos utilizados, procedendo à análise e justificação dos respetivos desvios, mediante a utilização de indicadores de gestão**

De entre os projetos previstos para o ano de 2014 e cuja realização financeira apenas ocorre em 2015, destaque para a edição de duas edições das publicações periódicas Oeiras em revista e roteiro 30 dias.



### **Descrição dos mecanismos de participação e auscultação dos clientes internos e externos**

Foram publicadas 12 edições e distribuídos 15.600 exemplares da publicação interna periódica “Páginas de Encontro”, através da qual se entrevistaram colaboradores e se estimulou o conhecimento interpessoal. Foi também dinamizada a nova intranet e reconhecido a nível externo o esforço e qualidade da comunicação no Município de Oeiras com a atribuição do prémio de boas práticas de comunicação pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa.

A nível externo foi criado o programa Oeiras tem Voz que tem por missão a intervenção direta do executivo municipal na auscultação e visita in loco, garantindo uma estreita ligação entre Município e munícipes e uma gestão de proximidade.

### **Apresentação de sugestões de melhoria quanto à operacionalidade/desempenho dos processos do serviço**

Sensibilização aos serviços para o cumprimento de prazos e previsão mais realista dos trabalhos a produzir a fim de melhor permitir a definição de prioridades e a seleção de áreas de investimento em termos de comunicação. Há que comunicar cada iniciativa de acordo com os seus timings, targets e objetivos específicos. Tem-se por meta, conseguir, em cada ano, a definição das campanhas prioritárias e as de gestão corrente em função das prioridades do executivo antecipando, assim, os momentos de comunicação.

## **Departamento de Policia Municipal e Proteção Civil**

### **I – Atividades/Ações desenvolvidas e recursos utilizados**

Em 2014, o DPMPC desenvolveu, no âmbito das suas funções, entre outras, as atividades constantes no PDE, superando, de uma forma geral, os objetivos a que se propôs, em particular no tocante:

- Às ações de prevenção, de fiscalização e de sensibilização no espaço público urbano;
- Ao reforço do policiamento, nomeadamente o policiamento de proximidade junto dos cidadãos, em especial sobre a população escolar e idosa, e nas zonas históricas e ao património público municipal (edifícios escolares, parques, arruamentos, bairros municipais, etc...);

- Ações de sensibilização e formação nas áreas da prevenção e segurança rodoviária, do ambiente e da segurança na internet;
- Às ações de prevenção e de sensibilização de proteção civil.

No âmbito da proteção e socorro, é de referir que o plano municipal de emergência de proteção civil encontra-se atualizado e que vamos dar início ao processo de aprovação, reunindo a Comissão Municipal de Proteção Civil e colocando-o para consulta pública.

Esta atualização foi feita tendo em conta a diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, o disposto nas Leis de Bases da Proteção Civil - Lei nº 27/2006 e na que define o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no âmbito municipal - Lei nº 65/2007 e no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro - Decreto-Lei nº 134/2006.

As Equipas de Intervenção Permanente (EIP), que constam das GOP's, ainda não foram criadas nos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, nos termos da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, porquanto a sua implementação e funcionamento passa pela congregação de esforços entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil/ANPC, as Câmaras Municipais e as Associações Humanitárias de Bombeiros e, presentemente, o processo de criação e implementação das EIP para o distrito de Lisboa encontra-se suspenso, por parte da ANPC.

No entanto, e até à criação das EIP, entendeu-se que havia necessidade de reforçar a capacidade operacional dos Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município; pelo que, foi criado, em cada um dos Corpos de Bombeiros do Concelho, um Grupo de Primeiro Socorro (GPS) composto por 2 elementos.

Para a prossecução dos objetivos do DPMPC foram promovidas reuniões com todos os atores da segurança do concelho, principalmente com as entidades policiais e Corpos de Bombeiros, e utilizados além dos meios materiais e humanos deste departamento, dos Corpos de Bombeiros do Concelho e demais unidades orgânicas do Município de Oeiras, os recursos constantes nas GOP's, o que nos permitiu aumentar a segurança, bem-estar e a qualidade do espaço público.

Melhorámos também a qualidade e inovação dos serviços administrativo e de contraordenações.

## II – Contexto organizativo

Em 2014, foram ultimados os mecanismos de articulação e comunicação entre a DACO e as restantes unidades orgânicas do Município de Oeiras, porquanto esta unidade orgânica foi integrada no DPMPC, em 2011, por força da aprovação do novo Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras.

Foi ainda consolidado o organigrama da DPM, face à nova organização administrativa do Concelho e à experiência adquirida, a saber:

- ✓ **3 Setores Operacionais (Urbanismo e Atividades Económicas; Ambiente e Património Municipal e Policiamento e trânsito)** – 1.º critério em razão da matéria, e a afetação de áreas de responsabilidade - 2.º critério em razão do território;
- ✓ **Setores com uma dupla dependência**, dado que o enquadramento técnico e operacional aumenta a eficácia e eficiência do serviço prestado; e a
- ✓ **Criação em todos os turnos de um Serviço de Piquete**, para dar resposta imediata às solicitações – 1.ª intervenção e evitar a especialização, ou seja, a intervenção do pessoal de cada setor tende a resumir-se à matéria à qual está afeto.

Com o intuito de melhorarmos a qualidade do nosso serviço e de mantermos com o munícipe um contacto próximo, no âmbito de uma administração que se pretende cada vez mais participada, melhoramos o serviço para rececionar e dar resposta a todas as solicitações/reclamações que nos são dirigidas.

É de referir que, desde a sua criação, um dos fatores condicionantes da atividade da DPM é a saída constante e imprevisível de Agentes municipais do seu quadro, essencialmente para organismos do Estado.

A Polícia Municipal de Oeiras desde a sua criação (2001) perdeu 47 Agentes, o que se traduz numa redução de aproximadamente 40% do efetivo, e, por conseguinte, da capacidade de resposta do serviço face ao aumento das solicitações.

Outro dos fatores condicionantes da atividade da Polícia Municipal é o número elevado de horas que despende com atividades de outras unidades orgânicas, com prejuízos óbvios para o desempenho das

suas funções prioritárias (fiscalização e vigilância) e, por consequência, para a implementação da sua própria estratégia.

A não revisão da carreira, do estatuto e do sistema remuneratório da polícia municipal gera nos seus agentes alguma desmotivação, fator determinante para quem exerce funções policiais. De realçar ainda que, a não abertura de concursos para a progressão na carreira, além de ser um fator de desmotivação, não permite o reforço da autoridade das chefias intermédias da DPM.

Em contrapartida, este departamento tem sido dotado dos meios materiais e equipamento necessários, adequados e proporcionais ao desempenho das suas funções.

### **III – Avaliação final do desempenho do serviço**

No tocante às polícias municipais, como sabemos são serviços municipais especialmente vocacionados para o exercício de funções de polícia administrativa dos respetivos municípios, prioritariamente nos domínios da fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais, das normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou de fiscalização caiba ao Município e das decisões das autoridades municipais, relativas ao urbanismo, à construção, à defesa e proteção da natureza e do ambiente e ao estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, entre outros.

Nesta matéria poder-se-á dizer que, a polícia municipal aumentou em 5,30% as ações de prevenção e de fiscalização ativa face ao ano de 2013 e conseguiu dar resposta às solicitações dentro dos prazos estipulados. Além destas funções de polícia administrativa, a lei estatui que as polícias municipais cooperam com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na proteção das comunidades locais.

Neste âmbito, exerceu também funções em matéria de segurança, basicamente funções de vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, sempre em coordenação com as forças de segurança, e guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, o que tem tido um impacto positivo junto da população, dado o seu efeito dissuasor sobre a prática de incivildades e factos que consubstanciam a prática de contraordenações e crimes (atos de vandalismo), fatores geradores de insegurança.

No tocante aos índices de criminalidade e insegurança do concelho, esta polícia tem tido uma atitude ativa no tocante a situações que contribuem para um aumento da segurança objetiva e subjetiva (sentimento de insegurança) dos munícipes, nomeadamente: a comunicação de factos à PSP que

consubstanciam a prática de crimes, uma melhor colaboração e articulação no policiamento e o aumento da visibilidade de agentes policiais vocacionadas para a segurança das pessoas e dos seus bens.

Das reuniões tidas com todos os atores da segurança do concelho, principalmente com as entidades policiais, resultaram Planos Estratégicos de Policiamento e Vigilância para os diversos eventos promovidos e alguns pontos/zonas do concelho, entre outros para a época balnear, instrumentos essenciais para a prevenção da criminalidade e aumento da segurança. Convém realçar que, nos últimos anos, Oeiras tem sido considerado o concelho mais seguro da área metropolitana de Lisboa.

Dado que os Agentes de Polícia Municipal recebem formação específica para o exercício das suas funções, as quais são, essencialmente, funções operacionais, e com o intuito de reforçar o policiamento, é intenção deste departamento dar continuidade à política de substituição dos Agentes de polícia municipal que neste momento ainda exercem funções administrativas por assistentes técnicos.

A Câmara Municipal de Oeiras, através do Serviço de Proteção Civil, aprofundou no plano pedagógico e informativo a sua ação em termos de segurança – proteção e socorro, sensibilizando os munícipes para situações de risco, e assegurou a prontidão dos agentes de proteção civil.

A política de apoio às corporações de bombeiros foi mantida no intuito de aumentar a sua prontidão e desempenho, dotando-as de formação e equipamentos adequados e com níveis de manutenção ajustados às suas necessidades.

A estreita colaboração, a todos os níveis, com os corpos de bombeiros do Concelho permitiu uma melhor prevenção, emergência e resposta, aumentando desta forma a sua eficiência e eficácia nas ações de proteção e socorro.

O Serviço de Proteção Civil manteve o apoio interno às diversas solicitações de outras unidades orgânicas, zelando pelo cumprimento das normas de segurança dos espaços e equipamentos, e no apoio à realização de diversos eventos, alguns com projeção nacional e internacional, disponibilizando meios próprios e/ou das corporações de bombeiros (meios humanos e materiais), colaborando assim, na valorização e plena fruição dos espaços e equipamentos públicos.

Assegurou a avaliação das vulnerabilidades municipais perante situações de risco, em estreita colaboração com entidades locais e nacionais, bem como a elaboração e execução de treinos e simulacros.

A Divisão Administrativa e de Contraordenações, melhorou a qualidade e inovação dos serviços administrativo e de contraordenações que vinham sendo prestados.

Face ao exposto, poder-se-á dizer que o desempenho do departamento foi bastante positivo, não obstante as dificuldades e os constrangimentos supramencionados, que urge ultrapassar, e da perda constante do seu efetivo, contribuindo desta forma para o aumento da segurança e bem-estar no Município e da qualidade do espaço público.

### Departamento de Administração Geral e Finanças

O Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2014 que agora se apresenta, traduz de forma clara a capacidade de concretização pela Câmara Municipal das Opções do Plano e do Orçamento aprovados para o ano em referência.

O exercício de 2014 decorreu num contexto marcado pela continuação de um importante conjunto de restrições e clima de contenção orçamental que tem caracterizado o funcionamento nos últimos anos, tendo como base o enquadramento macro económico e estrutural em que vivemos.

Importa sublinhar que o peso das receitas próprias do Município tem vindo a sofrer ao longo destes anos uma considerável quebra, em consequência da crise económica e financeira que em geral afeta toda a atividade económica nacional, que determinou uma diminuição muito significativa da atividade ao nível urbanístico e de obras de particulares, e uma consequente redução igualmente significativa na capacidade de angariação de receitas próprias resultantes dessa atividade económica.

Nestas circunstâncias impôs-se prosseguir uma política de gestão centrada num intenso esforço de contenção dos gastos, em particular ao nível da despesa corrente, tendo sido possível, assegurar que no essencial as atividades previstas e programadas nas Opções do Plano fossem concretizadas.

Neste quadro, com uma adequada programação e equilíbrio financeiro, foi possível, uma vez mais, assegurar todos os compromissos resultantes da atividade Municipal, com regularidade e prontidão, em muitas situações antecipando mesmo a sua satisfação relativamente ao estrito cumprimento das normas e das leis que regulam esta matéria, facto que se traduz na manutenção de uma salutar relação de confiança mútua entre a Autarquia e os seus fornecedores que constitui sem dúvida uma mais-valia importante para a atividade do Município e para a atividade económica do Concelho.

A atual conjuntura é ainda de maior exigência e, por isso, impõe-se um elevado esforço e empenho, bem como, uma capacidade de adaptação constante, à produção de demasiada legislação de difícil interpretação, sem diretivas e apoio dos organismos de reporte e/ou Tutela.

Este esforço de racionalização interna em curso, a aplicação rigorosa dos meios financeiros disponibilizados e a procura de alternativas permitiram um exercício equilibrado durante 2014, sendo esta a realidade que está espelhada nas demonstrações financeiras apresentadas no presente relatório.

No contexto de crise económica, temos consciência da necessidade de prudência na definição de investimento mas estamos também convictos da necessidade de diminuir a despesa corrente. As medidas contempladas a partir de 2012 nos orçamentos, correspondem a um esforço assinalável de consolidação, atuando, claramente, pelo lado da redução da despesa.

Foi necessário um esforço acrescido para clarificar conceitos e aspetos práticos que permitissem, sem equívocos e constrangimentos, implementar as “regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso”, sem que seja posto em causa o regular funcionamento dos serviços municipais e consequentemente a prestação do serviço público.

Foi, uma vez mais, reiterada e explicitada a necessidade de em tudo o que diz respeito aos cabimentos solicitados, compromissos e/ou procedimentos em fase de concretização e que não obrigassem a indemnização por parte do Município, que fosse equacionada a possibilidade de serem repensados/negociados, reprogramados, com vista ao cumprimento do objetivo, “não assumir despesa superior à receita a arrecadar”, no estrito cumprimento da legislação em vigor.

A implementação deste sistema de controlo pressupõe a existência de uma componente informática preparada para dar resposta quer ao processo de execução, quer ao processamento de informação a fornecer para a “base de dados centralizadora” ainda com lacunas, até pelas discrepâncias de entendimento dos organismos públicos que tutelam estas matérias.

A Lei do Orçamento do Estado para 2014 foi fortemente condicionada pela necessidade de dar cumprimento aos compromissos assumidos.

Em tempos desafiantes como os que enfrentamos, é premente tomar decisões e avançar com medidas, muitas vezes difíceis – têm que ser feitas escolhas. Nos últimos anos, assistimos a grandes alterações devido a uma constante necessidade de adaptação às condicionantes e em resposta à crise.

Os trabalhos de encerramento contabilístico do ano de 2014 decorreram em tempo considerado oportuno, refletindo o esforço desenvolvido no sentido de dar continuidade e aprofundar o trabalho de consolidação deste Departamento, sendo que, com fatores externos cada vez mais adversos, e os riscos redobrados, foi necessário avaliar internamente a nossa atividade e estratégia, procurando traçar metas realistas, seguindo como princípios orientadores um enfoque, numa situação financeira robusta, assumindo o compromisso de reduzir os rácios de endividamento, que cumprimos, e uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência operacional.

**a. Serviço de Execuções Fiscais**

O âmbito material do balanço do ano de 2014, embora tendo a tramitação dos processos de execução fiscal como seu principal objeto, abrangeu ainda a averiguação sobre as condições em que a mesma é efetuada – condições relativas às instalações físicas do Serviço de Execuções Fiscais, às características dos recursos humanos afetos ao Serviço e ainda aos recursos de suporte informático e de apoio técnico ao seu dispor, tendo em conta:

1. O rácio número de processos/número de funcionários;
2. As virtualidades dos programas informáticos de gestão dos processos de execução fiscal (AIRC / ROCAIL);
3. As principais dificuldades sentidas pelos funcionários, na tramitação dos processos de execução fiscal.

No ano 2014, deu-se primazia ao registo e atualização de dados inerentes e necessários à regular tramitação dos processos (pendentes e a instaurar), perspetivando-se para 2015 uma rentabilidade acrescida ao nível da eficiência e eficácia no resultado.

Importa salientar que, o contexto socioeconómico atual é, sem dúvida, de maior dificuldade e conseqüente exigência e, por isso, impõe um ainda mais elevado rigor, diligência e esforço pessoal/grupo de trabalho, bem como uma capacidade de adaptação constante. Estamos certos de que tudo fizemos e faremos para continuar e, se possível, aumentar os níveis de eficiência e eficácia do trabalho a realizar, ultrapassando as dificuldades e superando os desafios que sucessivamente se nos colocam, com rigor, competência e equidade que nos são exigíveis.

Acumulado de Valores Cobrados por Rubricas 2014



	Número de processos	Quantia Exequenda	Juros de Mora	Taxa de Justiça	Outros Encargos	Total Cobrado
<b>CMO</b>	559	€ 113.446,03	€ 4.821,84	€ 8.606,23	€ 2.964,67	<b>€ 129.838,77</b>
<b>OUTROS TRIBUTOS (ÁGUA + TCE + TLC)</b>	16.002	€ 380.494,71	€ 40.413,52	€ 104.879,26	€ 71.839,52	<b>€ 597.627,01</b>
<b>Totais</b>	16.561	€ 493.940,74	€ 45.232,36	€ 113.485,49	€ 74.804,19	€ 727.465,78

No contexto, importa referir, que durante 2014, o Serviço de Execuções Fiscais, contou para além dos 8 trabalhadores que lhe estão afetos, com a colaboração de mais 2 elementos, integrados na CMO ao abrigo do “protocolo/contrato” celebrado entre a CMO e o IEFP.

De mencionar, também, alguns constrangimentos sentidos no decorrer deste processo, a saber:

- O elevadíssimo número de processos que atualmente é instaurado no Serviço de Execuções Fiscais, tendo no ano 2014, sido instaurados 192.343 processos/certidões;
- Os constrangimentos manifestos que resultam da dependência de informação externa (Finanças, Segurança Social, Entidades Bancárias e Patronais) para a regular tramitação das execuções;
- O número diminuto de recursos humanos disponível para a regular tramitação dos processos;
- Os constrangimentos resultantes das insuficiências dos/nos aplicativos informáticos;
- A taxa de absentismo de parte dos trabalhadores;

Ao supra referido, acresce salientar os constrangimentos evidentes resultantes da conjuntura social e económica do País e dos Portugueses, com situações de carência manifestos, que obstam ao cumprimento voluntário das obrigações e, bem assim, que seja elevadíssimo o número de processos de execução fiscal onde só a penhora de bens se afigura suficiente à arrecadação dos créditos, sendo deveras evidente, o número de processos pendentes neste Serviço, que tramitados até final, se encontram declarados em falhas ou simplesmente sustados, atenta a ausência de bens penhoráveis com as insolvências decretadas judicialmente

Respeitando inteiramente a lei e as condições/decisões do Município, no que concerne essencialmente aos constrangimentos no acesso à informação adequada ao cumprimento das competências do órgão de

execução fiscal, ao número de trabalhadores afetos ao Serviço e aos meios informáticos disponíveis, até pelo esforço de consolidação orçamental levado a cabo pela Autarquia até ao momento, e num contexto macroeconómico particularmente adverso, tem resultado numa evidente redução de arrecadação de receita, sendo cada vez mais relevante o número de processos em que o pagamento só é assegurado através da penhora efetiva de bens do executado. Sem prejuízo dos resultados obtidos que apesar de tudo, consideramos positivos.

### A. Divisão de Gestão Organizacional

Após o ato eleitoral, em 29 de setembro de 2013, o exercício do **Modelo Integrado de Gestão** - MIG centrou-se na adequação dos instrumentos estratégicos ao novo mandato e às novas orientações político-estratégicas. Numa 1ª fase, procedeu-se à análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) que permitiu realizar o diagnóstico da organização. Esta análise centrou-se nas questões com maior impacto potencial, assumindo a dualidade “organização” vs. “Concelho”, pois a atuação da organização condiciona a evolução do Concelho, bem como a envolvente, que pode constituir uma ameaça ou oportunidade para a atuação do Município.

Após a entrada em vigor do novo regulamento orgânico dos serviços do Município de Oeiras, em 8 de abril de 2014, o exercício evoluiu para a construção do Mapa Estratégico (ME) e *Balanced ScoreCard* (BSC), quer para o estabelecimento da estratégia do Município alinhado com o programa eleitoral, quer para o seu desdobramento para os Departamento e as Unidades Orgânicas na direta dependência do Executivo. Foi construído o ME ‘corporativo’ do Município onde constam as Orientações Estratégicas e os Objetivos Estratégicos da Autarquia para o período 2014-2017, decorrentes do Programa Eleitoral da força vencedora e para que fosse possível medir e monitorizar os objetivos estratégicos definidos no ME, construiu-se o BSC e o Plano de Desenvolvimento Estratégico, onde constam as ações/projetos/atividades desenvolvidos pelas unidades orgânicas.

No âmbito da iniciativa Licenciamento Zero (LZ), em matéria de simplificação administrativa e de *e-government*, continuámos a privilegiar a aplicação do Licenciamento Zero (DL n.º48/2011 de 1 de Abril) e da Diretiva de Serviços (DL n.º 92/2010, de 26 de julho), que estabelece a redução dos encargos administrativos sobre o cidadão e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos. O DGO é gestor/interlocutor junto da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), para a implementação da iniciativa Licenciamento Zero e da Diretiva de Serviços. O Município

encontra-se a diligenciar a entrada em produção da nova plataforma do Balcão do Empreendedor (BdE), através de adaptação regulamentar e de testes à aplicação.

No âmbito do **Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)**, decorreu nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2014 a Auditoria Externa ao SGQ implementado no Município de Oeiras e da qual resultou a Manutenção e Extensão do âmbito da Certificação já concedida, não tendo sido registadas na auditoria Não Conformidades apenas Oportunidades de Melhoria.

A Auditoria, realizada pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, teve como âmbito da Manutenção da Certificação:

- A Rede de Bibliotecas Municipais, através do Processo Rede Bibliotecas Municipais, da Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação;
- O Desporto, com o Processo Desporto da Divisão de Desporto;
- A Promoção, Reabilitação e Gestão do Parque Habitacional, referente aos Processos “Promoção e Reabilitação Habitacional” e “Gestão do Parque Habitacional” do Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana;
- A Gestão de Frota, a Promoção e Sensibilização Ambiental, os Espaços Verdes, a Higiene Urbana, os Mercados e Feiras e os Cemitérios, relativamente aos Processos “Gestão de Frota”, “Promoção e Sensibilização Ambiental”, “Espaços Verdes”, “Higiene Urbana”, “Gestão de Mercados e Feiras” e “Cemitérios”, do Departamento de Ambiente e Equipamento;
- O Apoio Administrativo, respeitante aos Processos Administrativos dos Departamentos de Habitação e de Reabilitação Urbana e de Ambiente e Equipamento.

Esta Auditoria foi também de Extensão do âmbito da Certificação aos Processos de Suporte:

- “Gestão” e “Medição e Melhoria”, coordenados pela Divisão de Gestão Organizacional/Núcleo de Gestão da Qualidade;
- “Gestão das Compras”, da Divisão de Contratação Pública;
- “Gestão de Recursos Humanos”, da Divisão de Recursos Humanos;

- “Gestão de Pedidos de Intervenção”, da Divisão de Tecnologias e Sistemas de Informação.

Como pontos fortes do Sistema de Gestão da Qualidade, foram assinalados pela Equipa Auditora os seguintes aspetos:

- A equipa competente e o domínio que evidencia dos assuntos pelos quais os respetivos elementos são responsáveis;
- Boas práticas e melhoria operacionais implementadas;
- O empenhamento da Gestão de Topo a nível do Executivo;
- A vontade de satisfazer o Município;
- Integração do BSC-PDE-SIADAP num Modelo Integrado de Gestão já com evidências de uma implementação consolidada.

Neste sentido, a Equipa Auditora recomendou a Extensão da Certificação da Qualidade tendo em consideração o referencial aplicável ao Sistema de Gestão da Qualidade (norma NP EN ISO 9001:2008). A decisão de Manutenção/Extensão foi posteriormente confirmada pela APCER, através de e-mail datado de 29/12/2014.

Em 2014, retomou-se também o processo de implementação do SGQ no Departamento de Polícia Municipal e Proteção Civil (DPMPC), encontrando-se o mesmo em curso, sendo que se prevê a sua Certificação em 2015.

Durante o ano de 2014, foi, ainda, dado prosseguimento ao projeto de implementação do Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança (SIGQAS), em curso no DAE. Este Projeto tem continuidade para 2015.

A par das atividades desenvolvidas no âmbito dos Sistemas de Gestão (SGQ/SIGQAS) – e de todas as tarefas que lhes estão inerentes – o Núcleo de Gestão da Qualidade participou no Projeto de Ação-Formação (POPH) de aperfeiçoamento do Modelo Integrado de Gestão (MIG), e em particular nos domínios da “Auditoria interna e controlo de gestão” e “Excelência em gestão”.

No domínio do **atendimento genérico**, é da responsabilidade da DGO o atendimento genérico presencial, online, o atendimento telefónico geral, a gestão do canal do email Geral, a gestão de reclamações, o atendimento dos Balcões Multisserviços/ Espaços do Cidadão a partir de 19 de novembro de 2014 (extensão da Loja do Cidadão), as portarias e receções.

Os PAM's e EdC's de Carnaxide e de Linda-a-Velha, nos últimos anos registaram a seguinte evolução no atendimento:

Atendimento presencial Postos de Atendimento e Balcão Multisserviços de Carnaxide e Linda-a-Velha	Resultados globais							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	9.205	14.670	14.543	18.714	21.469	28.087	30.280	<b>34.458</b>

De 2009 para 2010 o aumento no número de munícipes/cidadãos atendidos deveu-se ao facto de no ano de 2010 os Postos começarem a efetuar cobranças, logo este fator levou a que fossem descentralizados alguns serviços que implicassem cobrança, como foi o caso das atividades seniores (com o pagamento dos seguros e das inscrições). Por outro lado, de 2011 para 2012 o grande aumento deveu-se ao facto da conversão dos PAC em BMS e ao aumento do número de serviços disponíveis.

O número de atendimentos em 2014 divide-se entre 7.317 atendimentos nos PAM e 27.141 nos BMS sendo este serviço o grande responsável pelo aumento no número de atendimentos. A proporção de atendimentos nos PAM mantém-se residual. Se compararmos com o ano de 2013, os atendimentos nos PAM diminuíram em cerca de 112 atendimentos, a tendência continua a ser para diminuir, enquanto nos BMS aumentaram cerca de 4.290 atendimentos.

É de salientar que a partir de 19 de novembro de 2014, os BMS foram reconvertidos em Espaços do Cidadão (EdC). Estes Espaços são locais onde os cidadãos podem aceder aos serviços disponibilizados pelo Município e pela Administração Central, numa lógica de atendimento digitalmente assistido. As formalidades disponíveis passaram de 70 para 104.

Em maio de 2013, entrou em funcionamento o **Portal dos Serviços Online**. Através deste canal o munícipe pode aceder, em qualquer local e momento a uma série de serviços relativos à atividade municipal e submetê-los via eletrónica. Foram desenvolvidos cerca de 180 formalidades em estreita articulação com o DTSI/DSI e o DPGU/DAAA.

No que diz respeito ao **Atendimento Telefónico Geral**, em 2014 foram registadas 115.474 chamadas telefónicas rececionadas e atendidas com sucesso. Comparativamente ao ano transato registou-se um decréscimo de 2,16% (menos 2551 chamadas que em 2013). Assegurou-se, igualmente, o registo e envio ao DAE de 3232 fichas de intervenção.

Quanto às **Reclamações**, em 2014 foram rececionadas 1537 reclamações. Os canais disponibilizados para reclamar foram os Livros de Reclamações; o e-mail Geral do Município, O Requerimento Geral, o Formulário Sugestão/Opinião, o Atendimento Telefónico *Call Center* Ambiente; o Formulário On-line de Sugestões e Reclamações; a Rede Social Facebook; o Expediente geral – Correio; o SMS/MMS, o geoportal O Meu Bairro. Os canais privilegiados para reportar as reclamações foram *O Meu Bairro*, o e-mail Geral e o *Call Center* Ambiente.

Em matéria de **gestão de conteúdos e comunicação**, a DGO em colaboração com o GC e a DTSI, iniciou o projeto para a reestruturação/redefinição do site institucional. No que se refere ao portal Intranet, além da gestão dos conteúdos das áreas organizativas a DGO continuou a colaborar com o GC na publicitação/divulgação de conteúdos neste portal. Durante o ano de 2014, continuamos a assegurar em articulação com a DRH e o GC, a conceção, produção e redação do Páginas de Encontro.

Em colaboração com a DGP, o GPDEIG, o GC, o GMA e o a DASSJ procedeu à implementação e organização do segundo processo do **Orçamento Participativo** para o biénio 2014/2015.

Vocacionado para informar sobre os direitos e deveres dos consumidores e para apoiar na mediação de conflitos de consumo, o **Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor** (SMIAC) prosseguiu a sua atividade de atendimento aos nossos munícipes, quer presencialmente, quer por telefone ou pelo correio eletrónico.

Destinadas especialmente aos funcionários do nosso Município, o SMIAC divulgou, ao longo do ano, diversas informações, recomendações e guias através da intranet.

O **Serviço de Arquivo Municipal - SAM**, no ano de 2014, continuou a sua participação no projeto de elaboração de um **Plano de Classificação para a Informação Arquivística da Administração Local (PCIAAL)**, tendo começado a trabalhar na construção de uma portaria de gestão de documentos. É objetivo desta Portaria constituir-se como um instrumento de avaliação, seleção, eliminação da informação, estando este projeto a decorrer com o apoio da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e da Biblioteca (DGLAB) e conta com a colaboração dos municípios da Amadora, Beja, Lisboa, Lourinhã, Santarém, Sintra e Torres

Vedras e dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora (membros permanentes), e de mais 64 municípios do país como membros observadores. Deu-se ainda início à implementação do PCIAAL no Município de Oeiras através da utilização do **Sistema de Gestão Documental** (SGD), encontrando-se o plano de classificação já em utilização no DAE, na DAGF, no DHRU e na grande maioria dos respetivos serviços.

O SAM deu continuidade ao trabalho interdisciplinar que tem vindo a desenvolver nos últimos anos, em parceria com a DTSI, no âmbito da gestão documental, tendo o SGD sido implementado em novos serviços, numa lógica de gestão por processos. Para este processo de implementação, que em 2014 chegou a mais de 150 novos utilizadores de vários departamentos (DHRU, DAGF, GCAJ), foi necessária a coordenação de um conjunto de tarefas, que muito contribuíram para o seu sucesso: realização de ações de formação *onjob* e em sala; produção de materiais de apoio específicos, de acordo com a realidade de cada serviço, assim como um acompanhamento próximo dos utilizadores, quer durante, quer após os períodos definidos para a implementação. No mês de novembro tiveram lugar um conjunto de ações de formação, organizadas em parceria com a DHR/NPS, destinadas aos utilizadores dos serviços onde o SGD já se encontrava implementado e ainda aos novos utilizadores, do GCAJ e do DHRU, tendo sido abrangidos cerca de 80 utilizadores do SGD.

No que respeita o **Arquivo Histórico**, o ano de 2014 ficou marcado pela reincorporação, no Serviço de Arquivo Municipal, do espólio da Associação de Socorros Mútuos de Oeiras, desaparecida desde os finais dos anos 1980. Prosseguiu-se também com o tratamento e divulgação da documentação histórica e das coleções fotográficas, assim como das coleções de material promocional do Município e de ofertas à Presidência, por meio do **Arquivo Online** e da **Pesquisa Integrada de Conteúdos**. A série Reunião dos Órgãos Executivos foi alvo de especial atenção, com o tratamento e descrição dos Livros de Atas das Reuniões da Câmara Municipal, que se encontram já disponíveis entre 1760 e 1868, e da coleção fotográfica da Biblioteca Municipal de Oeiras. Paralelamente, foram migradas para o X-Arq as propostas de deliberação existentes no Salão Nobre Digital desde o ano de 2007 até ao momento.

O ano de 2014 ficou ainda marcado pela realização da exposição **Memórias em Arquivo** na Livraria-Galeria Verney entre 7 e 21 de junho. A exposição envolveu uma palestra no dia 17 subordinada ao tema *Urbanismo e Memória* e uma visita-guiada no dia 14. Em simultâneo foi criada uma exposição virtual para divulgação dos conteúdos, bem como, um catálogo de distribuição gratuita. Foi prosseguida a política de divulgação do espólio do SAM com a redação de diversos artigos incluídos nas publicações municipais e elaboração de um folheto com as principais informações do SAM. Também com o objetivo de divulgar a

grande diversidade de materiais à guarda do SAM, ao longo de 2014, foram realizadas três **exposições temáticas** com recurso às coleções Material Promocional do Município e Ofertas à Presidência. É de destacar a exposição Tudo se transforma, que esteve patente no espaço central do Edifício Atrium durante cerca de dois meses e meio, tendo contado com a colaboração do Núcleo de Proteção e Sensibilização Ambiental e do Gabinete de Comunicação.

Proseguimos a digitalização da série “Processos de Obra Particular” - projeto estruturante iniciado em Maio de 2008, que visa transferir para suporte digital a série mais movimentada e volumosa do Arquivo. Até dezembro de 2014, foram digitalizados, descritos e indexados 8993 processos de obra; digitalizados 581 processos de obra, num total de 1505758 documentos, possibilitando a resposta imediata a mais de 40% dos pedidos dirigidos ao Arquivo. Procedeu-se ainda ao tratamento (que consistiu no expurgo de duplicados e na remoção de todos os elementos metálicos como agrafes e ferragens), à descrição, indexação de dados, digitalização e controlo de qualidade dos processos de obra e ainda ao tratamento e digitalização de cerca de 200 volumes de processos para envio a Tribunal.

Através da plataforma de Serviços Online que permite a qualquer cidadão em qualquer altura e em qualquer lugar, aceder à atividade municipal e submeter os pedidos via eletrónica, o Arquivo em articulação com os Serviços de Urbanismo disponibilizaram informação dos processos de licenciamento através de um link, tendo sido já dada satisfação a 133 pedidos, num total de 192 processos compostos por 523 volumes, num prazo máximo de 72 horas. Alguns dos processos requeridos, encontrando-se já digitalizados aquando da formulação do pedido, foram disponibilizados de imediato resultando desta ação uma otimização de recursos materiais e humanos na não disponibilização do processo físico.

Iniciou-se este ano, depois do trabalho de estudo e estabilização da gama de valores dos documentos constantes nos processos de Obras Municipais pretéritos, e a sua compaginação com os atuais, de modo a fazer desta uma ferramenta comum também aos técnicos responsáveis por aqueles processos, ficaram disponíveis 12 processos de obra municipal, de entre eles o processo de adaptação das cocheiras dos Marqueses de Pombal nos atuais Paços do Concelho, o processo de edificação do 1º edifício para os Serviços Municipais, onde funciona atualmente o urbanismo, o processo do 1º bairro para pobres do Concelho, entre outros.

Procedeu-se no corrente ano a pedido da Divisão de Gestão Financeira à digitalização das contas de gerência referentes aos anos de 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1984, 1987, 1988 e 1989 perfazendo 8 caixas, esta documentação de conservação permanente foi digitalizada a pedido do Serviço produtor de



modo a disponibilizar a informação preservando os documentos originais. Foram digitalizados também a pedido do Gabinete de Comunicação os 81 exemplares do Boletim Municipal com as datações extremas de 1989 e 1997.

O SAM teve ainda oportunidade de intervir em situações de rutura como nos serviços técnicos ou nos *ateliers* da Quinta do Sales.

Devido à constante falta de espaço em depósito no corrente ano passamos a dispor de mais dois espaços no Bairro do Alto dos Barronhos, parte de um piso no depósito 18 e parte de um piso no depósito 20.

Foram movimentados durante o corrente ano no depósito da Avenida de Brasília 16.545 volumes de processos de obra e no de Vila Fria 6.224 volumes de processos de obra.

Fez-se apoio ao atendimento do DPGU a 115 utilizadores/técnicos tendo sido disponibilizados 1.220 volumes de processos de obra.

No âmbito da **avaliação e seleção documental** foi dada continuidade à análise e avaliação dos documentos cujos prazos de conservação haviam terminado. Esta tarefa de avaliação e eliminação de documentos afigura-se para nós essencial para uma gestão racional do espaço em depósito, sem a qual não seria possível garantir as incorporações de documentação por parte dos serviços, devido às taxas de crescimento criadas. Foram avaliados e eliminados mais de 200 metros lineares de documentos relativos a diversas unidades orgânicas como a Gestão Financeira, Tesouraria, Recursos Humanos, Formação e Valorização Profissional, Contratação Pública, Serviços Gerais, Policia Municipal, Contra Ordenações, Execuções Fiscais, Obras e Edificações Municipais, Gabinete da Presidência, Desporto, Gabinete de Eleições, Cultura e Turismo, Ação Social, foi feito o expurgo dos duplicados e triplicados dos requerimentos não licenciados existentes nos processos de obra de particulares. Este trabalho permitiu receber, tratar, organizar e acondicionar documentação proveniente de várias unidades orgânicas, reunindo assim condições para ser disponibilizada quando requisitada internamente.

Na área do **Expediente e Licenciamentos Diversos**, durante o ano de 2014, geramos uma receita na ordem €2.366.529,38, nos postos emissores “03” para a emissão de guias referentes ao pagamento dos vários licenciamentos e no “34”, relativo a rendas de casa, mercados, feira de velharias, resíduos sólidos, canídeos, cemitérios, atividade física, publicidade e ocupação de espaço público, telefaxes remetidos pela DGEPIM, entre outros. Foram, ainda, numerados 398 editais, emitidas 5652 licenças/autorizações e 221 certidões de dívida.

No Expediente, durante o ano de 2014, deram entrada através do Sistema de Gestão Documental - SGD 50685 registos e a saída de 32297 registos (sem contabilizar o registo de entradas e saídas do Urbanismo que é autónomo). A extensão do SGD nas restantes unidades orgânicas tem sido fundamental para reduzir a circulação dos documentos em suporte de papel e o serviço de entrega presencial dos documentos nos diversos edifícios municipais e outras entidades, serviço este, assegurado pelo Expediente.

Nos **Serviços Gerais**, em 2014, reduzimos os custos de atividade em 13,56%. Esta redução deveu-se à renegociação dos preços contratuais na área da Reprografia e a aplicação de regras mais restritivas quanto à reprodução de cópias, gerando uma poupança na ordem dos 2,32%; à otimização na prestação do serviço de vigilância com a redução do número de horas contratualizadas nalgumas instalações (Quinta Real de Caxias, Fábrica da Pólvora, Núcleo de Juventude e Jardim Municipal) e retiramos a vigilância em algumas instalações, designadamente no Palácio Ribamar e Departamento de Habitação. Em Dezembro de 2013 colocamos uma portaria de 12h00 nos dias úteis e 24h00 nos Sábados, domingos e Feriados no Palácio Marquês de Pombal. Em Outubro de 2014 passamos a ter uma portaria de 24h00, permitindo um aumento 28,43% na despesa; à redução da despesa, em cerca de 0,96%, nos serviços de restauração e bebidas resultantes de uma seleção criteriosa dos pedidos para o serviço de beberetes; à redução da despesa na área da limpeza em 79,4%, comparativamente ao ano anterior, tendo em conta que a mesma é assegurada pelos trabalhadores do Município excetuando-se a limpeza das partes comuns da Unidade Residencial Madre Maria Clara que é efetuada por uma empresa.

Na área do **Apoio aos Órgãos Municipais**, durante o ano de 2014, foram elaboradas 60 atas das reuniões da CM e da AM, estando acessíveis na Internet e Intranet. Foram, ainda, elaboradas 8 atas dos diferentes Conselhos/Comissões Municipais pelo apoio à AM.

Relativamente à atividade de análise administrativa e jurídica das PD - Propostas de Deliberação, foram elaborados 33 memorandos técnicos e prestadas informações a cerca de 532 pedidos de análise prévia num universo de 965 PD aprovadas pela câmara municipal, sendo que os assuntos maioritariamente tratados nos memorandos técnicos dizem respeito à contratação pública, a atribuição de subsídios, ao setor empresarial local, à tributação autárquica, à reabilitação urbana, ao regime jurídico-laboral, à habitação social, à regulamentação municipal, ao urbanismo, entre outros.

A **taxa de execução** do PDE da DGO foi de 96%. Foram superados 7 objetivos: *“Desenvolvimento da área do munícipe no Portal Serviços Online do Município e no Balcão do Empreendedor (Licenciamento Zero),*

*disponibilizando mais formalidades/serviços”; “Elaborar um Guião de Atendimento Digital para uso interno e externo - Portal dos Serviços Online e Balcão do Empreendedor (Licenciamento Zero e Diretiva de Serviços) ”; “Melhorar a satisfação dos munícipes com o serviço de atendimento ao público”; “Maximizar a gestão e a boa aplicação das ferramentas do Modelo Integrado de Gestão (MIG) e monitorizar os seus resultados”; “Criar a figura do gestor do atendimento municipal (exceto urbanismo), responsável por dar resposta aos esclarecimentos pedidos e solicitações diversas - Diretiva de Serviços (DL nº 92/2010, de 26 de Julho) e Licenciamento Zero (DL nº 48/2011, de 1 de Abril) ”; “SGQ - Promover a extensão do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) às áreas de suporte ao sistema”; “Monitorizar o Acordo de Nível de Serviço (OLA) estabelecido com o DTSI/DIAS”; “SGQ - Coordenar e garantir a implementação do Sistema de Gestão Resposta/resolução de reclamações, legítimas e da exclusiva atribuição do Município Ambiental (ISO 14001) e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18001) e Integração de Sistemas de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança”. Não foram cumpridos 2 objetivos: “Promover e disponibilizar a utilização de uma única estrutura de classificação e organização da documentação - Plano de Classificação de Informação Arquivística para a Administração Local, (PCIAL) em conformidade com a Macroestrutura Funcional (MEF) / interoperabilidade semântica”; “Resposta/resolução de reclamações, legítimas e da exclusiva atribuição do Município”.*

A **taxa de execução das Grandes Opções do Plano - GOP**, ao nível dos compromissos, foi de **95%**, nas áreas dos serviços operacionais da limpeza, vigilância e reprografia, bem como a aquisição de consumíveis, nomeadamente o leite para os bares e trabalhadores afetos aos diversos serviços nas áreas de higiene, limpeza urbana, recolha noturna e cemitérios. E, ainda, a aquisição de serviços de consultadoria e de auditoria no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.

## **B. Divisão de Tecnologias e Sistemas de Informação**

À imagem de anos anteriores, durante 2014 assumiu elevada atenção no contexto dos SI's o Projeto ERP (Enterprise Resource Planning), tendo sido dado especial apoio à área financeira na definição da melhor arquitetura funcional de implementação da Receita recorrendo preferencialmente aos módulos do atual fornecedor (SGF-Sistema de Gestão Financeira), apesar de não ser disponibilizada pelo mesmo solução transversal de acordo com o pretendido pelo Município. Dando continuidade ao apoio prestado ano anterior, ao longo de 2014 foi realizado também especial focus nos módulos da área de Recursos Humanos, e nas constantes adaptações ao quadro legal tributário em constante alteração, decorrente das medidas do Governo na redução de vencimentos da Função Pública.

O Projeto de Gestão Documental do Município de Oeiras foi formalmente assumido pelo executivo como prioridade para a organização na medida em que as vantagens apresentadas pelo grupo de trabalho e testemunhados pelos serviços já utilizadores da solução se apresentaram como mais valias funcionais transversais e que permitem redução de custos substanciais. O calendário de implementação também já se encontra estabilizado, estendendo-se até meados 2015.

No âmbito do Projeto “RISE” (Rede Integrada de Serviços de Educação), foi implementada a solução de gestão de refeições na totalidade das escolas públicas EB1/JI no final do primeiro semestre 2014, sendo esta implementação transversal há muito ambicionada e com resultados operacionais e de report de informação uma vantagem operacional para a Divisão de Educação.

No contexto das soluções de sistemas de informação desenvolvidas internamente relevam-se os projetos de maior impacto para o município, nomeadamente o Projeto do Novo Portal Educação, assente em plataforma de gestão de conteúdos transversal a outras soluções disponibilizadas pelo Município, como é o caso da Intranet Municipal. A par deste último projeto, o Novo Portal da Educação foi desenvolvido com recurso exclusivo a equipas internas da área tecnológica e da educação e que se traduz na criação de uma solução mais intuitiva e mais apelativa. A mesma entrou em funcionamento no dia 15 de Setembro 2014.

Ainda no âmbito dos projetos desenvolvidos internamente, foram integradas novas funcionalidades no Projeto 55+ que se caracteriza pela disponibilização pelo Município de conjunto de atividades lúdicas/desportivas focalizadas na faixa etária sénior do Concelho de Oeiras. Foi também realizado upgrade de versão do Projeto KOHA – Gestão de Bibliotecas Municipais, assegurando o suporte evolutivo do projeto recorrendo à equipa interna da DTSI e da DBDI na gestão desta solução de licenciamento livre e de código aberto (OpenSource). Assegurando a periodicidade bianual que o caracteriza, foi implementado em 2014 o Projeto Orçamento Participativo 2014/2015, tratando-se da segunda edição do mesmo. A solução desenvolvida pela DTSI nesta edição permitiu a votação via dispositivo móvel (SMS), facilitando o processo de votação ao município.

Desde Setembro de 2014 que tem vindo a ser realizada a implementação de Metodologia de Gestão de Projectos de acordo com o PMI (Project Management Institute), com recurso a serviços externos especializados nesta área, construindo plataforma centralizada assente em MS Sharepoint e MS Project. Com a conclusão deste projeto prevista para final de Novembro 2014, pretende-se dotar a DTSI do conhecimento e ferramentas técnicas que permitam maiores níveis de eficiência e transparência na Gestão de Projectos de Sistemas de Informação do Município.

Ainda durante este período foi dado início ao levantamento das necessidades funcionais para o Portal da Assembleia Municipal, dotando este Órgão Municipal de personalidade própria no canal Web. Paralelamente a este projeto foi também dado início ao levantamento de requisitos do Site Oeiras Solidária, projeto da área da responsabilidade social do tecido empresarial do Concelho de Oeiras. Foi também formalizado o grupo de trabalho para a construção do Novo Site Institucional, cujo desenvolvimento aplicacional se prevê que tenha lugar ao longo de 2015.

Releva-se também durante 2014 a integração da DTSI no Sistema de Gestão da Qualidade do Município de Oeiras através da formalização do processo de suporte interno “PGPI - Processo de Gestão de Pedidos de Intervenção” e reconhecimento do mesmo através da auditoria interna e externa (APCER) realizadas recentemente.

### **UNIDADE DE INFRAESTRUTURAS E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS**

Relativamente às Infraestruturas e Administração de Sistemas a operacionalização categoriza-se essencialmente por duas áreas de intervenção distintas: estudo, implementação e acompanhamento de projetos, suporte e manutenção da atual infraestrutura.

A UIAS, enquanto prestadora de serviços, prima por garantir um serviço de disponibilização de websites e aplicações, permitindo assim a presença e existência nas mesmas em ambiente Internet. As aplicações publicadas vão desde as aplicações mais simples, como sejam blogs ou sites temáticos, como é caso do catálogo online das bibliotecas de Oeiras, o blog “Olhos de Gigante”, sites de eventos do Desporto como a “Corrida do Tejo”, “Salão Nobre Digital”, “Salão Nobre Municipal”, até ao “Site Municipal” que tem um cariz de visitas diários bastante superior, entre outros. O ambiente disponibilizado garante uma disponibilidade acima de 99,99% e débitos de acesso bastante confortáveis, o que faz com que seja uma solução fiável e robusta.

No âmbito das comunicações sem fios destaca-se o projeto Oeiras WIFI, projeto que dotou diversos locais de equipamentos de rede wireless permitindo a qualquer munícipe aceder à Internet de forma simples e segura. Neste momento o acesso é possível nas praias e bibliotecas do concelho, Fábrica da Pólvora, Porto Recreio e jardins do Palácio do Marques. Este projeto foi concebido e conseguido em exclusividade com elementos das equipas internas da DIAS. Ainda neste âmbito, foram implementadas redes wireless para acesso gratuito dos munícipes à Internet nas três bibliotecas municipais, tendo sido também criadas

as condições técnicas para dotar os principais edifícios municipais de rede wireless, permitindo assim uma maior mobilidade a quem disponha de equipamento informático portátil.

Durante o ano de 2014 foi garantida a manutenção da infraestrutura de suporte aos diversos projetos em curso dos Sistemas de Informação (destacando-se o Site Institucional, o ERP e a partilha e armazenamento de informação através da rede informática), nomeadamente através da expansão da capacidade disponível de armazenamento centralizado de informação, bem como a adequação dos equipamentos adstritos aos colaboradores das diversas unidades orgânicas às necessidades demonstradas. Sobre a disponibilidade dos ambientes mantidos a mesma foi de 99,7% para o Site Institucional, 99,98% para correio eletrónico, 100% para acesso à Internet e 99,5% (no horário de expediente) para as comunicações de voz e solução de atendimento.

No âmbito da vídeo segurança foram otimizadas e uniformizadas as infraestruturas existentes, tendo sido substituídos equipamentos obsoletos e que não permitiam a integração em solução de visualização única. Desta forma, o projeto previu a troca e otimização dos locais que já dispunham de vídeo-segurança, tendo sido estendido a novos locais como os estaleiros de Porto Salvo e Vila Fria.

Tendo presente os objetivos do PAESO (Plano de Ação Energia Sustentável para Oeiras) continuamos a promover a substituição gradual de equipamentos consumidores de energia, nomeadamente servidores, computadores, impressoras, etc., por outros mais eficientes de forma a ser obtida uma poupança de energia de 546 MWh no ano 2020.

Do ponto de vista de aplicações de suporte à infraestrutura, mantém-se a estratégia de adoção de software tipo freeware, onde a mais-valia se traduz na ausência de custos de aquisição e manutenção. Neste âmbito foram reforçadas as competências e usabilidade dos softwares freeware de sistema operativo servidor, dispondo o Município atualmente de cerca de 25% dos seus servidores suportados por sistemas operativos Linux. Curiosamente, as equipas revêem-se nesta aposta, permitindo não só um acréscimo de flexibilidade de evoluir livremente sem dependências contratuais, mas também e sobretudo, o impacto positivo na motivação pessoal que estas alterações proporcionam.

Na vertente mais operacional de suporte e manutenção da atual infraestrutura, destacam-se como tarefas principais desenvolvidas: a gestão do diretório de utilizadores, o suporte contínuo aos utilizadores e serviços, manutenção do centro de dados, manutenção de equipamentos e serviços informáticos, nomeadamente correio eletrónico, internet, telefones, sistemas de atendimento, sistemas de segurança,

administração de sistemas e bases de dados, bem como a gestão do parque informático, tarefas essas que contam com um sistema de atendimento centralizado (Service Desk) baseado nas melhores práticas ITIL, traduzindo-se na criação de ponto único de contacto (Single Point of Contact). Ainda na vertente aplicacional, salienta-se o suporte aos projetos em curso, nas componentes de comunicações e sistemas, nomeadamente na disseminação das novas funcionalidades do ERP (ex: Intranet, MyNet, ePaper, gestão documental, etc.). É de realçar também o suporte presencial disponibilizado às escolas, nomeadamente através do apoio técnico para resolução de incidentes relacionados com a infra-estrutura tecnológica.

Relativamente à satisfação dos serviços disponibilizados pela UIAS salienta-se o índice de satisfação global atribuído através da média das respostas dos utilizadores em formulários de satisfação, tendo a mesma sido de 4,3 valores numa escala de 1 a 5. Também em questionário de satisfação direcionado às diferentes unidades orgânicas, mas num âmbito mais lato, nomeadamente pela aferição das vertentes de inovação das infraestruturas, eficácia dos serviços, fiabilidade dos recursos disponibilizados e segurança da informação, a DIAS obteve também pelo 4º ano consecutivo a melhor classificação da direção municipal, com uma classificação média de 3,79 valores entre 1 e 5 valores.

### **C. Divisão de Gestão Financeira**

À DGF cabe assegurar uma estrutura financeira equilibrada e que não coloque o Município em risco financeiro nem no curto nem no longo prazo, nesta medida salienta-se o esforço efetuado para o cumprimento dos prazos de pagamento a fornecedores, bem como uma nova forma de cálculo da generalidade dos agregados de receita uma vez que se apostou na projeção plurianual, assegurando assim o equilíbrio financeiro plurianual, garantindo os desideratos legais quanto à matéria financeira.

Relativamente à Receita, destaca-se em 2014, a implementação da aplicação de gestão de faturação, a qual permitirá emitir diversos tipos faturas, e facilitar todo o processo de gestão e monitorização desta componente orçamental. A este processo excetuam-se ainda a receita que resulta da habitação social e resíduos sólidos.

Importa, desta feita evidenciar a melhoria efetiva ao nível do controlo da dívida da receita, tanto mais que durante no último triénio foram já emitidas certidões de dívida no valor total de 439.659,29€, tendo sido cobrado 105.336,73€.

A DGF tem vindo assegurar o cumprimento dos limites impostos por lei, designadamente ao nível do cumprimento da execução da receita, que no ano de 2014, registou uma taxa de execução superior ao valor previsto em orçamento.

Também ao nível da estabilidade das operações do Município, a DGF tem assegurado a existência de Fundos Disponíveis, necessários quer à atividade corrente, quer à realização de investimentos. Para tal foram efetuadas durante o ano de 2014 treze alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, visando reajustar o orçamento municipal às necessidades dos serviços, as quais não influenciaram, contudo, a despesa global.

Por fim, acresce realçar que a reorganização dos Serviços Municipais, em conformidade com as regras e um conjunto de critérios previstos na Lei nº 49/2012 veio trazer à DGF responsabilidades e atribuições acrescidas nomeadamente na elaboração do orçamento, relatório e conta de gerência, envio de informação legalmente obrigatória a entidades externas, entre outras. Esta alteração da estrutura ofereceu-nos uma interessante oportunidade para verificação e atualização processual existente, identificando pontos críticos para a determinação clara de objetivos.

### UNIDADE DE PLANEAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLO

#### GOP e Orçamento

A elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento, bem como o seu acompanhamento, controlo e avaliação da sua execução ao longo do ano, cabe à UPOC, tendo como objetivo genérico, produzir informação para avaliar o desempenho do Município, especificamente na sua vertente financeira, garantindo a implementação e execução dos seus objetivos estratégicos.

A publicação de novos diplomas legais com impacto direto na Administração Local, como sendo a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro<sup>2</sup> e a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro<sup>3</sup>, veio impor às entidades a eles sujeitos a implementação de novas metodologias de trabalho, nomeadamente, ao nível das regras previsionais aplicáveis ao aglomerado das receitas.

Nesta medida, em oposição a anos anteriores, em que o cálculo da generalidade dos agregados de receita eram efetuados tendo em consideração o carácter anual do Orçamento, para 2015, apostou-se na

---

<sup>2</sup> Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

<sup>3</sup> Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.



projeção plurianual da cobrança de IMI, uma vez que, por aplicação do novo diploma legal prevê-se, numa perspetiva da manutenção do então cenário vigente (não entrando em linha de conta com o fim das isenções com impacto no ano), a quebra da receita proveniente dos restantes 50% dos Prédios Rústicos e a perda de 1% da receita proveniente dos Prédios Urbanos, ambos em benefício das freguesias.

Simultaneamente, por aplicação das regras previsionais legalmente estabelecidas passou a aplicar-se uma nova perspetiva de elaboração do Orçamento, desta feita, entrando em linha de conta com as Dotações Finais em vez das Dotações Iniciais até então consideradas, pela maior proximidade de aplicação em matéria de gestão. Atente-se que estas melhor que as anteriores refletem o impacto das várias alterações orçamentais e, conseqüentemente, refletem com maior rigor e proximidade as necessidades futuras de cada serviço em matéria da gestão financeira da sua atividade.

### Contabilidade de Custos

Apesar dos constrangimentos registados durante o ano 2014, em particular os resultantes da aplicação do novo Regulamento Orgânico, com efeito a partir de 8 de abril (data da sua publicação em Diário da República), a preocupação com a otimização da Contabilidade de Custos esteve sempre patente, quer por parte dos vários serviços municipais que mantiverem o elevado sentido crítico e total abertura à aplicação dos requisitos que foram sendo exigidos por parte do Grupo de Trabalho da Contabilidade de Custos, quer por este que deu continuidade ao trabalho de reflexão e de melhoria contínua do Processo de Operacionalização, na generalidade das vezes com recurso à participação ativa dos restantes atores no processo.

Em face dos resultados obtidos em 2013, objeto de relato no Volume III do Relatório e Conta de Gerência, foram tomadas, em 2014 à semelhança do ano anterior, várias diligências, ao nível dos diferentes agregados, em resultado das decisões tomadas pelo Grupo de Trabalho da Contabilidade de Custos (em 2013):

- Máquinas e Viaturas – Alargamento do número de máquinas e de viaturas a tratar no OAD, na sua maioria viaturas AOV;
- Mão-de-Obra Direta – Alargamento do número de funcionários categorizados como tal, em resultado da sensibilização dos vários serviços por via da experiência adquirida nesta matéria ao longo dos anos anteriores. Deu-se continuidade à afetação, por centro de custo, dos gastos suportados pela autarquia

decorrentes da adesão do Município de Oeiras aos programas promovidos pelo IEPF, cujos beneficiários categorizados como MOD foram, na sua generalidade, lançados pelo Grupo de Trabalho nos termos da informação facultada pelos serviços responsáveis pelo seu acompanhamento. Caracterizou-se igualmente pela otimização do tratamento de alguns dos MOD, suportada no sentido crítico dos vários serviços e na adequação das respetivas bases de trabalho;

- Amortizações – Continuidade da metodologia de tratamento, consubstanciada pela imputação às respetivas infraestruturas / orgânicas dos custos correspondentes, merecendo especial destaque, os equipamentos afetos a cada uma das bibliotecas, os quais, na sequência da alteração da Tabela de Bens e Serviços (TBS) de 2014, tiveram que ser devidamente revistos, pela DGP, em função da nova desagregação.

Por seu turno, dando continuidade aos trabalhos de otimização do Processo de Operacionalização da Contabilidade de Custos e, bem assim, à preocupação contínua e sistemática em imprimir maior rigor, coerência e qualidade à informação a produzir periodicamente por esta nova ferramenta de gestão, foram efetuadas pequenas alterações à Tabela de Bens e Serviços (TBS) em vigor durante o ano 2013 como sendo:

- Criação de novos Centros de Custo, destinados à desagregação das Bibliotecas Municipais do Concelho (num total de 3), tendo este constituído o primeiro conjunto de equipamentos (no caso municipais) a ser objeto de desagregação.
- Reestruturação da funcional 4.2. – Transferências entre Administrações, tendo como objetivo o apuramento dos custos suportados pela autarquia com os apoios financeiros e/ou em espécie atribuídos às Juntas de Freguesia e a outras entidades não enquadráveis nas restantes funcionais que constituem a TBS.
- Inutilização de centros de custo por deixarem de ser aplicáveis (por exemplo: Bibliotecas Municipais).
- Erradicação da Funcional 431, criada aquando da implementação da Contabilidade de Custos com o objetivo de apurar o custo / hora de cada máquina e/ou viatura a aplicar ao ano seguinte ao de reporte. A utilização deste agregado de custos revelou-se, desde logo, impraticável, pois resultaria na duplicação de movimentos por parte da DVM – Divisão de Viaturas e Máquinas.

A Tabela de Bens e Serviços constitui-se, nesta medida, como um documento dinâmico, traduzindo-se a participação crítica e ativa de todos os serviços, de forma contínua e sistemática, uma mais-valia para a otimização da ferramenta de gestão em apreço.

Ainda no contexto da otimização da Contabilidade de Custos e no sentido de agilizar e forma mais objetiva e pragmática a intervenção dos serviços foi realizada, em março, uma nova versão do Manual do OAD – Movimentos de Mão de Obra Direta (MOD) e de Máquinas e Viaturas (MAQ), sobre a 1ª versão realizada em 2012.

Tal como em 2013, também em 2014 se assistiu a uma melhoria do desempenho, da capacidade crítica e de resposta por parte dos serviços, tendo culminado, no que às componentes OAD diz respeito, com um encerramento que se considera oportuno para efeito de Prestação de Contas (meados de fevereiro). O aludido encerramento materializou-se com o processamento dos custos previsionais de Mão-de-obra Direta (MOD) e de Máquinas e Viaturas (MAQ), no SCA, através da reconciliação dos respetivos detalhes constituindo-se, por excelência, no movimento de encerramento da Contabilidade de Custos no que a estas componentes diz respeito. Acresce o facto de se tratar de uma fase posterior à Validação Definitiva dos movimentos destas componentes junto dos serviços.

Face aos constrangimentos registados em resultado da alteração da orgânica, da aplicação de nova legislação com impacto na Administração Local (no raio de atuação desta unidade), é de salientar que o encerramento atrás referido, apenas foi possível devido ao excelente desempenho do novo recurso afeto à UPOC para acompanhamento dos trabalhos de Validação dos Movimentos MOD e MAQ, com efeito a partir de setembro de 2014.

O presente período caracterizou-se, igualmente, pela continuidade do levantamento e reporte, à AIRC, de diversas anomalias e pedidos de novos requisitos, em matéria das aplicações informáticas, em particular, do OAD, cuja satisfação foi sendo pontualmente assinalada. Espera-se que tais melhorias venham a ter impacto na qualidade e rigor da informação produzida por esta nova ferramenta de gestão.

É de salientar o início e desenvolvimento da proposta de Norma de Controlo Interno a aplicar à Contabilidade de Custos. Pretendendo-se, de futuro, tão logo venha a ser concluído e aprovado no Contexto do cômputo da Norma de Controlo Interno a aplicar no Município de Oeiras, proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos objetivos inerentes à eficácia e eficiência dos recursos, fiabilidade da informação financeira e cumprimento requisitos legais estabelecidos.

A título de balanço, considera-se que o processo decorreu de forma positiva, pautado pelo espírito de compromisso e de partilha entre os vários intervenientes, assente numa preocupação contínua e sistemática de otimização da performance dos recursos logísticos, humanos e financeiros.

Aumentar a partilha de informação e a sua divulgação, na Intranet e Internet, trabalhar em rede com todos os serviços, internos e externos, produzir mais com menos recursos, aplicar maior rigor nas atividades desenvolvidas, são elementos de um novo paradigma, em crescimento na administração pública.

### Modelo Integrado de Gestão

No âmbito do Projeto de Modelo Integrado de Gestão (MIG), a UPOC diligenciou os procedimentos para o desenvolvimento de uma nova Norma de Controlo Interno, que visa contribuir para uma melhor performance municipal. Foram promovidas diversas reuniões com os demais serviços municipais, a fim de se definir os procedimentos que contribuem para assegurar o desenvolvimento e controlo das atividades de forma adequada e eficiente, de modo a permitir a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, garantindo a exatidão dos registos contabilísticos e os procedimentos de controlo a utilizar para atingir os objetivos definidos no ponto 2.9.2 do POCAL.

### Relatório e Conta de Gerência

Durante o ano de 2014, foi mais uma vez diligenciado o Relatório e Conta de Gerência relativo a 2013, onde se destaca o desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao encerramento da Contabilidade de Custos.

*Numa primeira fase*, respeitando ao encerramento das componentes de Mão-de-obra e Máquinas e Viaturas, que sendo competência da UPOC (anterior DPO) são, naturalmente, indissociáveis das restantes componentes “Outros Custos Diretos” e “Materiais”, da responsabilidade da DGF, e “Amortizações” da responsabilidade da DGP.

*Numa segunda fase*, respeitando à recolha, sistematização e análise da informação relativa à Contabilidade de Custos e execução do Relatório correspondente, parte integrante do Dossier de Prestação de Contas desde 2013.

Salienta-se que a informação sistematizada e analisada no âmbito do referido documento, em 2014, reportando-se ao exercício económico de 2013, respeita ao primeiro ano de produção desta nova

ferramenta de gestão, a qual tem constituído referência a outros trabalhos desenvolvidos pela UPOC, como sendo o Reporte de Contas à ERSAR no contexto da informação relativa aos materiais (GES), à Mão de Obra e às Máquinas e Viaturas (OAD) e mesmo ao nível dos Outros Custos Diretos (SCA) através das Relações de Movimentos dos Bens e Serviços aplicáveis à Funcional 2.4.5. – Resíduos Sólidos.

### Relatórios periódicos e prestação de informação

Para além dos documentos previsionais e de prestação de contas, a UPOC elaborou, numa base periódica:

1. *Relatórios de avaliação*, tais como:
  - Informação escrita do Senhor Presidente à Assembleia Municipal,
  - Relatório trimestral de execução orçamental,
  - Folha semanal sobre a situação financeira.
2. Informação a Entidades Externas, nomeadamente:
  - Relativa às empresas participadas – SIPART, execução do orçamento e endividamento, para a DGO e DGAL, através das aplicações disponíveis.

Relativamente às entidades participadas, uma vez que as mesmas assumem um destaque crescente na gestão do Município de Oeiras, é fundamental acompanhar e analisar o impacto que as suas contas representem, nas contas do Município.

- Dados estatísticos solicitados pelo INE, sobre diversos temas como as atividades culturais ou o ambiente.
- Publicitação dos benefícios concedidos (a Lei 64/2013, de 27 de agosto)
- ERSAR – Reporte de Contas

A UPOC procedeu, durante o ano de 2014, à elaboração de proposta de resposta do Município de Oeiras à ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses), sobre o Projeto de Regulamento do serviço

de Gestão de Resíduos, realizado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), conforme solicitado pela referida associação.

Efetuiu a recolha, tratamento e sistematização da informação económica e financeira do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, tendo em vista a submissão do Reporte de Contas à ERSAR, nos termos da legislação em vigor.

Por aplicação do disposto do nº 2 do artigo nº 85º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado a 15 de abril de 2014, o prazo legalmente estabelecido para submissão do Reporte de Contas de cada ano passou a ser o dia 30 de abril do ano seguinte a que reporta.

Ora, o prazo de reporte sendo coincidente com o processo de Prestação de Contas e com os trabalhos inerentes ao encerramento do ano e de abertura do novo ano da Contabilidade de Custos (componentes de Mão de Obra Direta e Máquinas e Viaturas), resultou na acumulação anormal de trabalho no primeiro quadrimestre do ano, tendo-se formalizado o pedido de prorrogação do prazo, o qual, merecendo parecer favorável da ERSAR, foi revisto para 15 de maio de 2014.

Importa por fim referir que o Reporte de Contas relativo ao exercício económico de 2013, submetido no último dia do prazo máximo concedido, foi validado pela ERSAR a 28 de outubro de 2014.

- ERSAR – Novo Modelo Tarifário

Foram desenvolvidos os trabalhos de recolha, tratamento e sistematização da informação entendida como necessária à construção de um novo Modelo de Tarifário para o ano 2015, em conformidade com os primeiros 23 artigos do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos. O Modelo de Determinação de Tarifas constante do Título IV do referido diploma ainda não se encontra em vigor.

No contexto dos aludidos trabalhos destaca-se a reformulação do Tarifário em vigor, em 2014 (desde 1 de janeiro de 2012), para um modelo que permitiu a construção de diferentes cenários, tendo em conta a taxa de cobertura dos gastos com os ganhos projetados para 2015 provenientes da cobrança expectável por aplicação do novo tarifário.

De referir que estes trabalhos foram manifestamente condicionados face à estrutura de tarifário em vigor, caracterizada pela aplicação de diferentes escalões aos Utilizadores Domésticos e Não-domésticos (incluindo os aplicáveis a Famílias Numerosas), quando comparada com a nova que apenas contempla, como única diferenciação tarifária os dois tipos de Utilizadores (Domésticos e Não Domésticos).

Simultaneamente, apenas passou a ser possível a prática do tarifário para Famílias Numerosas quando o cálculo da tarifa variável decorra por medição do peso ou volume dos resíduos produzidos, não aplicável no Município de Oeiras. Também o Tarifário Social, legislado no âmbito do artigo 22º do referido regulamento, passou a ser limitado não permitindo, em caso algum, a isenção do pagamento de qualquer uma das tarifas cobradas (fixa e variável).

A CMO submeteu a 27 de outubro a Formação do Tarifário para 2015 no Portal da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), prazo máximo estabelecido no âmbito da prorrogação solicitada (prazo formal estabelecido – 15 de outubro), tendo esta entidade, na sua comunicação de 27 de novembro de 2014, comunicado o seu Parecer sobre o Tarifário de 2015 que, sendo positivo, considerou recomendável a resolução de um conjunto de desconformidades encontradas, o mais breve possível, de forma gradual e durante o período de transitório, ou seja, no prazo máximo de 5 anos.

#### **D. Divisão de Recursos Humanos**

É do conhecimento geral que nestes últimos anos na Administração Pública, as alterações legislativas têm criado a necessidade de uma adaptação rápida e consciente por parte das Organizações a novas situações socioeconómicas.

As orientações estratégicas do Município de Oeiras na área de Recursos Humanos, têm como objetivos principais, a valorização e humanização dos seus trabalhadores, mas também a responsabilização de cada um, na procura de excelência dos serviços prestados, de forma a garantir o cumprimento das obrigações Legais e dos objetivos organizacionais.

Em 2014, na Lei de Orçamento de Estado, em matéria de medidas com impacto ao nível de Recursos Humanos, continuaram a verificar-se os constrangimentos ao recrutamento de novos trabalhadores, a redução de despesa com pessoal, a aplicação de reduções remuneratórias, a proibição de valorização remuneratórias, o congelamento das progressões na carreira e o aumento das contribuições fiscais dos trabalhadores.

Nesta senda e atenta à missão da Divisão de Recursos Humanos, orientámos a nossa atuação para a modernização administrativa e para a gestão da qualidade, pelo que, investimos na conceção de melhores e mais eficazes instrumentos de gestão, para o reforço do espírito de equipa e coesão, pois estamos conscientes que a motivação é um elemento determinante para um bom desempenho e um fator crítico para o desenvolvimento de uma cultura organizacional saudável e cooperante.

Foi nesta lógica, que dinamizamos a MOBILIDADE INTERNA, pois trata-se de um instrumento de gestão, com forte impacto no desenvolvimento organizacional e na motivação dos trabalhadores. Foram conduzidos 25 processos de mobilidade, constatando-se um grau de satisfação na ordem dos 95,14%.

Com vista a reforçar o espírito de equipa e coesão organizacional, foi dinamizada uma iniciativa de tem-building direcionada ao grupo dirigente, sob o tema “Como criar Equipas Vencedoras”, contando ao nível dos oradores, com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e pelo Prof. Dr. Jorge Sequeira.

O Município nunca descarta o seu papel de Responsabilidade Social, quer ao nível Interno como Externo.

Ao nível da RESPONSABILIDADE SOCIAL INTERNA, o Município tem vindo a apoiar trabalhadores e suas famílias em situação de vulnerabilidade a nível económico e social, desenvolvendo para isso um conjunto de medidas de apoio cuja finalidade é a de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias.

O apoio social foi em alguns casos consolidado, através do Fundo de Emergência Social (FES), que visa o apoio extraordinário a trabalhadores ativos e aposentados, em situação de extrema carência económica e social, tendo sido abrangidos 34 trabalhadores. Também o atendimento social se tem revelado fundamental no acompanhamento de trabalhadores e na procura de respostas sociais, neste ano foram acompanhados 31 processos.

Através do Núcleo de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, garantimos o apoio na doença ao trabalhador, no ativo, aposentado e seus familiares, através da realização de consultas médicas e consultas de acampamento psicológico. Foram realizadas 2353 consultas médicas e acompanhados em consulta de psicologia 156 casos.

A procura deste tipo de serviço nos últimos anos tem sido acentuada, a introdução de taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde e o tempo de espera por consulta médica nos centros e saúde, podem ser 2 fatores relacionados com este incremento.

No âmbito da RESPONSABILIDADE SOCIAL EXTERNA DO MUNICÍPIO, e em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), integramos 114 trabalhadores. O principal objetivo desta parceria, é por um lado, promover a empregabilidade, por outro, evitar o isolamento, desmotivação e marginalização de pessoas em situação de desemprego. É também de salientar, que a integração destes trabalhadores, tem contribuído para o regular funcionamento dos serviços, nem sempre facilmente



assegurado, dados os constrangimentos ao nível do recrutamento, impostos pelas sucessivas Leis de Orçamento de Estado.

Ao NÍVEL DA HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO, foi cumprido o Plano Anual de Medicina do trabalho, tendo sido convocados 1.066 trabalhadores.

Entre 1 de Janeiro e 31 Dezembro de 2015, foram registados 173 acidentes de trabalho, todos acompanhados clinicamente no NSHST.

De salientar, que os objetivos operacionais previstos no PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO obtiveram, na sua maioria, uma concretização acima do esperado.

A taxa de execução das GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ao nível dos compromissos, situou-se nos 87,07%, respeitando a despesa com aquisição de bens e serviços planeados, dos quais se destaca, consultoria jurídica, formação profissional, consulta médica de enfermagem e de apoio psicológico, atribuição de subsídios sociais e educacionais, programas de empregabilidade em parceria com o IIEFP.

O rigoroso esforço para o acompanhamento e controlo da execução do orçamento de pessoal, permitiu atingir uma execução de 96,60%, que só se consegue alcançar com uma gestão eficaz e eficiente.

### **E. Divisão de Contratação Pública**

O ano de 2014 trouxe novos desafios à Divisão de Contratação Pública. Tal deveu-se não só à aprovação e implementação da nova orgânica do Município, mas também devido à alteração do seu dirigente. Durante o primeiro semestre, ocorreram igualmente mudanças na sua constituição, em termos de diminuição significativa de recursos humanos, que provocaram distúrbios no desenvolvimento dos procedimentos pré-contratuais e demais atividade da unidade orgânica, conduzindo a um aumento considerável dos tempos de tramitação processual.

O facto de a unidade orgânica ter ficado sem dirigente imediato desde finais de novembro de 2013 até abril de 2014 causou perturbações a vários níveis que também se fizeram refletir no atraso significativo do desenvolvimento de toda a contratação de bens e serviços do Município.

Em termos legislativos, com a Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei de Orçamento de Estado para 2014, que veio a sofrer alterações pela Lei nº 13/2014, de 14 de março, manteve-se a obrigatoriedade de submissão a parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços,

bem como a aplicação de redução remuneratória aos mesmos, quando não preenchessem os requisitos legais para a sua dispensa ou isenção.

Em 30 de maio veio o Tribunal Constitucional, através do Acórdão nº 413/2014, declarar a inconstitucionalidade com força obrigatória geral da norma contida no artigo 33º da LOE 2014, norma referente à forma de cálculo e percentagem de redução remuneratória, aplicável à celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, por força do seu artigo 73º.

Face a tal declaração, veio o Município de Oeiras, através da Circular nº 3/2014-GP, determinar a não aplicação de redução remuneratória, por força da declaração de inconstitucionalidade do preceito mencionado.

Não obstante, o prazo de inaplicabilidade de redução remuneratória foi curto, pois em 12 de setembro, através dos artigos 4º e 8º da Lei nº 75/2014, esta veio a ser reposta, através da repriminção da fórmula de cálculo e percentagens de redução consagrada na Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), acrescentando ainda, que no ano de 2015, a redução será revertida em 20%, a partir de 1 de janeiro.

### **I. Ações desenvolvidas**

Em termos de ações desenvolvidas pela DCP, importa mencionar ajustamentos realizados no âmbito do processo de gestão de compras, no âmbito do SGQ, processo esse que foi auditado pela APCER e que apresentou, de acordo com o relatório da entidade auditora, resultados muito satisfatórios. A avaliação de fornecedores é a atividade mais relevante nesse processo de gestão de compras. O processo de gestão das compras mereceu a certificação no âmbito da Norma ISO 9001.

Promoveu-se uma sessão de esclarecimentos ao executivo municipal sobre parecer prévio vinculativo, no âmbito da contratação de serviços, destacando-se a diferença entre a sua aprovação e a aprovação da decisão de contratar, enquanto instrumentos individualizados e com objetivos diferenciados.

Foi também melhorada a área da DCP na intranet, fazendo-se constar modelos de documentos importantes para efeitos de contratação, para download por parte dos serviços requisitantes.

No sentido de aproximar os operadores económicos ao Município, foi ainda dado especial destaque ao desenvolvimento da área de contratação pública de bens e serviços no Portal do Município. Note-se que a informação disponibilizada requer uma constante atualização face às alterações legislativas que vão ocorrendo, sendo da responsabilidade da DCP essa atualização.

Assim, foi introduzido um leque variado de informação sobre contratação pública, como o Guia do Fornecedor, link's de acesso ao Portal Base e Plataforma Eletrónica de Contratação, bem como o resultado da avaliação dos fornecedores, no âmbito de processos desenvolvidos para aquisição de bens ou serviços, para as unidades orgânicas certificadas no SGQ.

Atendendo ao facto de a contratação de empreitadas de obras públicas não se encontrar ainda nesta unidade orgânica, a divergência de tratamento de situações idênticas, no âmbito dos processos, foi algo que preocupou a DCP. A contratação pública no Município deve ter um rosto único e essa imagem deve ser passada de forma inequívoca para os operadores económico que conosco contratam.

Nesse sentido, a uniformização de procedimentos, impunha-se. Para tal, a DCP elaborou alguns documentos de uniformização de procedimentos sobre matéria jurídica e outras, de natureza controvertida, remetendo-as às unidades orgânicas que desenvolvem procedimentos pré-contratuais de empreitadas de obras públicas.

### **II. Procedimentos pré-contratuais de aquisição/locação de bens e serviços**

Em termos quantitativos e na globalidade, em 2014, deram entrada nesta unidade orgânica 1811 processos de contratação pública, de acordo com as tipologias constantes no CCP e às quais se aplica a parte II do referido diploma legal, distribuindo-se da seguinte forma:

- Ajuste direto em regime simplificado – 1460
- Ajuste direto em regime normal com convite a uma entidade – 151;
- Ajuste direto em regime de tarefa em nome coletivo – 39;
- Ajuste direto em regime de tarefa em nome individual – 27;
- Ajuste direto em regime normal com convite a mais do que uma entidade – 54;
- Convite ao abrigo de Acordo-Quadro ESPAP, IP (antiga ANCP) – 3
- Convite ao abrigo de Acordo-Quadro CCE-AML – 4
- Concurso público – 39

- Concurso público com publicidade internacional – 5
- Concurso limitado por prévia qualificação – 0
- Contratos excluídos – 1;
- Contratação excluída – 25;
- Renovação do prazo contratual – 3 (ao abrigo do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho).

Sempre que a contratação foi realizada através de um procedimento por ajuste direto com convite a mais do que uma entidade, o mesmo contemplou uma sessão de negociação dos atributos que se encontravam definidos como negociáveis.

Atendendo à conjuntura financeira, a negociação de propostas constitui um importante instrumento de diminuição da despesa pública. Em 2014, realizaram-se 13 negociações, sendo que importa esclarecer que apesar de terem sido desenvolvidos procedimentos concorrenciais em maior número do que as sessões de negociação realizadas, tal se deveu ao facto de, em alguns casos, apesar de serem convidada várias entidades, apenas uma apresentou proposta e, como tal, não foi a mesma sujeita a negociação, pela inexistência de concorrência, ou os concorrentes não se fizeram representar na sessão de negociação.

Considerando que nem só o preço se negocia, existem outras componentes que também registam melhorias, como o prazo de entrega e descontos percentuais sobre o P.V.P., sendo que essas situações não se encontram vertidas na tabela em baixo, por não expressarem diretamente um benefício financeiro

Assim, a Divisão de Contratação Pública registou uma poupança de **30.562,18 €**, de acordo com a tabela apresentada em baixo:

Orgânica	Atributo(s) a negociar	Preço Base	Melhor Proposta Antes Negociação	Melhor Proposta Depois Negociação	Mais Valia
DASE	Preço contratual	2.621,26 €	2.518,50 €	2.297,00 €	221,50 €
GC	Preço contratual	13.728,00 €	10.200,00 €	7.935,00 €	2.265,00 €
DEM	Preço Contratual Man.Prevent.	11.484,00 €	8.640,00 €	7.799,94 €	840,06 €
DEM	Preço contratual	74.990,00 €	74.712,00 €	73.863,18 €	848,82 €
<b>DIAS</b>	<b>Preço contratual</b>	<b>35.100,00 €</b>	<b>32.996,28 €</b>	<b>31.920,00 €</b>	<b>1.076,28 €</b>

Orgânica	Atributo(s) a negociar	Preço Base	Melhor Proposta Antes Negociação	Melhor Proposta Depois Negociação	Mais Valia
DTSI	Preços Unitários	54.968,00 €	54.504,40 €	54.465,60 €	38,80 €
DAE	Preço contratual	9.740,00 €	9.700,00 €	9.600,00 €	100,00 €
DVM	Preço contratual	1.392.000,00 €	1.384.000,00 €	1.368.000,00 €	16.000,00 €
DEM	Preço contratual	13.950,00 €	13.840,00 €	13.563,20 €	276,80 €
DCT	Preço contratual	7.920,00 €	7.695,00 €	7.350,00 €	345,00 €
DTSI	Preço contratual	25.000,00 €	23.169,92 €	18.500,00 €	4.669,92 €
GC	Preço contratual	54.750,00 €	49.980,00 €	46.100,00 €	3.880,00 €
TOTAL					30.562,18 €

Sendo a Divisão de Contratação Pública a unidade orgânica responsável pela gestão de utilização da plataforma eletrónica de contratação pública, importa ainda destacar o número de procedimentos desenvolvidos através deste instrumento.

Assim, em procedimentos de contratação pública ao abrigo da parte II do CCP, para aquisição/locação de bens, prestação de serviços, empreitadas de obras públicas e concessões, de acordo com informação prestada pela Ano, através da plataforma eletrónica Anogov, foram iniciados 268 procedimentos. Desse global, 153 referem-se a contratação de aquisição/locação de bens e prestação de serviços, 114 a empreitadas de obras públicas e 1 de concessão de exploração.

Por tipologia de procedimentos, tramitou-se na plataforma eletrónica 106 procedimentos por ajuste direto com convite a uma entidade; 75 por ajuste direto com convite a mais do que uma entidade e 87 por concurso público.

Não se estranhe a disparidade entre o número, por tipologia de procedimentos, que foram iniciados (deram entrada na DCP) em 2014 e o número de procedimentos que foram colocados na plataforma eletrónica. Tal deve-se ao facto de existirem processos que têm data de início em 2013 e que são colocados na plataforma em 2014, face ao seu desenvolvimento processual. A contratação pública é dinâmica, pelo que não há total correlação entre os processos iniciado em 2014 e tramitados na plataforma em 2014. Os dados são necessariamente diferentes.

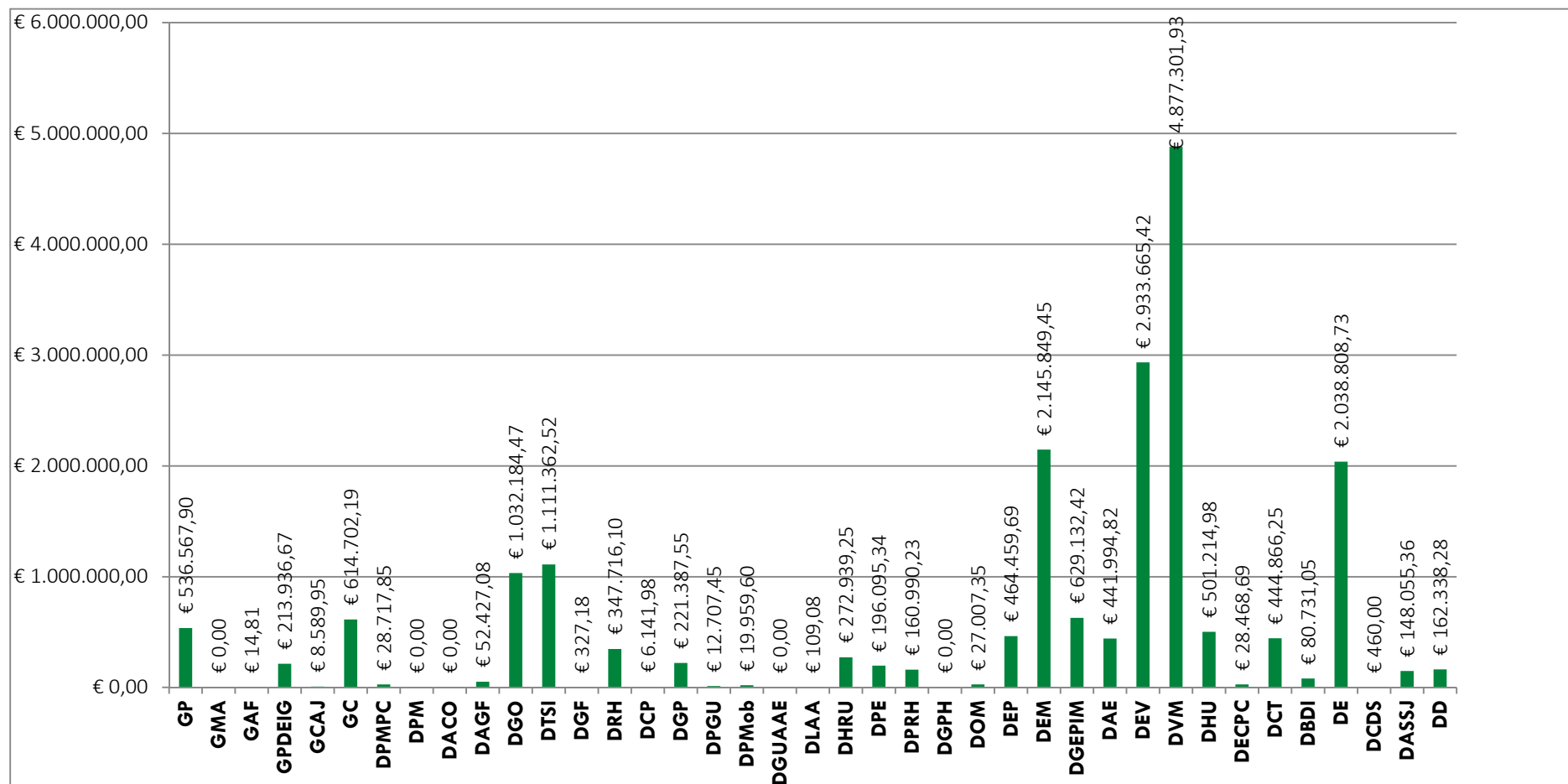
### III. Requisições internas e externas

No que respeita a Requisições Internas elaboradas no sistema informático e que foram devidamente validadas, excluindo-se desta referência as que foram anuladas, é de mencionar que, em 2014, foram elaboradas **1692 requisições internas**.

Em termos de despesa pública assumida em 2014, através de emissão de requisições externas, esta foi de **€19.761.231,62**, correspondendo a um total de **1889 requisições externas** emitidas. Considerando que a atual aplicação informática GES não apresenta listagem disponível com valores sem IVA, o montante apresentado inclui o IVA às taxas legais em vigor.

Importa esclarecer que, tal como resulta dos dois parágrafos anteriores, o número de requisições externas, em regra, é superior ao das requisições internas. Tal deve-se ao facto de as requisições externas serem emitidas de acordo com o ano civil, pelo que um contrato cuja duração ultrapasse um ano civil terá necessariamente duas requisições externas. Também se prende com as situações de renovação dos prazos contratuais, em que de apenas uma requisição interna, que contemple plurianualidade contratual e, logo, de despesa, são emitidas várias requisições externas, de acordo o prazo do contrato.

Em baixo discrimina-se graficamente, por unidade orgânica, a despesa realizada em 2014, de acordo com as requisições externas emitidas.



**IV. Parecer prévio vinculativo**

Ao abrigo do parecer prévio vinculativo genérico, tramitado de acordo com a Proposta de Deliberação nº 48/2014, conforme Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, foram comunicadas aos Senhores Vereadores a contratação de 57 prestações de serviços.

Todas as demais contratações e/ou renovações de prazos contratuais de prestação de serviços foram sujeitas a parecer prévio vinculativo, bimensalmente ao longo do ano de 2014, com exceção do mês de agosto, mês em que não decorreram reuniões do órgão executivo.

**F. Divisão de Gestão Patrimonial**

Em 2014 entrou em vigor uma profunda reestruturação orgânica, mantendo-se a existência desta divisão com novo dirigente a assumir funções desde maio. Considera-se assim, o ano 2014, como um ano de transição, ao longo do qual se procurou “tomar o pulso” da estrutura existente, identificando problemas e situações pendentes, muitos dos quais se mantinham em aberto por demasiado tempo, estando a resolução, em parte dos casos, dependente da intervenção de outros serviços.

Todas as mudanças inerentes à nova estrutura orgânica implicaram mudanças físicas substanciais, às quais foi possível dar resposta através do empenho e dedicação de todos os intervenientes no processo, dentro e fora desta divisão. Naturalmente ficou para segundo plano o rigor dos registos informáticos necessários, agravando a situação extremamente deficitária ao nível da qualidade de dados referente aos cerca de 110.000 bens móveis registados em sistema.

Nesta e noutras matérias, esperamos que o novo ERP atualmente em desenvolvimento venha debelar carências graves ao nível da inventariação e gestão de bens móveis e imóveis, na gestão e controlo de armazéns, na gestão de contratos, desenvolvimento de sistemas de alerta, entre outros.

No âmbito dos bens imóveis existe um problema de fundo, que é nacional, relacionado com a elevada discrepância entre a realidade do território e os registos existentes, nas conservatórias, finanças e no próprio Município. Agrava esta situação a inexistência de registo para os bens de domínio público e a falta de base cartográfica dos que são sujeitos a registo.

Existe um projeto estruturante de delimitação das áreas de domínio público e domínio privado, que está a ser desenvolvido em parceria com a GPDEIG (anterior GDM) e DPGU, existindo também a colaboração



do GCAJ, DOM e DHRU, através do qual se pretende realizar a inventariação em sistema informático do património com ligação a sistema de georreferenciação suportado pela cartografia do Município.

A longa história do Município e a elevada quantidade de registos que se encontram por realizar, bem como, a dificuldade em obter informação que permita concretizar o registo, valorizar o bem e atribuir-lhe uma vida útil, elementos essenciais aos lançamentos contabilísticos associados, representa uma forte condicionante ao regular desenvolvimento deste projeto. As divergências já referidas entre os elementos documentais e a realidade física criam obstáculos adicionais, tendencialmente de resolução complexa e morosa.

Ainda no âmbito dos bens imóveis, existiam diversas situações de cedências e comodatos que se encontravam por formalizar, mantendo-se ainda algumas em aberto, além de várias situações problemáticas nos arrendamentos, com pagamentos em atraso, encerramento de atividade e necessidade de iniciar processos de contencioso. Os espaços vagos serão alvo de procedimentos, ao longo de 2015, com o objetivo de retomarem a atividade, gerando receita para o Município.

Acresce a gestão dos condomínios implementados em Bairros Sociais, com a realização de assembleias-gerais, controlo do pagamento de quotas e colaboração na resolução de questões inerentes à gestão dos edifícios, em articulação com os serviços envolvidos.

O procedimento relacionado com o arrendamento dos Centros Geriátricos foi um projeto de grande envergadura que contou com colaboração externa ao serviço e está atualmente a chegar à fase de adjudicação.

Ao nível dos procedimentos de aquisição de bens consumíveis, verificou-se a necessidade de avançar com várias aquisições de forma urgente tendo em conta as “tradicional” quebras de stock que têm dado uma imagem negativa a esta divisão. Pretende-se optar, de futuro, por procedimentos de fornecimento contínuo e pelo planeamento atempado das necessidades para evitar falhas ao nível da disponibilidade de consumíveis. Para que esta estratégia funcione torna-se fundamental ter agilidade e rapidez na função “compras”, situação que está a ser trabalhada, tendo em atenção os cada vez maiores constrangimentos legais e burocráticos. Existe ainda um “legado histórico” de compras “por atacado” que conduziram ao longo dos anos a um volume de material de armazém, tanto em quantidades como em diversidade de artigos que não é compatível com o contexto atual. O valor final do armazém do economato,

€241.936,66, não sendo dos mais elevados, é preocupante, principalmente pela quantidade de material obsoleto e/ou inutilizado.

Quanto aos restantes armazéns, pretende-se alcançar em breve um nível de controlo e supervisão mais elevado, com acompanhamento efetivo e partilhado com os vários responsáveis. Está em curso a reestruturação de alguns armazéns, sendo necessário intervir nos restantes ao longo de 2015, não estando ainda fechado o modelo de gestão a adotar. Consideramos possível, provavelmente mais vantajoso e funcional, manter os armazéns na responsabilidade dos serviços, existindo uma coordenação e supervisão da DGP, não só em relação à gestão dos armazéns propriamente dita, como também ao nível das aquisições e dos consumos, ou seja, atuar a montante e a jusante, tendo em conta que o armazém não é por si só um problema, mas sim, um reflexo dos fluxos existentes.

De uma forma geral, pretendemos alcançar armazéns funcionais com materiais essenciais ao normal funcionamento dos serviços, mantendo níveis de stock aceitáveis através de fornecimentos contínuos, reduzindo a quantidade infundável de referências e reduzindo de forma significativa o valor global dos armazéns.

Existe ainda o problema dos armazéns da DVM, situação que se arrasta por muitos anos, que são geridos pela aplicação Máximo. Este sistema é considerado adequado, pelo respetivo serviço, e tem sido reconhecido como eficaz na gestão de stocks, contudo, não existe ligação do mesmo ao atual ERP, o que resulta na falta de reflexo contabilístico deste armazém.

Em relação aos armazéns de bens móveis, tem-se verificado ao longo dos anos e de forma generalizada, a acumulação de “monos” para os quais dificilmente existirá destino diferente da “hasta pública de sucata”. No final do ano foi realizada a primeira, com material obsoleto de informática e impressão, situação que permitiu libertar espaço em armazém. A saída das instalações da ex-CNP tem revelado elevados volumes de bens, e também de arquivo, estando em curso estudos para a realocação de todo o arquivo municipal e todos os armazéns de bens móveis. Igual solução seria desejável para os armazéns de stocks mas as intervenções no antigo estaleiro de Porto Salvo foram apenas sectoriais.

Existiu continuidade do projeto de regularização de contratos de fornecimento de água e energia, através do qual diversas entidades passaram a pagar os seus consumos, dando cumprimento aos protocolos de cedência celebrados. A verificação física de contadores e todo o controlo efetuado resultou em

poupanças muito significativas, tanto através de regularizações reconhecidas pelos fornecedores como por alguns contratos cancelados.

Foi concluída a revisão de um trabalho exaustivo de todos os pilaretes, sendo transferida toda a informação disponível para os serviços competentes.

Ao nível dos seguros, foram iniciados os trabalhos de recolha de informação preparatória para o futuro lançamento de Concurso Público Internacional, através do Despacho 99/2014, de 18 de novembro. Estão em curso os trabalhos necessários ao seu lançamento, com destaque para os levantamentos de património, móvel e imóvel, para o qual vamos contar com a colaboração da atual corretora, bem como dos vários serviços envolvidos. Já em 2015 entrou em vigor o Seguro de Acidentes de Trabalho para os trabalhadores do Município e foram reunidas inúmeras apólices do ramo automóvel num seguro de frota, reorganizando e agilizando a sua gestão, reduzindo os custos globais e preparando elementos para o Concurso Público Internacional que deverá entrar em vigor em janeiro de 2016.

De forma mais detalhada apresenta-se o seguinte:

### **b. Núcleo bens móveis**

No âmbito da gestão corrente dos bens móveis do Município registaram-se, no decorrer de 2014, a coordenação e o acompanhamento 106 ações de mudanças e transferência de equipamentos e mobiliário entre serviços, de armazém para diversos serviços, e dos serviços para armazém.

Ainda no respeitante a mudanças e transferências de bens móveis, acompanharam-se as deslocações de bens e equipamentos dos seguintes serviços:

- Divisão de Desporto, do Edifício da Juventude para o Palácio do Marquês;
- Grupo de trabalho DPHM, do Palácio do Marquês para a Casa da Malta;
- DAGF, DECPC, UPOC e Vereação Marlene Rodrigues com deslocações dentro do Palácio do Marquês;
- Núcleo de Instrução de Atos Notariais, do Palácio do Marquês para o Edifício Atrium;
- Gabinete Municipal de Auditoria, mudança do piso 1 para o piso 0 do Edifício Atrium;

➤ DOM\_DAE no Edifício Atrium.

Relativamente ao Sistema de Inventário e Cadastro de bens móveis, foram registados na aplicação SIC 2.396 bens novos e procedeu-se à atualização de dados cadastrais de 2.650 bens de imobilizado.

Ao nível da contabilidade de custos, afetaram-se os 2.396 bens de imobilizado adquirido em 2014, aos serviços da contabilidade de custos e reafectaram-se 7.206 bens de anos anteriores aos atuais serviços da contabilidade de custos.

Até novembro de 2014, o Núcleo de Bens Móveis teve sob a sua alçada a gestão dos contratos de assistência técnica do parque de equipamentos (70) multifuncionais da marca Toshiba instalados nos diversos serviços do Município de Oeiras, bem como dos equipamentos (35) Nashuatec instalados nas diversas escolas de ensino básico do concelho.

O custo global assumido em 2014, para cumprimento dos Contratos de Assistência Técnica – CAT – dos equipamentos acima referidos é o seguinte:

Custo global CAT's multifunções	
<b>70 Equipamentos Toshiba</b>	32.097,27 €
<b>35 Equipamentos Nashuatec</b>	13.565,67 €
<b>Total geral</b>	<b>45.662,94 €</b>

Ao nível dos processos de reparação de equipamentos vários, os custos verificados em 2014 totalizaram € 2.248,76 distribuídos da seguinte forma:

Custo global de reparações diversas	
<b>Equipamento eléctrico e electrónico - GC</b>	744,44 €
<b>Passadeira - DPM</b>	369,77 €
<b>Máquina fotográfica - GP</b>	362,85 €
<b>Scanner Kodak - DGF</b>	142,68 €
<b>Plotter - IMI</b>	389,17 €
<b>Cadeiras - Edifício Atrium</b>	239,85 €
<b>Total geral</b>	<b>2.248,76 €</b>

Para além do atrás exposto, no ano de 2014, salienta-se a participação do Núcleo de Bens Móveis nos procedimentos necessários à concretização de:

- ❖ Cedência gratuita de bens móveis, mesas e cadeiras escolares, ao Município de São Domingos – Ilha de São Tiago em Cabo Verde. Foram alvo desta cedência 93 cadeiras e 85 mesas.
- ❖ Cedência gratuita à Universidade Sénior, de um conjunto de 20 bens móveis (cadeiras, secretárias, quadros escolares, armários e uma estante);
- ❖ Cedência gratuita ao Centro Cultural de Oeiras de um monitor e um computador;
- ❖ Hasta Pública com vista à venda de bens móveis obsoletos. Da hasta pública resultou uma receita líquida no valor de € 150,00 e a retirada dos bens do armazém DGP, por parte da empresa adquirente, para reciclagem;
- ❖ Transferência de bens móveis alojados no armazém 44 no Alto dos Barronhos para concessão daquele espaço;
- ❖ Procedimentos para aquisição de tinteiros, toners, papel de fotocópia e consumíveis diversos de escritório para os diversos serviços do Município de Oeiras;
- ❖ Procedimentos para aquisição de bens móveis;
- ❖ Levantamento e acompanhamento da retirada dos bens móveis pertencentes às entidades exploradoras das áreas concessionadas na Quinta dos Sete Castelos, em Santo Amaro de Oeiras e no Pavilhão Ribamar, em Algés;
- ❖ Participação no levantamento de requisitos para o projeto ERP.

### c. Núcleo bens imóveis

O Núcleo de Bens Imóveis inventariou 43 bens imóveis e abateu 6 bens, decorrentes da venda de 2 imóveis, da dação em cumprimento de 2 terrenos e da anexação de 2 imóveis num só, conforme reflete de forma mais pormenorizada o quadro *infra*:

Tipo de Negócio	Bens de 2014	Anos Anteriores	Abates
Compra	5	3	-
Venda	-	-	2
Permuta	-	1	-
Cedência	-	8	-
Doação	-	8	-
Empreitada	2	7	-
Dação em cumprimento	-	-	2
Desafetação do Domínio Público	3	-	-
Desanexação/Saída de Propriedade	-	1	-
Expropriação	2	1	-
Anexação	1	-	2
Outros	-	1	-
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>30</b>	<b>6</b>

Foi prosseguida a gestão dos condomínios implementados em Bairros Sociais e fora deles, com a realização de assembleias-gerais ordinárias e extraordinárias de condomínio e controlo do pagamento de quotas ordinárias e extraordinárias.

Existem atualmente **136** condomínios em Bairros Sociais (3 destes constituídos no ano presente), tendo sido pago um total de € **137.616,65** a título de quotas ordinárias de condomínio e € **9.662,08** a título de quotas extraordinárias de condomínio (estes valores incluem também os condomínios localizados fora de Bairros Sociais).

O Quadro *infra* reflete o montante despendido com os contratos de arrendamento celebrados pelo Município, que se encontram em execução, para instalação dos seus serviços ou para apoio a outras entidades:

FREGUESIA	IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL	IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE	PROPRIETÁRIO	RENDA MENSAL
<b>Algés</b>	Av. Combatentes Grande Guerra (Cinema Stadium)	Liga dos Amigos de Castelo Novo	Sport Algés e Dafundo	3.905,00 €
	R. Olivença, Nº 11, Loja Esq	Gab. Técnico Local (DPE)	António e Rosalina Antunes	750,00 €
	Av República, Loja Nº 16	Centro Cultural (Junta Freguesia Algés)	NPNP - IMOBILIÁRIA, S.A.	4.012,00 €
<b>Carnaxide</b>	Av. Forte, 4 e 4A	D.P.M. - Armazém	Fundo VIP	12.600,00 €
	<b>R. 5 de Outubro, Loja 16</b>	<b>Gab. Técnico Local Carnaxide</b>	<b>António Carlos Pereira</b>	<b>334,30 €</b>

FREGUESIA	IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL	IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE	PROPRIETÁRIO	RENDA MENSAL
<b>Barcarena</b>	Lg. General Humberto Delgado, 1º andar, Leceia	Gab. Apoio Local Barcarena	Ilda Maria Martins e Lara Cristina Oliveira	374,20 €
	R. Soeiro Pereira Gomes, nº 55, C/V Dta. e Esq., Queluz	Centro de Recursos e Ajudas Técnicas - Centro Social e Paroquial de Barcarena	Iris Filipe	245,52 €
<b>Oeiras</b>	Fundição de Oeiras	Vereação PS e PSD, armazém DGP, Salas de Formação	Invesfundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	8.661,00 €
	Edifício Atrium	GCAJ, GMA, GPDEIG, DAE, DEV, DHU, DOM, GAJF, Gabinetes Vereadora Madalena Castro e Vereador Ricardo Barros	Ribeiro Coutinho, Lda	45.000,00 €
<b>Queijas</b>	Rua Augusto Fragata, N.ºs 3C e 3D (Loja 4)	Projeto "Queijas a Viver"	Sociedade de Construções Dias & Diamantino, Lda	826,00 €
	Rua Augusto Fragata, N.ºs 3A e 3B (Loja 5)	Projeto "Queijas a Viver"	Sociedade de Construções Dias & Diamantino, Lda	805,00 €
<b>TOTAL</b>				<b>77.513,02</b>

A projeção anual do valor das rendas apresentadas corresponde a € 930.156,24, montante substancialmente inferior ao pago em 2014, €1.109.254,77.

Esta poupança foi alcançada pela denúncia dos contratos celebrados com a Transbritel e ESTAMO, que representam uma redução mensal de € 4.361,47, e mediante acordos celebrados com a Ribeiro Coutinho, Lda e o Fundo VIP, o que permitiu uma diminuição mensal de € 35.956,00.

Para 2015 está prevista a redução em 50% da renda do Cinema Stadium e a denúncia dos contratos referentes aos Gabinetes Técnicos Locais de Algés e Barcarena.

Ao nível da receita, a gestão das concessões de exploração e arrendamentos permitiram que se arrecadasse uma receita de € 724.749,64.

#### d. Núcleo DGP

O projeto de identificação e regularização dos contadores de água, luz e gás, desenvolvido ao longo dos últimos anos, tem permitido regularizar situações de contadores que se encontravam indevidamente em nome do Município e que estavam a ser utilizados por terceiros. Neste âmbito foram verificados **3.321 locais de consumo**.

Foram detetadas 69 entidades com situações irregulares. Foram colocados 10 contadores parciais, a fim de se poder contabilizar os gastos efetuados pelas instituições que ocupam instalações do Município de

Oeiras, e foram cancelados 69 contratos de eletricidade, água e luz. Atualmente encontram-se por regularizar 11 entidades, tendo as mesmas já sido notificadas.

De forma a garantir a segurança e prevenção, bem como a existência de chaves na Divisão de Polícia Municipal, para fazer face a casos de urgência e calamidade, a DGP, procedeu ao levantamento e identificação dos **pilaretes** existentes no Concelho de Oeiras, bem como às características funcionais, localização, modelo, tipo de chaves, estado conservação, através da observação direta. Após conclusão foi elaborado mapa com toda a informação e respetivas fotografias, tendo o mesmo sido enviado para a DOM, DPM e DVM.

#### e. Núcleo armazéns

Mantêm-se alguns problemas ao nível das unidades de conversão que provocam a necessidade de correções de valores elevados, sem que existam diferenças nas contagens, a par de outras situações que têm levado a montantes consideráveis de correção do valor de existências, em linha com o que se tem verificado nos anos anteriores.

Contamos que o novo ERP venha solucionar estas questões, melhorando os níveis de fiabilidade na informação recolhida no sistema.

A dispersão física dos armazéns existentes e as condições em que os mesmos funcionam condiciona o controlo e o rigor das operações, estando em curso trabalhos de reorganização dos mesmos.

Em diversas situações as entradas e saídas físicas de material, não são devidamente registadas em sistema, dando origem a divergências, parte das quais só detetadas no momento de inventariação anual.

O seguinte quadro representa as variações registadas no GAE para o universo de armazéns existentes:

Armazém	Ex. Iniciais	Compras	Consumo	Regularizações			Ex. Finais
				Entradas	Saídas	Total	
<b>Economato (DGP)</b>	244.835,38	105.787,99	260.913,16	905.156,75	749.634,72	155.522,03	241.936,66
<b>Eletricidade-DOM</b>	354.971,60	88.166,37	61.716,93	48.348,02	60.194,87	-11.846,85	371.130,70
<b>Serralharia-DOM</b>	118.332,04	21.065,80	18.492,09	168.204,22	62.118,17	106.086,05	227.515,46
<b>Carpintaria-DOM</b>	122.982,74	21.769,57	9.482,30	102.866,48	13.567,44	89.299,04	227.664,26
<b>Mecânica-DVM</b>	68,05	0,00	0,00	0,00	68,05	-68,05	0,00
<b>DAE</b>	397.889,89	229.852,50	212.370,56	5.810,85	6.163,00	-352,15	419.390,43
<b>Vila Fria-DAE</b>	<b>134.748,64</b>	<b>111.699,68</b>	<b>166.190,13</b>	<b>430.088,59</b>	<b>30.152,97</b>	<b>399.935,62</b>	<b>480.188,21</b>



Armazém	Ex. Iniciais	Compras	Consumo		Regularizações		Ex. Finais
<b>Geral do DOM</b>	226.228,49	32.102,63	64.713,17	54.673,87	26.531,50	28.142,37	216.284,54
<b>Trânsito - DOM</b>	94.277,28	10.209,71	36.418,18	664,43	2.325,60	-1.661,17	66.446,13
<b>Estaleiro de Porto Salvo-DOM</b>	234.600,45	20.026,32	22.485,89	2.745,94	5.170,95	-2.425,01	230.171,50
<b>Div Cultura e Turismo-SAC</b>	2.895,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.895,08
<b>Div Cultura e Turismo-Turismo</b>	42.816,81	0,00	2.481,13	2.643,51	11.388,46	-8.744,95	43.239,49
<b>Galeria Verney</b>	131.392,36	0,00	17.122,58	214,24	4.665,81	-4.451,57	117.439,61
<b>Núcleo Museológico</b>	33.985,47	0,00	3.089,45	81,27	174,00	-92,73	37.983,79
<b>Divisão de Educação</b>	29.959,09	9.537,32	6.486,80	4.593,76	3.421,08	1.172,68	34.182,10
<b>Gabinete de Comunicação</b>	62.041,10	166.785,38	55.757,41	4.061,73	7.571,83	-3.510,10	65.395,77
<b>Bairro do Pombal-GC</b>	549.659,18	0,00	180.094,51	78.254,46	100.006,37	-21.751,91	419.510,44
<b>Loja Oeiras Parque-GC</b>	11.263,98	0,00	244,13	1.865,78	3.968,07	-2.102,29	9.883,37
<b>Viveiros da Fábrica da Pólvora</b>	106.038,48	14.414,96	42.956,02	61.675,66	13.194,98	48.480,68	127.507,97
<b>Viveiros da Quinta Real</b>	28.322,82	1.723,91	11.350,20	28.887,20	5.578,56	23.308,64	42.005,13
<b>Viveiros - Sector 4</b>	70.675,03	0,00	2.499,99	3.348,65	18.949,62	-15.600,97	51.417,99
<b>Casal da Manteiga - DEV</b>	61.021,00	30.612,04	0,00	0,00	0,00	0,00	94.990,72
<b>DGO - Paços do Concelho</b>	7.767,73	35.170,80	37.729,11	229,94	109,71	120,23	4.344,06
<b>Gabinete Médico</b>	67.812,32	0,00	0,00	107.006,12	59.238,97	47.767,15	115.578,54
<b>CAMB</b>	125.366,14	0,00	4.999,45	1.501,46	2.869,24	-1.367,78	120.681,41
<b>Somatório Valores _ GES</b>	3.259.951,19	898.924,98	1.217.593,19	2.012.922,93	1.187.063,97	825.858,96	3.767.783,36

#### f. Núcleo seguros

Através de uma gestão eficiente e rigorosa da carteira de seguros, conseguiu-se recuperar o montante de **74.336,04€**:

- **44.752,12€**, Montante anual que a Mapfre Seguros Gerais S.A. paga ao Município, nos termos do Concurso Público Internacional, correspondente a 6,5 % sobre os prémios totais liquidados por esta Edilidade, tendo como base a validação e a liquidação atempada dos prémios no ano de referência (2013), controlo de apólices e nº de participantes e controlo da sinistralidade existente nas diversas apólices da Carteira de Seguros;
- **29.583,92€**, Diz respeito à recuperação de valores de estorno dos ramos acidentes pessoais a automóvel por controlo de participantes e anulação de apólices, respetivamente;

Com a regularização de processos de sinistros de Responsabilidade Civil, a Seguradora indemnizou os lesados em 25.895,00€, tendo o Município assumido o montante total de 12.100,80€, que corresponde à franquia contratual. Em processos decorrentes de sinistros de multiriscos registaram-se indemnizações de 15.132,98€. Para além destas indemnizações, a Mapfre Seguros Gerais S.A., suportou outros encargos que são indemnizados diretamente aos lesados.

O quadro infra espelha o número de recibos de prémio validados por ramo, bem como os encargos financeiros pagos em 2014 daí resultantes:

RAMO	Prémios pagos em 2014
Ramo Automóvel	300.200,69 €
Ramo Máquinas / Cascos	12.837,73 €
Ramo Multi-riscos Geral	90.158,94 €
Ramo Multi-riscos Exposições	915,69 €
Ramo Equipamento Eletrónico	3.157,62 €
Ramo Embarcação de recreio	1.496,67 €
Acidentes Pessoais Viagem	18,59 €
Acidentes Pessoais	341.167,51 €
Acidentes Pessoais IEFP	18.739,17 €
Ramo Transportes - Mercadorias	9.240,30 €
Ramo Responsabilidade Civil Geral	9.006,80 €
<b>Total</b>	<b>786.939,71 €</b>

## Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

A atividade do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em 2014, manteve os níveis de desempenho, de anos anteriores, no domínio do **Planeamento**, nas vertentes da capacitação do território para acolhimento de novos polos de desenvolvimento e da requalificação urbana de áreas habitacionais e empresariais existentes.

Neste âmbito, foram elaborados **Planos Municipais de Ordenamento do Território e outros estudos e Instrumentos de Planeamento e Gestão**, de carácter normativo ou orientador, com a intervenção das diferentes Divisões e Núcleos do Departamento, merecendo referencia:

1. Continuação e conclusão do apoio aos trabalhos de revisão do PDM, designadamente na programação, parametrização e normativos, nas áreas setoriais da rede de acessibilidade e mobilidade, estrutura territorial, modelo de desenvolvimento, áreas urbanas consolidadas e património construído e ambiental.
2. Acompanhamento dos procedimentos relativos aos Planos de Ordenamento das Áreas Empresariais da Zona Norte de Caxias (antigas Pedreiras) e Paço de Arcos (zona de expansão industrial no PDM94) em articulação com a Equipa externa da FCT/UNL.
3. Acompanhamento, em parceria com o GABTEC do ISA e o Mestre Escultor José de Guimarães, dos estudos relativos ao Plano Geral de Ordenamento Paisagístico da Zona das Fontainhas, em Paço de Arcos.
4. Conclusão, através da equipa criada no seio do Grupo de Trabalho DPGU/IPDJ, do Plano de Gestão e Ordenamento do Complexo Desportivo Nacional do Jamor.
5. Prosseguimento dos estudos de avaliação do programa do Plano de Urbanização da Serra de Carnaxide e 2ª Fase do PI do PCT para proposta de revisão.
6. Acompanhamento e conclusão dos procedimentos finais relativos à aprovação dos seguintes Planos Municipais de Ordenamento do Território:
  - a. Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia, 1ª Fase (Alteração)
  - b. Plano de Pormenor da Quinta da Fonte – Carnaxide (Alteração)
  - c. Plano de Pormenor da Zona do Interface de Paço de Arcos (Alteração)
  - d. Plano de Pormenor da Margem Direita do Jamor
7. Início das fases seguintes das Áreas Piloto relativos aos Estudos de ordenamento para a Requalificação Urbana dos bairros das Biscoiteiras, em Linda-a-Velha, J. Pimenta, em Paço de Arcos, e Figueirinha, em Oeiras.
8. Prosseguimento dos estudos para a reabilitação urbanística das antigas Zonas Industriais de Queluz de Baixo e Portela de Carnaxide.

9. Elaboração de diversos estudos para a viabilização da instalação de equipamentos em terrenos municipais.

Em matéria de Acessibilidade e Mobilidade, a atividade do DPGU foi focalizada na elaboração de **Estudos Sectoriais de Circulação e Estacionamento e da Oferta de Transportes Coletivos**, destacando-se:

1. Programação das redes para a cobertura das necessidades de resposta, para a instalação de atividades de natureza estratégica, em articulação com as diversas iniciativas de Planeamento e outras geradoras de impactos nos sistemas viários.
2. Conceção da estrutura e condicionantes para a acessibilidade e mobilidade no âmbito da elaboração dos Planos e Estudos Urbanísticos e de requalificação, em articulação com a DPMob, DGUAEE e DHRU.
3. Apoio aos estudos da ParquesTejo para a melhoria contínua da oferta de estacionamento público, com destaque para as zonas das interfaces, áreas residenciais e empresariais.
4. Acompanhamento para a materialização de soluções geométricas no âmbito dos Estudos da rede viária municipal, designadamente nas áreas empresariais de Queluz de Baixo, Paço de Arcos, Caxias e Outurela/Portela.
5. Continuação do desenvolvimento e acompanhamento, em articulação com a CML e Estradas de Portugal, das soluções viárias programadas para, entre outras, os nós do Alto do Duque e Miraflores.
6. Continuação, através do Grupo de Trabalho CMO/APL, do desenvolvimento e acompanhamento das soluções urbanísticas tendentes ao reordenamento da frente ribeirinha, com particular atenção às zonas do Terraplano de Algés, Doca Pesca e Paço de Arcos.
7. Também com a Administração Central merece referência as iniciativas conjuntas de avaliação de imóveis património do Estado entre a DGTF/CMO cujo destino se perspetive como de interesse municipal e/ou permita a instalação de novas atividades e usos convergentes com os interesses da Autarquia.

Nos domínios da **Atividade Administrativa, do Apoio às Atividades Económicas e do Relacionamento com Municípios e Empresas** mantiveram-se as elevadas taxa de realização dos programas, sendo de assinalar:

1. Continuação do alargamento dos conteúdos e do acesso à base de dados da atividade do Departamento, no âmbito da consulta de processos e da divulgação, criando uma **Base de Dados das Atividades Económicas e dos Equipamentos Privados de Ensino, Saúde e Apoio Social**, e manutenção do sistema de registo cartográfico digital sobre os pedidos de particulares e outros dados de natureza geográfica, estatística e económica.
2. Promoção de medidas de facilitação da comunicação com os Municípes, desde o atendimento público ao acompanhamento dos processos, e a adesão a iniciativas no âmbito dos programas **SIMPLEX** e da implementação das aplicações SPO e *e-paper*.

Merece destaque neste domínio diversas sessões de esclarecimento em articulação com a DTSI e DGO, com municípios nacionais e estrangeiros, cuja realidade de Oeiras pretenderam conhecer.

3. Manutenção do ritmo de crescimento da informação on-line quer de natureza específica associada a obras particulares quer de natureza geral, designadamente a relativa a dados estatísticos, requerimentos, atividades económicas e planeamento.

Com este conjunto de projetos concorre o acompanhamento da concretização dos seus objetivos, traduzido por toda a atividade de gestão que lhe está associada: da apreciação técnica de projetos, do controle e fiscalização de obras e dos competentes procedimentos administrativos, bem como da conciliação de interesses públicos e privados envolvidos, sendo de registar uma redução continua dos tempos de resposta às solicitações.

Apesar das contínuas incertezas do atual contexto organizativo interno e dos enquadramentos legislativos e financeiros, o balanço da execução do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística situou-se nos níveis esperados.

Continuou a registar-se, no ano de 2014, no que respeita aos recursos, para além das condicionantes físicas insanáveis das atuais instalações que temos recorrentemente vindo a assinalar, alguma instabilidade no quadro de pessoal do Departamento devido a saídas imprevistas de colaboradores que, por razões de natureza socio económica, cessaram a sua colaboração no Município.

---

## Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana

Tendo por referência as orientações político estratégicas delineadas para o ano de 2014, cumpre informar que em face das restrições orçamentais houve necessidade de efetuar reajustamentos ao inicialmente previsto.

Não obstante as dificuldades, a atividade desenvolvida no Departamento foi alicerçada numa atitude pró-ativa e de significativo compromisso com os objetivos a atingir.

### B. Divisão de Projetos Especiais

A Divisão de Projetos Especiais no âmbito das suas competências atribuídas e de acordo com a dinâmica de gestão instituída por orientação superior, desenvolve ações/atividades por via indireta através do Núcleo de Projeto e do Núcleo de Requalificação Urbana e por via direta com recursos independentes dos núcleos.

Das ações desenvolvidas diretamente pela DPE, em 2014, são de se salientar as seguintes:

Conclusão da empreitada designada por “Complexo Desportivo de Porto Salvo- Campos e Instalações de Apoio”;

Lançamento dos procedimento concursal de empreitada de “Pavilhão Desportivo da Escola Básica 2,3 S. Julião da Barra - Substituição da Cobertura do Pavilhão Desportivo”, execução e conclusão da obra;

Instrução de Processo e obtenção de visto ao Contrato concedido pelo Tribunal de Contas à obra de construção do Centro de Saúde de Algés, consignação e início dos trabalhos;

Acompanhamento da execução da obra do Centro Comunitário Senhora da Barra por forma a dotar o Centro Social Paroquial de S. Julião da Barra de instalações que permitam cumprir as exigências legais e funcionais das respostas;

Lançamento do procedimento concursal, execução e conclusão da obra coerciva de execução de Muro na Av. 25 de abril, n.39 em Vila Fria;

Lançamento do procedimento concursal, execução e conclusão da empreitada “Junta de Freguesia de Porto Salvo- Obras de Reparação.

**a. Núcleo de Requalificação Urbana**

Das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Requalificação Urbana, ao nível dos Centros Históricos, foi concluída a empreitada para a recuperação dos Edifícios da Rua Costa Pinto nº 196 em Paço de Arcos e dada continuidade à obra de reabilitação do edifício da Rua Cândido dos Reis nº 174 em Oeiras, ambos no âmbito do Programa Habitação Jovem nos Centros Históricos.

Foram concluídos os projetos de execução dos edifícios da Rua Francisco Patarrão nº 8 em Carnaxide e Anexos à Capela de Barcarena em Barcarena bem como lançado o procedimento para a contenção de fachada do edifício da Travessa do Villa Longa nº 3 e 5 em Paço de Arcos.

Ainda no que diz respeito a este Programa, encontra-se na fase final o procedimento para a adjudicação da obra de recuperação do edifício do Largo da Pátria Nova nº 8 em Carnaxide o qual foi interrompido temporariamente em virtude de um dos concorrentes ter interposto uma providência cautelar.

No núcleo do Dafundo foi concluído o projeto de reconversão do Edifício da antiga escola Roberto Ivens a Residências Universitárias.

Em Algés finalizou-se o projeto de implantação de Hortas Urbanas no “Quintalão”.

Deu-se continuidade à implementação do programa de financiamento P.R.E.D. com o apoio técnico e financeiro a diversas obras de recuperação de edifícios no concelho.

Foram igualmente desenvolvidas importantes ações de dinamização, nos Centros Históricos como a “Festa de São Martinho” de Oeiras, a V Mostra Gastronómica em Paço de Arcos, a Mostra Gastronómica em Oeiras (Há Prova em Oeiras) e o Passeio de Automóveis Antigos em Oeiras, Paço de Arcos e Algés.

Nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal, foi concluída a empreitada da Fase II de Construção do Caminho Pedonal, Muro de Suporte e Reformulação do Largo de Itália na Pedreira Italiana.

No Bairro de Leceia encontra-se em bom ritmo a obra de infraestruturas das Fases II e III.

No Bairro do Casal da Choca foram concluídos os projetos de infraestruturas dos artigos 10º, 12º, 13º e 412º e dado início ao projeto do arruamento de ligação da Rua de São José à Quinta da Estrangeira.

Foi concluído o Plano de Ordenamento da Zona Centro e deu-se início aos projetos de Loteamento das zonas C2, C3 e C4.

Em termos de projetos concluiu-se o Plano de Ordenamento da Zona Sul e o Projeto de Loteamento do artº 17 (fases I, II e III).

No Bairro da Laje foi concluída a empreitada de Instalação de Moloks na Rua da Alegria e Requalificação de gaveto na Rua Comissão de Moradores e iniciado o projeto de loteamento da 1ª fase da Zona C.

**b. Nucleo de Projectos**

No Núcleo de Projetos desenvolveu-se, na área da Proteção Civil, o Projeto para o novo Quartel Bombeiros Voluntários de Oeiras;

Nos Equipamentos Sociais, destacam-se o projeto do Centro de Saúde de Barcarena na Quinta das Lindas - concluído.

Na área dos Equipamentos Culturais destacam-se o Centro Cultural José de Castro (o projeto está concluído e à semelhança de 2010, aguarda disponibilidade financeira para se efetuar a obra).

Na área dos Equipamentos Desportivos e de Lazer, o DPE – Núcleo de Projetos prestou apoio técnico e financeiro à Cooperativa Nova Morada (elaboração do Projeto), ao Valejas Atlético Clube (elaboração do projeto e execução da empreitada), à Associação Desportiva de Oeiras (Reformulação do Projeto do Pavilhão Desportivo), aos Unidos Caxienses (projeto da Cobertura do Polidesportivo).

Na área dos Equipamentos Escolares destacam-se as intervenções no Pavilhão Joaquim de Barros (concluiu-se o a primeira fase de recuperação com a intervenção de recuperação da cobertura e pavimento do recinto desportivo); no Pavilhão S. Julião da Barra que mereceu obras de reabilitação ao nível da cobertura; o Pré-escolar das Dominicanas Irlandesas em Algés (projeto base concluído), ATL e Jardim de Infância das Canossianas em Queluz de Baixo (Projeto Base concluído), assim como a reabilitação da escola Sofia de Carvalho (estudo prévio em curso).

No Setor de Preservação e Valorização do Património (...) Realizou-se da obra de recuperação da Biblioteca Operária Oeirense; Realizou-se o restauro do Pombal da Quinta da Barreira e iniciou-se o da Capela do Palácio da Flor da Murta; assim como os projetos da Capela do Senhor Jesus dos Navegantes; da Capela Nossa Senhora do Cabo; da Igreja de S. Romão de Carnaxide.



### **C. Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional**

A atividade desenvolvida pela Divisão de Reabilitação Habitacional, em 2014, consumou-se no conjunto de trabalhos de manutenção e reabilitação do parque habitacional municipal, fogos e edifícios e equipamentos em síntese, as linhas orientadoras da atuação da DPRH foram:

Manutenção, Requalificação e Gestão do Parque Habitacional Municipal e dos seus espaços públicos e equipamentos, o trabalho técnico multidisciplinar no contexto das competências da Divisão como a gestão de espaços comerciais, ou na área da Higiene e Segurança, e Elaboração Projetos de novos conjuntos habitacionais.

O número de intervenções concluídas em fogos ocupados, em 2014, foi de mais de 1.000 reparações das quais mais de 350 com carácter urgente estando em curso ainda cerca de 800, sendo o tempo médio de 6 dias para tratamento técnico interno da DPRH, antes do envio aos empreiteiros para reparação. Foram alvo destas intervenções 647 fogos cerca de 20% do P.H.M.

Quanto á reparação de fogos devolutos para novas atribuições, alcançou-se uma taxa de realização de 95% dos 120 pedidos efetuados pela DGPH, com um custo médio unitário de 4.638 € por fogo, o que constitui uma diminuição de 14% face ao valor de 2010 resultante do esforço das equipas para a diminuição de custos.

No domínio da manutenção e requalificação dos edifícios do parque habitacional municipal, fogos, espaços públicos e equipamentos, sendo um objetivo continuado, foi concretizado com em cerca de 90% destacando-se as 41 reparações pontuais de espaços de equipamento social nos bairros municipais bem como e adaptação de 6 fogos para deficientes

Concretizou-se também a Certificação Energética mais 129 fogos em 2014, estando já certificados cerca de 694 fogos, 20 % do Parque Habitacional Municipal sendo que 80% dos fogos já certificados se encontram nas categorias B- e C.

Os objetivos operacionais delineados no âmbito do Plano Estratégico Municipal para a DPRH tiveram um grau de cumprimento que considero bom, apesar da conjuntura financeira nacional desfavorável, cujos constrangimentos afetaram significativamente a reabilitação do PHM bem como a promoção da construção de novos fogos, limitando a capacidade de resposta do Município às necessidades de habitação, acrescidas também pelo contexto de crescente desemprego do país.

Outros fatores que têm levantado dificuldades no funcionamento dos serviços são as sucessivas inovações e intermináveis alterações legislativas. De entre estas merece particular destaque a Lei 8/2012 – “Lei dos Compromissos” – cuja implementação, para além das restrições financeiras, veio introduzir grandes entropias nos procedimentos relativos aos processos de adjudicação, fazendo aumentar significativamente os respetivos prazos, gerando alguma frustração nas equipas.

No entanto, fruto da experiência que vai resultando, procedeu-se à reformulação de alguns procedimentos e metodologias implementadas, recentrando-as e focalizando-as numa melhor eficiência na prossecução dos objetivos do serviço, dentro das incertezas de contexto externo e interno.

#### **D. Divisão de Gestão do Parque Habitacional**

Quanto à Gestão Social do Parque Habitacional municipal e das famílias nele residente, ela consubstancia-se numa política de grande proximidade com as populações residentes, a qual se baseia em atendimentos presenciais / escritos num total de 6.700 em 2014 e em visitas domiciliárias que ascenderam a 700.

O número de pedidos de habitação registados no Observatório, em 2014, foi de 276, dos quais resultaram a realização de mais de 160 visitas domiciliárias para validação das situações. Este valor apresenta a manutenção de um equilíbrio face aos valores dos anos anteriores. Contribui para esta situação o facto de se terem alterado os procedimentos anteriormente aprovados, o que se traduz essencialmente na não obrigatoriedade de visita domiciliária a todos os pedidos de habitação, como até aqui acontecia, tendo estas sido substituídas por entrevistas sociais.

Atualmente, o número total de pedidos de habitação é de 6.227, dos quais 2.380 pedidos se encontram na situação de “ativos”. Nas 3.847 situações consideradas “inativas”, estão incluídos todos os realojamentos realizados desde o início do programa – 929.

Em 2014 foram atribuídos 120 fogos municipais, devidamente reparados pela DPRH e em condições de atribuição. Destes, foram atribuídos em regime de arrendamento, 90 fogos a novos agregados familiares carenciados registados no âmbito do Programa Observatório. Os restantes 30 fogos foram atribuídos para reajustamentos tipológicos e transferências dentro do parque, no âmbito da normal e regular gestão das famílias e das habitações.

A par da resposta às carências habitacionais, foi feito um trabalho continuado de acompanhamento dos arrendatários, na organização e dinamização dos processos de integração, e concretizados, com sucesso, projetos diversos de intervenção social com as populações dos bairros Municipais, nomeadamente a realização do programa de Verão “mexe-te nas férias”.

### Departamento de Obras Municipais

O DOM integrava a antiga Direção Municipal de Obras e Ambiente, e com a última reestruturação orgânica do Município de Oeiras, extinguiram-se duas unidades orgânicas (DIM e DTT) que no fundo se fundiram com a DGEP, originando a atual DGEPIM. A nova orgânica do Município de Oeiras também originou mudanças a nível do pessoal, de competências e até de pelouros, o que por sua vez impôs uma nova organização no Departamento. Com mais de 100 funcionários distribuídos pelas suas unidades orgânicas, DEP, DEM e DGEPIM, teve uma realização financeira global de €5.426.791,00. Este valor poderia ter sido superado caso não tivessem ocorrido alguns condicionalismos resultantes dos cortes orçamentais que provocaram atrasos na adjudicação e realização de algumas empreitadas fora da programação prevista.

No que respeita aos diferentes procedimentos que decorreram pelo DOM, no ano de 2014, foram desenvolvidos 723 **procedimentos** sendo que **616** corresponderam a aquisições de bens e serviços e **107** a empreitadas, e ainda foram conduzidos procedimentos que haviam começado no ano anterior. Das empreitadas, os procedimentos concursais desenrolaram-se exclusivamente pela DOM. Os procedimentos para aquisição de bens e serviços correram pela DCP, embora os elementos instrutórios tenham sido elaborados na DOM (preparação e validação de peças, emissão de RI, elaboração de fichas de contratação).

Neste relatório importa destacar entre outras:

- Realização de obras de em 6 escolas do Ensino Básico e Jardins-de-Infância do Concelho no valor de €969.700;
- Execução das Novas Oficinas Municipais e continuação do Parque dos Poetas;
- Construção da ciclovia da Cruz Quebrada

- Recuperação do complexo do Palácio Marquês de Pombal, reorganização do estaleiro de Porto Salvo, etc.

#### **A. Divisão de Estudos e Projetos**

Tendo em conta as competências atribuídas, à Divisão de Estudos e Projetos, de conceção, promoção e controlo da execução dos projetos no DOM, e no que respeita à atividade desenvolvida, destacam-se os seguintes projetos em 2014:

Desenvolveram-se e concluíram-se os seguintes Projetos, Estudos e Planos:

4 Requalificações de Escolas - Edificado (projetos internos): EB1 Sylvia Philips, EB1 António Rebelo de Andrade, EB1 Tomás Ribeiro e EB1 Sá de Miranda;

1 Requalificação Escola - Espaço Exterior (projeto interno): EB1 Amélia Vieira Luis (nova fase);

Diversas Requalificações de Equipamento (projetos internos e externos), Atuações no Palácio Marquês de Pombal - Estudo das Patologias do Palácio e Estudo dos vãos, Recuperação das fachadas da Adega do Palácio do Marquês, Acessos ao equipamento do Lar M. Clara, Remodações parciais no Mercado de Algés;

4 Arquitetura Paisagista e Espaço Público (projetos internos): Parque de estacionamento no fim da Av. de Portugal em Carnaxide, Envolvente ao Centro de Saúde de Carnaxide, Requalificação do Parque Urbano da Terrugem, Intervenção no Largo Maria Leonor em Miraflores;

Novas rotundas: Rotunda de acesso às Novas Oficinas em Vila Fria;

Diversos projetos específicos de Especialidade (internos): 17 Fundações, Estrutura e Estabilidade, 5 Redes Drenagem Águas Pluviais, 7 Redes Prediais de Águas e 5 de Esgotos.

Elaboração de 81 PPGRCD's internos (20 para a DEP e 61 para as outras U.O.)

Relatório do triénio 2011/2014 e respetivo Portefólio DEP

Realizaram-se e concluíram-se as seguintes Assistências Técnicas de obras com projetos DEP:

6 obras em Escolas: requalificação do edificado e espaços exteriores - EB1 Sto. António de Tercena, EB1/JI Jorge Mineiro e EB1 Sílvia Philips; requalificação da cozinha – EB1 António Rebelo de Andrade; remodelação das I.S. - EB1/JI Beça Múrias e EB1 Dionisio dos Santos Matias.

2 obras de requalificação de diversos equipamentos: Adega do Palácio do Marquês – Requalificação das fachadas, Estaleiro de Porto Salvo - novo pavilhão e reabilitação de todas as instalações.

4 obras de arquitetura paisagista: Intervenção paisagística da Rotunda Baden Powell em Caxias, requalificação paisagística do Loteamento da Rua da Torre em Oeiras, caminho de acesso às Instalações da Associação “Nova Morada”, solução para a zona do lago na alameda de Queijas.

Destacam-se também Projetos e Estudos desenvolvidos (sem conclusão), nomeadamente:

8 Escolas: EB1/JI Porto Salvo, EB1/JI Alto Algés - Requalificações diversas, EB1/JI Antero Basalisa, EB1 Dionisio Santos Matias – requalificação dos espaços exteriores, EB1/JI Jorge Mineiro e EB1/JI Beça Múrias – substituição dos vãos, EB1 Visconde de Leceia – substituição da cobertura, EB1 Armando Guerreiro – requalificação das IS.

3 Edificado: Edifício Fórum (futuro Edifício Sede do Município de Oeiras) (custo total do projeto 1.495.865€ dos quais estava previsto realizar em 2014: 448.760,06€ e foi efetivamente realizado 224.379,68€) trata-se de um projeto de relevante importância porquanto permitirá que no futuro se centralizem num só edifício a esmagadora maioria dos serviços da Câmara, Requalificações diversas no Palácio Marquês de Pombal e conjunto arquitetónico, Pólo de Formação do Município de Oeiras na Rua do Belo Horizonte, Requalificação das instalações da Secção da DHU em Oeiras.

8 Arquitetura Paisagista, Espaço Público: Quinta Pedagógica de Linda-a-Velha (orçamento participativo), Organização da zona sul do lote das Novas Oficinas, Requalificação paisagística do aterro de Vila Fria, Parque Recreativo de Linda-a-Velha, Parque hortas do Moinho das Antas, Estabilização de Talude na Estrada do Cacém, requalificação de espaço público na Rua do Loureiro – Murganhal.

4 Vias e estacionamento: Estacionamento de apoio às Novas Oficinas, Estudo dos acessos ao futuro Edifício Fórum, Requalificação do estacionamento e entrada da Adega do Marquês de Pombal, Estacionamento no Moinho das Antas.

Outros Estudos e acompanhamentos diversos em curso: Acompanhamento e preparação de peças para o concurso e concessão de parte delimitada do Mercado de Algés, Integração do grupo Oeiras XXI+, Integração no grupo de estudo de intervenção nas ribeiras, etc.

Assistências técnicas a obras em curso: Novas Oficinas Municipais em Vila Fria – projeto de relevante importância dadas as precárias condições das oficinas atuais, (realizou-se em 2014: 222.015,00€), Centro de Saúde de Carnaxide (apoio ao lançamento do concurso e fase de erros e omissões), Ciclovia na Cruz Quebrada e estacionamento no topo noroeste da Av. de Portugal.

A DEP dá apoio à DOM e DEV nas vertentes de elaboração de projetos de especialidade e emissão de pareceres relativamente a Estabilidade, Águas, Drenagem, Medições e Orçamentos e PPGRCD - Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição.

Mencionam-se ainda projetos que tiveram desenvolvimento mas que pararam por sofrerem novas orientações, nomeadamente: Remodelações totais das EB1 Visconde de Leceia e EB1 Gil Vicente, Plataforma das Fontainhas e Passagem pedonal sobre a linha de comboio na Terrugem (do Orçamento Participativo).

Em termos de resultados financeiros, foi atribuído à DEP o financiamento inicial de €910.971, tendo sido reduzido para €875.671 (83,7% da dotação final de 2013); a taxa de compromisso foi de 91,4% e a realização total foi de 30,7%. Esta fraca realização deveu-se a um projeto de grande peso financeiro que avançou de forma mais lenta do que o previsto e o não pagamento do trabalho efetivamente realizado e faturado (valor previsto €448.759,36 e metade foi faturado, o que teria aumentado a realização para 56.3% - considerando a faturação enviada para a DGF até 31/12/2014). Estes valores não são representativos do trabalho desenvolvido na Divisão porquanto a maioria dos projetos desenvolvidos são projetos internos.

### **B. Divisão de Gestão do Espaço Público e Infraestruturas Municipais**

A missão da DGEPIIM é gerir o Espaço Público no respeito à ocupação da via pública e do subsolo, assegurando a articulação de todas as intervenções no mesmo, bem como promover o bom estado da Iluminação Pública e Decorativa e a execução e atualização do Plano de Iluminação do Concelho.

Ainda tem por missão assegurar a construção, conservação e reabilitação de infraestruturas e obras conexas no concelho de Oeiras bem como “Elaborar e executar projetos de intervenção nas áreas do

Trânsito e dos Transportes, contribuindo para o ordenamento da circulação e para a segurança rodoviária”.

No que concerne à ocupação do espaço público, na DGEP foram recebidos 335 pedidos de concessionárias e 135 pedidos de particulares, num total de 470 pedidos para abertura de vala, reserva de estacionamento, passagem de cabos, etc.

Foram pavimentados 2,74 km de faixa de rodagem, executados por terceiros, como obrigação de disfarce de vala, numa mais-valia de € 13.302,43.

Quanto à Iluminação Pública e a Decorativa durante o ano de 2014, foram realizados trabalhos no montante global de € 244.183,90 (c/IVA), destaca-se a execução das seguintes:

Relativamente à Iluminação Pública (IP) foram elaborados, entre outros, os seguintes projetos:

1. Remodelação da IP para a Zona do antigo Skate Parque, em Oeiras
2. Iluminação do Parque Urbano de Queijas
3. Projeto para reforço de IP para a passagem lateral do edifício Brasília, Largo Maria Leonor, em Miraflores – Algés
4. Projeto de reestruturação Viária do acesso aos Viveiros da Fábrica da Pólvora de Barcarena - Projeto de remodelação da IP
5. Iluminação Pública da Ciclovía da Cruz Quebrada
6. Iluminação para o Parque de estacionamento das oficinas em Vila Fria e acessos
7. Iluminação Pública na envolvente ao Centro de Saúde de Carnaxide, em Carnaxide
8. Iluminação Pública da Zona de Recreio e Hortas Urbanas no Moinho das Antas, Oeiras
9. Iluminação Pública do Parque de Estacionamento no Moinho das Antas, em Oeiras
10. Estação Elevatória de Algés - Iluminação e mobiliário urbano

11. Infraestruturas elétricas e Iluminação Pública para o Arruamento de Ligação da Rua de São José com a Rua Quinta das Estrangeiras, no Casal da Choca, em Porto Salvo
12. Infraestrutura de Telecomunicações para o Arruamento de Ligação da Rua de São José à Rua Quinta das Estrangeiras, no Casal da Choca, em Porto Salvo.

Ainda, foram propostas ações com vista à implementação de medidas de poupança, quer na iluminação pública com na decorativa, bem como na regularização de contadores de instalações semaforicas, sem investimento e uma poupança anual de € 72.793,35.

Quanto às Infraestruturas Municipais, as atividades desenvolvidas resultam, quer das orientações transmitidas pelo executivo, quer de sugestões propostas.

Da atividade desenvolvida durante o ano de 2014, quer com abertura de procedimentos de concursos para execução das respetivas empreitadas, destaca-se o seguinte:

1. Relativamente à área de Trânsito no ano de 2014 a Divisão desenvolveu, entre outros, os seguintes projetos:
  - a. Reordenamento do estacionamento na Rua do Liceu e alteração de sentidos na Rua D. Duarte, em Oeiras;
  - b. Reordenamento da circulação e do estacionamento em várias ruas da freguesia de Oeiras;
  - c. Colocação de sinalização vertical de condicionamento de trânsito a pesados dentro de Laveiras/Caxias;
  - d. Remoção de balizas e instalação de balizadores flexíveis e colocação de sinalização horizontal ao longo da Rua Fonte de Maio, em Paço de Arcos;
  - e. Substituição do equipamento semaforico automatico na Rua João Chagas;
  - f. Instalação de um sistema de sinalização semaforica com controlo de velocidade junto á passadeira de peões entre o n.º 20 e 21 da Rua Manuel Teixeira Gomes, em Carnaxide;



g. Reanálise da proposta para a colocação de semáforos com controlo de velocidade no entroncamento da Estrada da Cartuxa com a Rua Jorge Rivotti, em Caxias;

h. Foram igualmente executadas, através de empreitadas genéricas, as seguintes intervenções:

- i. Pintura de novas passadeiras de peões e repintura de existentes em diversas localizações do Concelho;
- ii. Colocação de sinalização vertical em vários locais;
- iii. Pintura de sinalização horizontal em vários locais;
- iv. Instalação de pilaretes e balizadores em diversas localizações.

2. No que se refere à semaforização, foi assegurada a manutenção dos equipamentos existentes, além da introdução de alterações nos tempos de ciclo, com vista a uma melhoria do desempenho das intersecções e da fluidez, bem como a implementação de sinalização semafórica em seis novas localizações e reformulação de quatro previamente existentes:

- a. Reformulação dos semáforos em vários locais semafóricos (Avenida Tomás Ribeiro com a Rua Carlos Wallenstein, em Carnaxide; Cruzamento da Avenida Salvador Allende com a Rua da Quinta Grande, em Oeiras; Viaduto do Espargal, em Paço de Arcos; Cruzamento da Rua Eng.º José Frederico Ulrich com a Rua Pedro Alvares Cabral, em Linda-a-Velha);
- b. Instalação de novos semáforos de controlo de velocidade: Alameda António Sérgio, em Linda-a-Velha; Av. Jaime Cortesão, em Miraflores/Algés; Avenida General Norton de Matos, em Miraflores/Algés; e Av. Pedro Alvares Cabral, em Oeiras;
- c. Instalação de semáforos no cruzamento da Rua Conde de rio Maior com as Ruas Adriano Canas e João Rosado, em Porto Salvo;

d. Instalação de três sinais verticais de passadeira (H7), do tipo “Safety Cross”, incluindo a colocação de marcadores em LED no pavimento betuminoso junto da passadeira na Avenida António Bernardo Cabral Macedo, em Paço de Arcos.

Refira-se ainda que a Divisão promoveu a articulação com os diversos operadores privados de Transporte Coletivo para resolução de questões operacionais, bem como ao pedido de colocação de 4 novos abrigos de passageiros em paragens do Concelho.

1. Ao nível das obras por Administração Direta, num total de 2.337 obras executadas, com um investimento de € 157.638,19, destaca-se:

- a. A reparação da iluminação decorativa;
- b. A instalação da iluminação de natal no concelho;
- c. A recuperação de equipamento de Iluminação Pública retirado do espaço público para reutilização;
- d. A reparação de passeios e a execução de encaixes de dispositivos de recolha de resíduos;
- e. A instalação de guardas;
- f. A aplicação de massas frias em betuminoso;
- g. A manutenção regular da Sinalização no Concelho;
- h. A implementação de lugares reservados na via pública;
- i. A colocação de pilaretes impeditivos de estacionamento ilegal.

Ainda, as 3 equipas de Administração Direta, prestaram apoio a eventos, num total de 198 apoios executados, com um investimento de € 36.315,45.

Em 2014, a DGEPIIM recebeu, contabilizado para efeitos de PDE, 4.976 solicitações externas, tendo, durante este período de tempo, conseguido responder a 4.923, correspondentes a 99 % da totalidade.

Em termos gerais, esta divisão adjudicou 36 processos de empreitadas, tendo executado trabalhos no montante de 1.633.636,84 €.

Ainda, foram organizados 64 processos de aquisição, num montante global de 519.734,84 €, que inclui a assistência técnica e manutenção dos sistemas semaforicos do concelho, fornecimento contínuo de materiais de construção civil, fornecimento de sinais de código e a substituição dos balastros eletrónicos (376.044,83 €).

Em termos das GOP, a realização financeira global foi de € 4.907.842,79, correspondente a uma taxa de realização de 78,3% relativa ao compromisso e de 85,76 % em relação ao compromisso.

### **C. Divisão Equipamentos Municipais**

Tendo em conta as competências da Divisão de Equipamentos Municipais, no que respeita à construção e conservação de equipamentos municipais, durante o ano 2014, das diversas ações previstas no plano de atividades, destacam-se as seguintes intervenções desenvolvidas nos diferentes sectores da DEM:

#### **I. Setor das Escolas**

No setor escolas em 2014 foram realizadas obras de em 6 escolas do Ensino Básico e Jardins-de-Infância do Concelho no valor de 969.700 €. Existiu um procedimento que ficou deserto na fase concurso e a intervenção foi adiada para 2015.

A DEM providenciou ainda a manutenção dos edifícios escolares do Ensino Básico e Jardim-de-infância do Concelho tendo-se respondido a 1132 pedidos de intervenção da DE, no âmbito da manutenção dos equipamentos escolares. Dentro desta manutenção incluem-se ações de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos instalados (cozinha, elevadores, alarmes) bem como serviços de reparação ou de fornecimento de estores, vidros, serralharias, iluminação, onde os custos associados totalizam cerca de 177.300 €.

#### **II. Sector de Edifícios**

Neste sector, destacam-se:

- O lançamento em Maio 2014 da obra do Novo Centro de Saúde de Carnaxide a qual foi adjudicada em Setembro de 2014 por 2.225.788,00 €. Esta empreitada aguarda a assinatura de protocolo entre ARS e CMO e o visto do tribunal de contas.

- A consignação em Junho 2014 da obra das Novas Instalações das Oficinas Municipais adjudicada por 4.734.349,74 € e que representou este ano um investimento de 2.364.789 €.

- A obra do Parque dos Poetas (2ª e última fase) que em 2014 teve uma realização física de 4.928.915 €. Esta obra tem sido alvo de vicissitudes várias, nomeadamente pelas dificuldades financeiras por parte do consórcio empreiteiro Artemísia/Edifer que conduziram a que este solicitasse a 3ª prorrogação de prazo graciosa até 27 de Fevereiro de 2015. Em 2015 a fiscalização desta obra foi assumida por uma equipa multidisciplinar constituída por colaboradores da DEM e DEV e com o apoio e dedicação do setor da topografia/DGPU. A assistência técnica à obra foi prorrogada sendo que em 2014 o valor pago foi de 25.502,52 €.

- Obras de conservação e requalificação dos edifícios que integram o património municipal, ou, sob administração do Município onde se destacam:

a. A Recuperação do Complexo do Palácio Marquês de Pombal cujo investimento em 2014 foi de 89.090 € onde se incluem intervenções como a limpeza da cobertura e impermeabilização de caleiras, as pinturas salas do posto de turismo em articulação com GC, alterações na cozinha e nas instalações da topografia e o início da recuperação das Fachadas da Adega do Palácio Marquês de Pombal consignada no final de Outubro 2014;

b. A Requalificação de Equipamentos Municipais sendo que neste âmbito foram realizados vários investimentos, por empreitada no valor de 301.166 €, por fornecimento de serviços no total de 43.620 € e por administração direta no total de 273.944,26 €.

Das várias intervenções realizadas destacam-se a Reorganização do Estaleiro de Porto Salvo de modo a centralizar os armazéns DOM e DAE e que significou um investimento de 139.015 €. É ainda de realçar o investimento na ordem dos 73 300 €, realizado nas Oficinas Municipais, para melhorar as condições de trabalho e segurança deste equipamento.

A nível eletromecânico foram realizados vários investimentos onde se destacam por empreitada a Instalação e recuperação dos sistemas de climatização do Auditório Municipal Eunice Munoz e a

Instalação de Botoneiras de Corte Geral no Edifício Sede, no Complexo do Palácio marquês de Pombal e nas Oficinas que totalizaram o valor de 82.207 €. Por fornecimento de serviços e com vista à melhoria da eficiência energética dos Edifícios municipais foram realizadas a substituição da iluminação do Edifício dos Recursos Humanos por LED's e a Instalação de baterias de condensadores para compensação do fator de potência em diversos equipamentos municipais que representaram um investimento de 31.770 €. Em articulação com a DEV procedeu-se à instalação de um grupo de bombagem na captação de água no Jardim da Bica, na Estrada da Outurela, em Carnaxide no valor 11.850 €.

- a. No que respeita aos pedidos realizados à DEM, em 2014 registaram-se 3623 solicitações sendo destas 3228 foram novos pedidos (mais 13% que em 2013). Foram executados 2838 pedidos nas diversas áreas de atuação (manutenção serviços e administração direta) tendo-se anulado 51 solicitações sendo que ficaram sem seguimento 600 pedidos.
  - i. Em 2014, na satisfação de serviços internos por administração direta foram satisfeitas 1829 solicitações no valor de 332.286 €.
  - ii. A manutenção e instalação de equipamento diverso no sector Eletromecânico a cargo do Município com 15 contratos de manutenção ativos tendo sido satisfeitas mais de 200 solicitações diversas no total de 576.221 €.
- b. Além destas atividades principais destacam-se ainda a elaboração de orçamentos e a execução de obras coercivas no âmbito dos processos de notificação tendo-se realizado em 2014 obras coercivas no valor total de 31.645 €.

O acompanhamento e fiscalização das obras/intervenções, foi realizado internamente com cinco engenheiros civis, dois engenheiros eletrotécnicos e um engenheiro mecânico apoiado por 5 assistentes técnicos.

Em termos gerais, a DEM em 2014 realizou 408 novos procedimentos (354 aquisições e 54 empreitadas) no valor de 9.333.943,47 €. Refira-se que 77 destes procedimentos, no valor de 1.242.332 €, corresponderam a procedimentos que não estavam inicialmente previstos em GOP 2014.

Em termos das GOP, a realização financeira global foi de 10.096.035,07 € o que corresponde a 61% da dotação inicial. Efetivamente contabilizando a verba de 4.699.098,73 € relativa às obras do Parque dos

---

Poetas e das Novas Oficinas que tiveram uma execução muito abaixo do previsto a execução da DEM face à dotação final foi de 85%.

## Departamento de Ambiente e Equipamento

O Departamento de Ambiente e Equipamento (DAE), tem por missão conceber os meios e promover as medidas de proteção do ambiente, através da sensibilização ambiental, da gestão e manutenção dos espaços verdes, da gestão dos resíduos e dos respetivos sistemas de deposição. Bem como, dos serviços de limpeza, higienização e manutenção do espaço público, a gestão dos parques de viaturas e máquinas e a gestão dos cemitérios e armazéns. A atividade desenvolvida pelo DAE enquanto UO com conteúdo e funções atribuídas, centra-se essencialmente num conjunto de tarefas transversais e comuns a todas as Divisões que compõem organicamente o Departamento – área administrativa, aquisição de bens e serviços, gestão de armazéns – e por outro lado nas atividades que, pela sua especificidade, não se encaixam em nenhuma das suas UO, nomeadamente toda a atividade de promoção e sensibilização ambiental, gestão de mercados municipais e feiras de velharias e ainda a gestão dos cemitérios municipais. Relativamente à promoção e sensibilização ambiental, temos vindo a dar continuidade aos projetos de ocupação de tempos livres em atividades de promoção da cidadania ambiental ativa, com ênfase no sentimento de pertença e respeito pelos espaços públicos comuns, na prestação de informação e sensibilização ambiental porta-a-porta, dinamização de eventos e atividades ambientais de ar livre que promovam o envolvimento dos cidadãos aos espaços verdes municipais, ecossistemas ribeirinhos, costeiros e um maior conhecimento da biodiversidade local, tendo a temática animal sido a de maior enfoque durante o ano transato. Na prossecução das inúmeras atividades e tarefas associadas à sua missão, o DAE, contou com um efetivo de cerca de 740 funcionários distribuídos pelas suas unidades orgânicas (DAE, DEV, DHU e DVM) e uma realização financeira global de €13.345.316,58€ (84,67%).

Este valor poderia ter sido superado e ter chegado a níveis de realização acima dos 90%, caso não tivesse ocorrido alguns condicionalismos resultantes de cortes e cativações orçamentais que provocaram atrasos na adjudicação e realização de algumas aquisições de bens e serviços.

No decorrer de 2014, na área administrativa, temos a considerar como situações de registo:

- A renovação da Certificação de Qualidade do Serviço Administrativo do DAE na norma NP EN ISO 9001:2008.

**Resumo da atividade realizada no decorrer de 2014:**

- Documentos entrados na NGAA/DAE (c/registro em base de dados – emails, sgd's) – 13.917
- Ofícios/resposta a munícipes e entidades (em papel) – 2.485
- Registo de informações de todas as UO do DAE – 459
- Pedidos de Recolha de Verdes e Monos (Callcenter) – 8.697
- E-mails recebidos, reencaminhados e respondidos (dae@dae) – 22.804
- Armazém – gestão de mais de 3.000 itens e fornecimento de 5.180 requisições
- Reprografia – 241.921 cópias

**Atividade nos Cemitérios Municipais:**

Durante o ano de 2014 no Cemitério Municipal de Oeiras foram realizados 573 funerais e efetuadas 765 exumações. Foram concessionadas perpetuamente 14 sepulturas e apurada uma receita de 253.088,88€. Em Carnaxide foram efetuados 18 funerais para Jazigo Municipal Perpétuo e apurada uma receita de 74.440€,

No mesmo período foram tratados 1.637 requerimentos no Cemitério de Oeiras, que originaram 1.542 ofícios resposta e 118 requerimentos e 111 ofícios resposta no Cemitério Municipal de Carnaxide.

Foi renovada a certificação do sistema de gestão da qualidade do serviço prestado pelos Cemitérios Municipais pela APCER.

**Em matéria de educação ambiental, realizaram-se cerca de 760 atividades com o envolvimento de 18.863 participantes:**

- Programa de Educação Ambiental nas Escolas 2013/14 – 416 atividades, envolvidos 11.153 alunos, professores e auxiliares de educação;
- “Jovens em Movimento” – 634 Jovens e monitores em ações de limpeza e manutenção de ruas, praias e jardins. Distribuídos 12.486 comunicados porta-a-porta, com informação sobre resíduos e espaços verdes e 5.789 materiais de divulgação ambiental;

- Eco-Conselheiros – 31 ações de informação e sensibilização ambiental no comércio, empresas e escolas;
- Bairro Limpo – 4 Bairros Municipais e 27 Jovens participantes;
- Compostagem Doméstica – entregue 84 recipientes em moradias com jardim, escolas e empresas (cerca de 1.710 moradias participantes até final de 2014);
- 13 Eventos e Comemoração de Dias Ambientais Temáticos – 8.144 participantes. Plano Estratégico Arborização/Comemoração da Primavera e do Outono - 205 voluntários de empresas, escolas e munícipes; 366 participantes no Dia Mundial do Ambiente; 393 participantes no dia da Biodiversidade; 300 participantes no dia da criança; 5.400 participantes na Feira Animal e Dia do Animal; 40 participantes na apresentação de resultados Missão Reciclar; 40 participantes em Jogos ambientais temáticos nos jardins municipais; 200 participantes no Dia da Energia; 600 participantes na campanha troca de resíduos do Optimus Alive; 550 participantes nas atividades ambientais da Marginal sem carros;
- 50 Participantes na ação Consumo Racional de Água e Energia da QUERCUS;
- Apoio à campanha de controlo da espécie invasora *Xenopus Leavis* nas ribeiras da Lage e de Barcarena;
- Acompanhamento, monitorização e divulgação da qualidade das águas balneares, Praia da Torre Sto. Amaro, Paço de Arcos e Caxias;
- Projeto Óleo Valor; Proposta de otimização do sistema de recolha seletiva da rede municipal de oleões em análise. Recolha de Óleos Alimentares Usados: 541 Kg do sector doméstico;
- Projeto Boas Práticas Ambientais nos Serviços Municipais – Distribuídos cestos para separação de papel e embalagens em novos espaços municipais; Reuniões planeamento de ações no âmbito de implementação do SIGQAS;
- Campanhas Resíduos e Limpeza Urbana – Elaborados 20 comunicados distribuídos porta-a-porta em 12.486 habitações; Apoio à campanha de recolha seletiva de capsulas de café



DolceGusto da Nestlé, com a conversão das cápsulas recolhidas em 3 ecopontos reciclados a para instalações municipais. Atualização de informação no site municipal;

- Divulgação Projetos Ambientais: Elaborados 61 artigos para divulgação na imprensa municipal. Divulgadas as 1ª e 2ª edição da Newsletter do Ambiente;
- Foi renovada a certificação do sistema de gestão da qualidade do serviço prestado pelo Núcleo de Promoção e Sensibilização Ambiental pela APCER.

### **Projetos DAE/OEINERGE:**

- Pacto de Autarcas - As medidas a executar, estão condicionadas por diversos fatores, pelo que a sua implementação ainda não foi possível. Contudo, foram realizadas diversas ações, como participação em eventos, ações de sensibilização em escolas entre outras, com o objetivo de sensibilizar e influenciar a população para os objetivos do Pacto de Autarcas. O relatório de progresso foi apresentado em 2014 à Comissão Europeia
- Certificação do Parque Habitacional Municipal - até à presente data já foram certificados 555 fogos de habitação municipal e um espaço comercial, num universo de cerca de 4500.
- Projeto Família Oeiras Ecológica IV - fomentar a alteração de comportamentos e o despertar de uma sensibilização para as temáticas da gestão de resíduos, gestão e consumo de energia e água, mobilidade sustentável, gestão de espaços verdes e consumo sustentável nas famílias do Município. Arranque da 4ª edição em setembro de 2013 que terminou no final de 2014, contabilizando-se a participação total de 200 famílias.
- Programa de Educação Ambiental (PEA) - realização de atividades junto da comunidade escolar, na temática da gestão energética e energias sustentáveis, concursos, comemorações de dias temáticos, sessão de abertura e sessão de encerramento do PEA. No ano letivo de 2013/2014 foram realizadas 177 ações de educação e sensibilizados cerca de 4250 alunos/docentes para as questões energéticas.

- Outros - Campeonato Intermunicipal Energy Game; Celebração dos Dias Europeus do Sol; Celebração Dia Mundial da Criança; Optimus Alive 2014; Marginal sem Carros – Semana Europeia da Mobilidade.

### **Mercados e Feiras Municipais:**

- Gestão corrente do funcionamento dos mercados e feiras;
- Mercado Biológico no Jardim Municipal de Oeiras e Algés, em parceria com a AgroBio;
- Mercado de 2.ª Mão realizado em Paço de Arcos;
- Concessão de parte delimitada do Mercado Municipal de Algés para restauração e bebidas, conseqüente requalificação e reorganização do espaço;
- Proposta de reorganização de espaços no mercado de Paço de Arcos e Oeiras;
- Controlo da dívida de todos os concessionários (mercados e feiras);
- Reorganização da Feira de Velharias de Algés após as obras e conseqüente redistribuição de lugares;
- Reorganização da Feira de Velharias de Paço de Arcos, em planta;
- Revisão dos regulamentos;
- Estudo de ocupação dos espaços vagos.

### **Principais atividades desenvolvidas pelo Serviço Veterinário e de Saúde Pública:**

- Vistorias higio-sanitárias aos estabelecimentos de restauração e ou bebidas não - 1
- Vistorias a circos – 2
- Vistorias a Centros de Atendimento Médico Veterinário – 4
- Vistorias a talhos / peixarias – 24
- Vistorias a cantinas escolares – 10

- Vistorias de insalubridade – 37
- Deslocações efetuadas para averiguar e /ou resolver situações / ocorrências relacionadas com animais - 468
- Gestão do Canil Municipal - Captura de animais errantes, sequestro de animais agressores e agredidos, identificação eletrónica, vacinação anti-rábica, Restituição de animais aos donos ; Campanhas de adoção (Divulgação das fotos dos animais disponíveis para adoção no site e facebook municipais, Afixação das fotos dos animais disponíveis para adoção nos Mercados Municipais de Paço de Arcos, Oeiras, Queijas e Algés; Campanha de adoção de animais no Jardim de Oeiras – 2; Exposições de sensibilização através de rol ups relativos às regras, responsabilidades e cuidados a ter com os animais de companhia – 1; Esterilização de animais adotados / animais pertencentes a munícipes comprovadamente carenciados/ RED colónias gatos; Apoio a eventos sobre a temática animal, Feira Animal e Comemoração do Dia do Animal; Ações de Sensibilização sobre a Temática Animal no âmbito do Programa de Educação Ambiental Escolar.
- Plano de controlo da população de pombos
- Parceria com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – 15 trabalhadores comunitários
- Projeto de Apoio ao Animal de Oeiras – PROJAAO – ver quadro em anexo.
- Integração no projeto de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança no Trabalho.

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 5.400.116,52€, correspondente a uma taxa de realização de 95,15%.

### **A. Divisão Espaços Verdes**

A Divisão de Espaços Verdes tem por missão contribuir para a qualidade ambiental, através da promoção e manutenção dos espaços verdes.

Durante o ano de 2014, em regime de Administração Direta, registaram-se seguintes atividades:

**Projetos e Planos concluídos:**

- Estudo Prévio EJR Alto dos Barronhos
- Projeto para Parque hortícola do Moinho das Antas
- Parque urbano de Queijas
- Parque Municipal de Oeiras
- Projetos "Comemoração da Primavera" 2014
- Projetos "Comemoração do Outono" 2014
- Levantamento e cartografia das captações existentes e respetivos ramais para abastecimento dos espaços verdes públicos
- Apresentação de projeto para ampliação da rede de abastecimento de água da captação da Estrada da Outurela - Carnaxide, para rega dos espaços verdes na Av. de Portugal
- Estudo Prévio requalificação Praceta de Cabinda
- Monitorização dos sistemas de captação de água para rega dos espaços verdes em funcionamento
- Monitorização dos consumos de água para a rega dos espaços verdes
- Gestão da parceria entre a CMO e os SIMAS para recolha e análises qualitativa da água proveniente de captações.
- Estudo para aproveitamento de água da nascente do Jardim do Palácio Marquês de Pombal para a rega dos espaços verdes.
- Estudo para aproveitamento de água da nascente das Fontainhas para abastecimento do Reservatório do Moinho das Antas.
- Elaboração de Base de Dados dos contadores de água para rega dos espaços verdes e identificação das áreas de influência de cada contador de rega, consumos e consumos unitários.

- Monitorização do sistema de Gestão Centralizado de Rega “NEPTUNO
- Monitorização do sistema de Gestão Centralizado de Rega “SAMCLA
- Estudo e proposta para aquisição do sistema SAMCLA para a Freguesia de Carnaxide
- Execução de SIG`s de apoio à gestão de áreas da DEV em colaboração com o GSIG

### **Apreciação de projetos de espaços exteriores e urbanizações/particulares, apreciação de projetos de outras Unidades Orgânicas e Coordenação de projetos externos:**

- Loteamento do Alto da Boa Viagem
- Dosiobras- Urb em Algés
- Fundinvest- Parque de estacionamento público
- Logomatrix- Cond. Habitacional em Carnaxide
- Meramar- Lot em Barcarena
- UrbanArt- Análise de redução de caução
- Pátio da Colina- Ponto da situação dos trabalhos
- No que respeita ao Capítulo de obras temos:
- Obras concluídas:
- Comemorações de Primavera
- Comemorações do Outono
- Hortas do Moinho das Antas

### **Acompanhamento de obras de espaços exteriores de urbanizações e de entidades**

- Construção nova est. Elevatória JM Algés Sanest
- Urbanização do Alto da Colina alv 5/04

- Urbanização em Talaíde (Sabido)

**Acompanhamento de obras realizadas/coordenadas por outras Unidades Orgânicas ou JF**

- Acompanhamento da obra de EJR Jardim dos incensos
- Acompanhamento da obra de Requalificação Praceta de Cabinda
- Acompanhamento da obra de PF Jardim das Tílias
- Fiscalização da obra da 2ª fase A do Parque dos Poetas

**Manutenção de Espaços Verdes**

Os espaços verdes municipais tratados continuam a aumentar anualmente, existindo em 2014 cerca de 248 ha, dos quais 10 ha estão a ser mantidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades (Quinta da Fonte, Lagoas Park ou Arquiparque). Os 238 ha de espaços verdes que não estão sob protocolo, cerca de 37ha, foram mantidos por Administração Direta (Jardins Históricos e de Carater Patrimonial) com o recurso a cerca de 50 jardineiros sendo que 189 ha foram mantidos através de contratos de prestação de serviços externos. A contratação de serviços externos para manutenção dos espaços verdes representou, em 2014, foi efetuada através da celebração de 7 contratos de manutenção com um orçamento anual de 2 679 017,89€.

Em Novembro de 2014 foram adjudicados apenas 3 contratos de manutenção para a manutenção de cerca de 201 ha de espaços verdes em todo o concelho de Oeiras, distribuídos da seguinte forma:

- Oeiras Oriental (Freguesias de Algés, Carnaxide, Cruz Quebrada e Linda-a-Velha)
- Oeiras Central (Freguesias de Barcarena, Caxias, Paço de Arcos e Queijas)
- Oeiras Ocidental (Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra e Porto Salvo)

**No âmbito dos contratos de manutenção de espaços verdes, foram efetuadas várias intervenções:**

- Requalificação de zonas verdes
- Rua Manuel Teixeira Gomes, em Carnaxide;

- Largo Professor Henrique Vilhena, em Linda-a-Velha;
- Av. Marginal (Curva dos Pinheiros) – em Paço de Arcos;
- Av. Calouste Gulbenkian, em Paço de Arcos
- Rua Manuel Inácio, em Paço de Arcos
- Expansão dos ramais de captação
- Urbanização da Vila Utopia, em Carnaxide
- Bairro da Luta pela Casa, em Carnaxide
- Av. de Portugal, em Carnaxide
- Centro Geriátrico de Laveiras, em Caxias
- Beneficiações Instalação de sistema de rega
- Rua da Quinta da Nora, em Carnaxide
- EB1 Gomes Freire de Andrade, em Oeiras
- Rua Cidade do Mindelo, em Oeiras
- Urbanização do Alto da Terrugem, em Paço de Arcos
- Av. Infante D. Henrique, em Tercena

#### **Beneficiação de caminhos e paliçadas**

- Bairro das Caixas – na Medrosa, em Oeiras - Requalificação do pavimento no Espaço de Jogo e Recreio

No âmbito da Gestão da manutenção dos Parques de Jogo e Recreio, foi garantida esta manutenção de 75 áreas através da gestão de um contrato por outsourcing, tendo sido efetuadas requalificações e reparações no valor de 30.000€

No âmbito os trabalhos de manutenção e gestão do património arbóreo, realizaram-se no ano de 2014 um total de 2.937 intervenções por administração direta (plantações, podas, remoções, transplantes, rebaixamento de cepos, etc.) tendo sido plantadas 217 árvores no âmbito do Plano Municipal de Arborização

- Plantação árvores-14
- Poda de formação-1454
- Poda de árvores-1015
- Poda de palmeira-238
- Poda de arbustos-68
- Remoção de árvores-140
- Remoção de palmeiras - 76
- Nº Acções-2937

No que diz respeito à Gestão de viveiros, produziram-se 45.193 plantas, adquiriram-se 2.130 e forneceram-se 26.467.

### **Gestão e produção da vinha e do vinho Conde de Oeiras**

Uvas:

Uvas brancas – 62.228 kg

Uvas tintas – 6.352 kg

Vinho:

Vinho Licoroso Branco Apto a Carcavelos – 44.600l

Vinho Licoroso Tinto Apto a Carcavelos – 1.500l

Vinho Branco Apto a IGP Lisboa-6.200l



Vinho Tinto Apto a IGP Lisboa-3.000l

### **Monitorização do Sistema e Gestão da Qualidade**

Ações para implementação do Sistema de Gestão Ambiental, Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho e integração de Sistemas de Gestão, Qualidade, Ambiente e Segurança

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de 3.597.961,04€, correspondente a uma taxa de realização de 84,20%.

### **B. Divisão de Higiene Urbana**

A Divisão de Higiene Urbana é a Unidade Orgânica (UO) que tem por missão assegurar as condições de salubridade dos espaços públicos proporcionando uma adequada qualidade ambiental urbana, nomeadamente, através da limpeza dos espaços, recolha e transporte para destino adequado dos resíduos urbanos e tendo por referência as melhores práticas e uma criteriosa gestão estratégica e operacional dos recursos disponíveis.

Com a publicação e entrada em vigor do novo Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Oeiras – Diário da República, 2.ª série – N.º 69 – 8 de abril de 2014 – parte das atividades do processo de Limpeza Urbana da então Divisão de Higiene Pública e Abastecimento (UHU) foram incorporadas pela Divisão de Higiene Urbana (DHU) e as atividades inerentes ao processo de Abastecimento Público transitaram para o Departamento de Ambiente e Equipamento (DAE). A referida reestruturação orgânica transferiu ainda o Serviço de Carregadores para a Divisão de Viaturas e Máquinas (DVM).

Sob a dependência da DHU funcionam o Núcleo de Gestão de Equipamentos (NGE) e a Unidade de Higiene Urbana (UHU).

O NGE depende diretamente da Chefe de Divisão e caracteriza-se por uma forte componente de Gestão e Planeamento, sendo responsável por toda a atividade inerente à Limpeza Urbana (varredura manual e mecânica, desmatações, limpeza de praias e ribeiras), à Recolha (indiferenciada e seletiva) e à manutenção e controlo de equipamentos e consumíveis específicos, e ainda ao planeamento, monitorização e controlo da gestão operacional da UHU. A DHU/NGE é constituída por 24 funcionários, distribuídos pelas seguintes categorias: 4 Técnicos Superiores (TS), 6 Assistentes Técnicos (AT), 1 Encarregado Operacional (EO), 2 Motoristas e 13 Assistentes Operacionais (AO).

A UHU é determinada essencialmente pela gestão operacional do serviço de recolha e de limpeza urbana, contado com 383 funcionários, distribuídos pelas seguintes categorias: 24 EO's (16 Limpeza Urbana + 8 Recolha), 75 Motoristas (19 Limpeza Urbana + 56 Recolha), 284 AO's (180 Limpeza Urbana + 104 Recolha), 3 TS e 1 AT - informação atualizada no final de dezembro de 2014. Esta Unidade está organizada por área geográfica, em 4 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG's), a saber:

A UOPG Poente Sul abrange a União de Freguesias (UF) de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias;

A UOPG Poente Norte e UOPG Norte integra a JF de Porto Salvo, a JF de Barcarena e parte da UF de Carnaxide e Queijas, designadamente Queijas;

UOPG Nascente inclui a UF de Algés, Cruz Quebrada e Linda-a-Velha e parte da UF de Carnaxide e Queijas, nomeadamente Carnaxide.

Ainda relativamente ao pessoal, e no âmbito da proposta de preenchimento de 34 postos de trabalho de Encarregados e Assistentes Operacionais nas áreas de Limpeza Urbana, Jardinagem e Condução de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, com recurso às reservas de recrutamento do Município previamente constituídas - Relação jurídica de emprego na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, é de referir que em Dezembro de 2014 a área de LU foi reforçada com 9 AO's e 3 EO's, o NGE fortalecido com 2 AO's e a área de Recolha acrescentou 1 EO e 5 AO's aos seus efetivos, efetuando-se também, e por conveniência do serviço, troca de funcionários intra-serviço. No mês em questão foram ainda subtraídos à área de LU e Recolha 71 funcionários provenientes do IEFP (64 AO's e 7 motoristas).

Para dar cumprimento à sua missão, a DHU desenvolve várias atividades para garantir uma melhoria da qualidade ambiental e salubridade do espaço público urbano, destacando-se em 2014 os seguintes números:

Limpeza manual do espaço público – Varredura manual de 14.309.323,66 metros lineares de extensão de via, limpeza de 15.170 sarjetas e sumidouros, 89.106,20 metros de valetas, 3.851 papeleiras e de dispensadores de sacos para dejetos caninos de acordo com a periodicidade possível.

Limpeza Mecânica – realização de 233 turnos dos 576 planeados – Taxa de execução de 40%; Definição de 46 circuitos de varredura mecânica para uma extensão linear de 450.878,747 metros.

Definição de zonas a delegar nas Juntas em 2015 - extensão de 243.224 metros lineares.

Erradicação de vegetação em aproximadamente 200 terrenos municipais, em todas as beiradas do concelho e nos passeios, bem como nos leitos das linhas de água.

Apoio a 93 eventos e festividades, no que diz respeito a cedência de equipamentos, limpeza e varredura dos espaços. Para assegurar o apoio a grandes eventos o trabalho foi realizado por administração direta com os recursos disponíveis nesta Unidade Orgânica.

Apoio em 36 despejos judiciais e Administrativos.

Recolha de Resíduos Urbanos: 63.994,82ton de RU (3.567,80ton de Papel; 1.811ton de Embalagens; 2.219,14ton de Vidro; 705,44ton de RUB e 55.634,68ton de Indiferenciados);

Execução média diária de 21 circuitos de recolha de resíduos indiferenciados, num total anual de 6.272 circuitos;

Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha indiferenciada de 99,2%;

Execução média diária de 12 circuitos de recolha seletiva, num total anual de 3.535 circuitos;

Taxa média anual de execução dos circuitos de recolha seletiva de 90,5%;

Produção de resíduos urbanos per capita de 1,01 Kg/hab.dia;

Taxa de Recolha Seletiva de 13,10%;

Inexistência de cargas com resíduos seletivos contaminados.

Recolha de Resíduos Verdes – 3.351,28ton (inclui as podas efetuadas pela DEV).

Recolha de Resíduos de limpeza Urbana – 2.325,72ton de resíduos de limpeza, que inclui a varredura manual, a varredura mecânica, a limpeza e manutenção de linhas de água e praias e as desmatações, assim como a recolha seletiva em Queijas.

Recolha de monos – 1.519,92ton.

Alteração dos sistemas de deposição de resíduos

Porta-a-Porta para coletivo (contentores 800L - Regularização do sistema de deposição na Rua Gazeta de Oeiras e na Rua Rodrigues de Freitas em Barcarena;

Instalação de Ilhas Ecológicas para substituição de contentores de 800L - Av. Combatentes da Grande Guerra – entre os n.ºs 11-60 e 85-122.

N.º de equipamentos lavados: 1832 em regime de administração direta.

Reparação de 3659 equipamentos.

Foram rececionados 12.426 pedidos de intervenção de munícipes e de empresas do Concelho.

Foram apresentadas 972 reclamações.

Foram tratados/respondidos 449 outros assuntos.

Redefinição do planeamento da Limpeza Urbana e da Recolha, com vista à respetiva otimização.

Foi renovada a certificação pela APCER do sistema de gestão da qualidade do processo de higiene Urbana (norma NP EN ISO 9001:2008).

Para dar resposta ao DL n.º 194/2099, deu-se continuidade à implementação do sistema integrado de gestão do ambiente e de segurança no trabalho de acordo com as normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

As receitas das atividades desenvolvidas por esta unidade orgânica resumem-se essencialmente ao serviço de recolha prestado aos Grandes Produtores de Resíduos à recolha de monos e verdes, totalizando 509.171,80€.

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de €428,746,06€, correspondente a uma taxa de realização de 77%.

### **C. Divisão de Viaturas e Máquinas**

A Divisão de Viaturas e Máquinas tem por missão a gestão de toda a frota municipal pelo que se encontra direta ou indiretamente relacionada com grande parte da atividade exercida por este Município.

No decorrer de 2014, há a considerar como situações de registo:

- A renovação da Certificação de Qualidade do Serviço Administrativo do DAE na norma NP EN ISO 9001:2008;
- Início do processo do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS) que visa a integração da certificação acima referida com outras duas, de importância estratégica fundamental para esta U.O., a Certificação em Ambiente (ISO 14001) e Segurança e saúde no Trabalho (OHSAS 18001);
- Início das medidas propostas resultante da nova auditoria energética à Frota Municipal a fim de proceder ao acompanhamento do Plano de Racionalização Energética implementado nesta U.O., tendo o resultado uma redução de cerca de 30% no consumo de combustível face à última auditoria realizada;
- Consolidação do processo de Gestão de Stocks de Armazém com a conseqüente redução do imobilizado em linha com o objetivo da área financeira do Município de Oeiras;
- Cooperação com diversas U.O. do Município de Oeiras em inúmeras atividades estratégicas do Município (ex.: Palácio do Marques, Estaleiro de Porto Salvo, Demolições de Edifícios nas Oficinas Municipais, Parque das Perdizes (macro modelação, transplantes), novas instalações oficinais;
- U.O. responsável pela reorganização das diversas áreas laborais existentes nas Oficinas Municipais com o objetivo de criar/melhorar/otimizar valências ali sediadas, bem como na preparação de infraestruturas para rececionar outras áreas que serão deslocalizadas do antigo edifício dos Serviços Técnicos desta Câmara Municipal;
- Contribuiu significativamente na fase de projeto e obra (ainda em curso) das novas oficinas municipais, tendo inclusive estado no Júri quer do projeto de arquitetura quer na empreitada para a sua construção. Tudo isto realizado num tempo considerado record;
- Continuação do processo de massificação dos procedimentos de contratação pública na modalidade de fornecimento contínuo (atualmente com mais de 60 procedimentos em curso);
- Consolidação das medidas de redução do tempo de imobilização e de custos de manutenção da frota Municipal, iniciadas em 2011;

- Consolidação da ferramenta de gestão partilhada de viaturas;
- Desmaterialização e simplificação dos processos da DVM por via dos sistemas informáticos de Gestão de Manutenção (MAXIMO), Documental (SGD) e da Qualidade (SGQ), principalmente através da migração do MAXIMO para a sua versão mais recente;
- O Setor de transportes foi responsável pela gestão de:
  - 13.308 ordens de serviço relativas a pedidos de autocarros, pool, motoristas, helpdesk, máquinas, etc.;
  - 326 alugueres de máquinas e viaturas por via de fornecimentos contínuos;
- Satisfação do Serviço Prestado pela Pool no ano de 2014 foi de 94% (média geral);
- O Setor de manutenção foi responsável pela gestão de:
  - 5.624 ordens de trabalho com uma taxa de realização de 79,83%:
    - Manutenção corretiva – 4.303
    - Manutenção preventiva – 1.190
    - Manutenção preventiva condução – 1
    - Cosméticos – 88
    - Melhorias – 42
- Satisfação do Serviço Prestado pelo HelpDesk e Sector de Transportes ao Cliente interno foi de 98%;
- A disponibilidade do número de viaturas para recolha e transporte de resíduos urbanos definidos pela U.O. competente foi de 93,6%;
- Contudo as metas definidas para a redução de custos com a nível energético e ambiental, com a subcontratação de serviços e com a manutenção da Frota Municipal não foram atingidos, conforme espelhados nos documentos estratégicos, nomeadamente o PDE e o relatório trimestral de gestão do Sistema de Qualidade, nomeadamente:

- Custos com a manutenção da Frota Municipal = 11,86% (diminuição verificada)
- Custos com a subcontratação de serviços = 44,52 (diminuição verificada)
- Custos a nível energético e ambiental = 19,11% (diminuição verificada)
- Custos de Administração Direta – **1.098.949,81€**

Na prossecução de todas as atividades atrás elencadas e em termos das GOP, a realização financeira foi de **4.705.119,33€**, correspondente a uma taxa de realização de **78,60%**.

### Departamento de Educação, Cultura e Promoção do Conhecimento

No âmbito das suas atribuições nas áreas educação, cultura, património histórico, turismo e bibliotecas o DECPC concretizou, em 2014, um conjunto de projetos e ações que dão corpo aos objetivos estratégicos do Município de Oeiras dos quais passamos a referir.

#### CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS –CEACO

Deu-se continuidade ao inventário sistemático do património arqueológico móvel em depósito no CEACO, provenientes de diversas estações arqueológicas do Concelho de Oeiras.

Proseguiu, ininterruptamente, durante 2014 o desenho de materiais arqueológicos, destinados a ilustrar trabalhos de investigação e de divulgação, de que se destaca a série *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, sendo ainda efetuada a preparação de um álbum dedicado ao povoado pré-histórico de Leceia.

Foram realizadas pela Universidade de Waikato da Nova Zelândia, quatro datações de radiocarbono, de amostras de diversos sítios arqueológicos, no âmbito do seu estudo e publicação nos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

A 23 de Junho de 2014 foi apresentado publicamente o volume 20 dos EAO (2014) por ocasião do Seminário Carlos Ribeiro realizado no âmbito da comemoração dos 200 anos do seu nascimento, organizado pelo CEACO e pela Academia de Ciências de Lisboa.

Manteve-se a permuta dos EAO com 127 publicações periódicas nacionais e internacionais, de carácter arqueológico, pertencentes aos seguintes Países: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Mónaco, Polónia e Portugal.

Foram efetuadas 15 visitas guiadas, num total de cerca de 430 pessoas, ao povoado pré-histórico de Leceia e respetiva exposição monográfica e exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras, situadas na Fábrica da Pólvora de Barcarena. Estas visitas constituem uma das principais linhas de atuação do CEACO, consolidada ao longo dos anos, constituindo poderosa projeção externa das suas atividades. É de salientar a intervenção junto das escolas básicas e secundárias do Concelho de Oeiras, a par de visitas de grupos de estudantes universitários e de associações culturais e do público em geral, incluindo as visitas efetuadas em colaboração com outros serviços do Município de Oeiras.

Foram realizadas pela TVE, no povoado pré-histórico de Leceia gravações para o programa “La Aventura del Saber” na rubrica arqueologia “El túnel del Tiempo”, dedicado à Pré-história recente da Península Ibérica sobre o campaniforme, as quais foram já difundidas.

No âmbito das suas atribuições, o CEACO assegurou o acompanhamento arqueológico, realizado entre Maio e Julho de 2014, das obras de fundação da construção do Centro Paroquial de Porto Salvo, conforme determinação da DGPC, Departamento de Bens Culturais e o acompanhamento do levantamento topográfico de troço do Aqueduto das Francesas em Carnaxide, por solicitação do DPGU/CMO, no âmbito do licenciamento de obra.

Por solicitação da Fundação MillenniumBcp, foram cedidos espólios arqueológicos da Idade do Ferro das estações oeirenses de Gamelas 3 e Outorela 1, pertencentes à Exposição Permanente “Arqueologia do Concelho de Oeiras”, para integrarem a exposição “Lisboa pré-clássica. Um porto mediterrâneo no litoral atlântico” realizada na Galeria Millennium – Lisboa, entre 13 de Março e 30 de Maio de 2014.

Manteve-se ainda a colaboração estabelecida desde 2011 com o Centro de História de Além-Mar (CHAM), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa no âmbito do Projeto de Arqueologia Subaquática “Arqueologia subaquática do litoral do concelho de Oeiras”, superiormente aprovado pela DGPC, submetido na sequência do Protocolo de cooperação celebrado em 2013 entre o Município de Oeiras e o CHAM. As investigações arqueológicas realizadas em 2014 visaram as áreas do litoral concelhio de Caxias, praia de Santo Amaro de Oeiras e praia da Torre.

Por último, em 2014 foi adjudicada a impressão do volume 21 dos EAO, cuja apresentação pública se prevê seja efetuada em Junho de 2015.



**A. Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação**

Considerando as metas estabelecidas no PDE, os indicadores habituais para aferição do desempenho das bibliotecas públicas e a relação entre o orçamento despendido, as atividades realizadas e os serviços disponibilizados, conclui-se que a DBDI contribuiu para a consolidação da relevância das bibliotecas públicas municipais no contexto das políticas de desenvolvimento social e cultural do Município, através de uma oferta diversificada de serviços e atividades para diferentes públicos.

Desenvolveram-se e consolidaram-se programas regulares e continuados para os JI e escolas (600 ações), para o público familiar (74 ações), para o público jovem e adulto (80 ações). Foi dada continuidade a aposta na formação na área da promoção da leitura e das literacias (33 ações), e desenvolvimento de programas de extensão bibliotecária e cultural em parceria com diversas instituições, designadamente, Centros de Dia, Juntas de Freguesia, Estabelecimentos Prisionais (12 ações). No conjunto das ações realizadas registaram-se c. de 22.700 participantes nas atividades da DBDI.

Destaca-se, no âmbito da implementação do Serviço Educativo do DECPC no ano letivo 2014/2015, a organização de um conjunto de atividades destinadas às escolas do concelho e com uma programação anual de ações que decorrem nos estabelecimentos de ensino destinado a todos os ciclos, mas com especial incidência no pré-escolar e no 1º ciclo. Neste ano letivo a DBDI selecionou 3 agrupamentos de escolas prioritários considerando a implementação geográfica das bibliotecas municipais: Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, Santa Catarina e Carnaxide-Portela. Durante o primeiro período do ano letivo 2014/2015, a DBDI realizou 130 sessões nas escolas do concelho.

Dos demais indicadores tradicionais importa referir o número de empréstimo domiciliário de documentos (121.084, menos 4.533 relativamente a 2013) aumento do número de entradas nas bibliotecas (262.594, mais 3.972 relativamente a 2013), o número de novos leitores (2.197, mais 189 relativamente a 2013), o número de dias de abertura ao público com uma média de 260 por ano (241 em Oeiras, 267 em Carnaxide e 268 em Algés) e o número de sessões nos PC's dos Sectores Multimedia (47.971).

Procedeu-se ainda ao desenvolvimento e up-grade do software de gestão integrado de bibliotecas - Koha - que além de permitir novas funcionalidades, representando uma mais-valia dos serviços prestados aos utilizadores das bibliotecas municipais. De salientar que este processo veio confirmar uma poupança financeira para o Município face a solução anterior, tendo sido totalmente efetuado com recurso internos, afetos a DBDI e a DTISI/UIAS.

Ao nível da requalificação e gestão do património de história local, destaca-se o desenvolvimento das ações preliminares para a implementação do projeto “Memórias de Oeiras - coleção Pombalina e obras do séc. XVII” (cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian).

No final do ano foi realizado o Inquérito Anual de Avaliação da Qualidade dos Serviços a uma amostra estratificada por faixas etárias de 471 utilizadores das 3 bibliotecas municipais. Através deste inquérito apurou-se um grau de satisfação com o atendimento e os serviços prestados de 4,1, numa escala de 1 a 5, representando uma subida face ao ano anterior (4,0).

Em 2014 a DBDI viu ainda renovada a Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, não tendo sido identificadas *Não Conformidades* e tendo dando continuidade ao seu desenvolvimento e implementação através de procedimentos e práticas de monitorização: “Carta de Serviços” e “Carta de Compromisso”.

### **B. Divisão Cultura e Turismo**

A Divisão de Cultura e Turismo tem por missão coordenar e promover o desenvolvimento das atividades culturais, turísticas e desenvolver a política municipal para a promoção do património histórico e cultural, imóvel e imaterial.

2014 foi um ano caracterizado pela contenção e racionalização de recursos. Ainda assim foi possível programar de forma sustentada e coerente os espaços expositivos municipais. Ao todo foram 27 exposições que reuniram formas de expressão artística tão distintas e complementares como a **Pintura**, a **Escultura**, a **Fotografia** e a **Cerâmica**. Neste contexto importante realçar a consolidação do **Serviço Educativo** dos vários equipamentos culturais cuja programação pretende aproximar a oferta de produção artística e cultural da potencial procura da comunidade.

#### **Centro de Arte Manuel de Brito (3 exposições)**

"Ilhas do Mar - Artistas Açorianos na Coleção Manuel de Brito" (14 março a 14 setembro 2014)

"Para lá da Pintura" (26 setembro de 2014 a 15 março de 2015)

"Fátima Mendonça" (26 setembro de 2014 a 13 setembro de 2015)

#### **Centro Cultural Palácio do Egipto (6 exposições)**

"Mapas da Alteridade" de Irene Dubrovsky (6 fevereiro a 23 março 2014)

"4ª Feira Internacional de Miniaturas e Casinhas de Bonecas" (4 a 13 abril de 2014)

"Work in Progress" de Diogo Navarro (9 maio a 29 junho de 2014)

"Eating the Past | Archaeologies" de Júlio Quaresma (11 julho a 31 agosto de 2014)

"Lendo as Estrelas" Associação Arte pelo Mundo (13 setembro a 5 outubro de 2014)

"7 Virtudes Vitais" de Sofia Areal (24 outubro de 2014 a 18 janeiro de 2015)

**Livraria Galeria Municipal Verney (9 exposições)**

"Percurso" de Armanda Alves (17 janeiro a 1 fevereiro de 2014)

"Neves e Sousa: A Alma no Traço" (15 fevereiro a 10 maio de 2014)

"Ensemble" de Maria Melo e Fernanda Seles (16 a 24 maio de 2014)

"Arte Nova Oeiras - IV Bienal de Artistas Plásticos de Nova Oeiras" (31 maio a 5 junho de 2014)

"Memórias em Arquivo" (7 a 21 junho de 2014)

"Universidade Sénior de Oeiras" (28 junho a 5 julho de 2014)

"Dança Lazúli" de Maria Freitas (15 julho a 6 setembro 2014)

"Horizontes Revisitados: Coleção Neves e Sousa" (21 outubro a 22 novembro de 2014)

"Das Raízes aos Sarmentos" de Sofia Menezes (2 a 20 dezembro de 2014)

**Galeria Municipal do Palácio Ribamar (7 exposições)**

"A Natureza e o Ser" de Luísa Oneto e Vicente Gonçalves (14 fevereiro a 2 março de 2014)

"Apontamentos" de Miguel Casquilho (11 a 27 abril de 2014)

"Movimento e Cor" de Laura Vicente (6 a 22 junho de 2014)

"Luz e Cor" pelo Núcleo de Pintura da USILA (11 a 27 julho de 2014)

"Ideias e Preconceito" de Sofia Lança Zambujo (12 a 28 setembro de 2014)

"Dois olhares a Cor e Preto e Branco" de Carlos Ricardo (17 outubro a 2 novembro de 2014)

"De Olhos Fechados" de Carlota (14 a 30 novembro de 2014)

### **Palácio Marquês de Pombal (2 exposições)**

Encontrou-se um novo e promissor espaço expositivo no Palácio Marquês de Pombal que acolheu duas exposições de inegável interesse: 'Cores e Formas de Angola', uma premiada exposição itinerante de arte contemporânea angolana (31 outubro a 30 de novembro de 2014) e 'Esculturas no Palácio', a exposição dos alunos de Mestrado de Escultura e Escultura Pública da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (16 de novembro a 13 de dezembro de 2014).

Apostou-se ainda, num esforço conjunto entre as equipas da Cultura e do Turismo, em áreas com a **Música** (Festival Sete Sóis Sete Luas, Clássicos em Oeiras, Temporada de Música Antiga, NOS Alive e o EDPCooljazz), o **Teatro** (Mostra de Teatro Amador do Concelho de Oeiras, peças encenadas pela Companhia de Atores, Dramax, Intervalo Grupo de Teatro e Teatro Independente de Oeiras) o **Cinema** (Masterclass "O Melhor do Cinema Inglês (1935-2000) e Cinema ao Ar Livre) e a **Gastronomia e Vinhos** (Há Prova em Oeiras, vinho de Carcavelos Villa Oeiras). Não esquecer as **Festas do Concelho de Oeiras** que abrangem todas as áreas anteriormente referidas e promoveram mais uma vez o lazer e o entretenimento entre as pessoas que vivem, trabalham e visitam Oeiras.

Destaque ainda para a celebração dos **40 anos do 25 de Abril** que mereceu uma programação especial e eclética que englobou atividades que passaram pelo Teatro, a Música, as Artes Visuais, a Poesia e os Debates.

Tanto na Cultura como no Turismo, ao longo de 2014, conjugaram-se opostos que concorrem para uma mesma finalidade. Micro e macro, ou público e privado souberam trabalhar em rede. Procurou-se igualmente manter um projeto autárquico com vocação de total serviço público, enfim, um projeto "para todos".

#### **a. Núcleo de Património Histórico e Museológico**

O Núcleo de Património Histórico e Museológico tem por missão desenvolver a política municipal para o património histórico e cultural, imóvel e imaterial, promovendo a sua participação e valorização. Está

assim incumbido de promover atividades no âmbito da valorização e divulgação do património histórico-cultural, em articulação com os demais serviços.

Em 2014 foi dada continuidade às atividades fomentadas pela Comunidade Europeia e do Conselho da Europa na comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Dia Internacional dos Museus e das Jornadas Europeias do Património.

Das iniciativas promovidas pelo Núcleo de Património Histórico e Museológico para 2014 salientam-se:

- O programa “Aos Sábados no Palácio” Marquês de Pombal destinado às famílias, com atividades durante todos os meses ao longo do ano;
- O programa de visitas guiadas “À Descoberta do Património”, que pretende sensibilizar e cativar o público para o património do concelho, promovendo uma atitude mais ativa na sua defesa e proteção;
- O Curso Livre “Cores e Sons”, onde foi abordado o cruzamento entre a pintura e a música nos finais do século XIX a meados do século XX, e que contribuiu para o compromisso na divulgação da cultura e do património imaterial;
- Na Fábrica da Pólvora de Barcarena foram realizadas visitas e palestras sobre a temática da pólvora e do património industrial, em parceria com os congéneres da rede de estruturas que detém património similar, e que se prolongaram por todo o ano.
- De igual modo, foram realizadas atividades pedagógicas enquadradas no serviço educativo, e relacionadas com o Museu da Pólvora Negra.

### **C. Divisão de Educação**

No ano de 2014, a Divisão de Educação teve uma dotação inicial de 3.992.879,00€. O desempenho desta unidade orgânica é positivo atendendo à capacidade demonstrada ao atingir 77% de compromissos.

No domínio da ação social escolar, merece particular destaque a aprovação do Plano Municipal para a Atribuição de Auxílios Económicos no Âmbito da Ação Social Escolar – ano letivo 2014/2015, através do qual foram definidos e clarificados procedimentos no que respeita aos Transportes Escolares, Livros e Material Escolar e Refeições Escolares.

Importante a nível da educação pré-escolar, é a oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) que asseguram o acompanhamento das crianças antes e/ou após o período diário das atividades educativas, bem como durante os períodos de interrupção letiva, tendo-se registado a entrada em vigor do novo Regulamento Municipal para as AAAF. Com o citado Regulamento pretendeu-se definir normas clarificadoras de funcionamento do Serviço, assim como ajustar o nível das participações financeiras aos agregados familiares mais desfavorecidos.

Foi assegurada a gestão do pessoal de Ação Educativa (84 elementos) a exercer funções nos 18 Jardins de Infância da Rede Pública.

Nas 30 unidades de refeitório escolares de responsabilidade municipal, foram em média servidas 5092 refeições/dia, correspondendo a uma média mensal de 106932 almoços.

Foi concluído o processo de disponibilização do Sistema de Gestão de Refeições e de Prolongamento de Horário a todos os pais e encarregados de educação dos 10 agrupamentos de escolas do concelho e a eliminação definitivamente a utilização das senhas em papel. Foram criadas credenciais de acesso (utilizador e palavra passe) à plataforma eletrónica para 7077 utilizadores, que permitem efetuar o controlo do número de refeições consumidas, a verificação do saldo existente para consumo de refeições e para a utilização do serviço de prolongamento de horário.

O desenvolvimento de projetos na área da Educação continuou a merecer especial destaque em 2014, nomeadamente o Projeto “Aqui há Ciência” que visa a melhoria das aprendizagens dos conteúdos científicos através do ensino experimental junto de crianças do pré-escolar e de alunos do 1.º CEB das EB1/JI do Alto de Algés e da EB1/JI de Porto Salvo passou a abranger a EB1/JI Gomes Freire de Andrade, mantendo-se a parceria com o Instituto Gulbenkian de Ciência e com o Instituto Superior Técnico. Beneficiam diretamente deste Projeto 259 crianças do pré-escolar, 1254 alunos do 1.º CEB e 55 docentes, dos quais 26 são novos no Projeto. O número de docentes abrangidos cresceu 47% e o de alunos 26%.

A 15 de setembro de 2014 entrou em funcionamento o novo Portal da Educação que é um sítio sobre Escolas. O Portal da Educação informa sobre as escolas do concelho, a oferta formativa, a atribuição de subsídios de alimentação, livros, material e transporte escolar e os serviços de animação e de apoio às famílias com filhos em idade de pré-escolar e do 1.º ciclo. O Portal informa sobre a rede escolar concelhia, disponibiliza publicações, regulamentos e manuais de utilização dos serviços assim como recursos educativos e os produtos de projetos e atividades desenvolvidos nas escolas. Pais e

encarregados de educação podem aceder às aplicações inscrição nas atividades de animação do pré-escolar e de gestão do prolongamento de horário e das refeições, sem depender de horários nem da deslocação aos serviços. Professores podem descobrir recursos educativos e explorar sítios, planear visitas de estudo e obter material sobre projetos como o Aqui há Ciência! Oeiras e as atividades desenvolvidas pelo Serviço Educativo das Bibliotecas Municipais. O Portal privilegia a facilidade no acesso à informação e a autonomia dos utilizadores, apostando-se na melhoria da resposta às necessidades das crianças e jovens que frequentam as nossas escolas.

O “Guia de Matrícula 2014 – Como Matricular o seu educando numa Escola da Rede Pública”, lançado a 15 de abril de 2014 através do Portal e da página do Facebook teve 5030 visualizações nas primeiras 24 horas de disponibilização o que demonstra ter-se correspondido às necessidades de informação da população.

No âmbito da reorganização da rede escolar do concelho, registou-se a desativação de três escolas: EB1 Joaquim Matias, EB1 Custódia Marques e EB1 João de Freitas Branco, bem como a alteração da tipologia da EB1/JI Antero Basalisa, por agregação com o JI Nossa Senhora da Amparo, entretanto extinto. Na EB1/JI Maria Luciana Seruca procedeu-se à abertura de mais uma Sala de Atividades (Pré-Escolar). Os processos de desativação resultaram de um processo amplamente partilhado, articulando, em primeiro lugar, com os Presidentes das Junta de Freguesia e as Direções dos Agrupamentos, com o envolvimento do pessoal docente afeto a cada escola, bem como com a realização de sessões de esclarecimento junto dos Pais e Encarregados de Educação.

Relativamente ao parque escolar da responsabilidade do Município, destaca-se a realização de grandes intervenções em 6 escolas, durante o Verão de 2014, nomeadamente nas EB1/JI Jorge Mineiro; EB1 Santo António de Tercena; EB1/JI Manuel Beça Múrias; EB1 António Rebelo de Andrade; EB1 Dionísio dos Santos Matias e EB1 Sylvia Philips.

Durante o ano foram recebidos por parte das escolas do concelho cerca de 1500 pedidos de intervenção nos espaços escolares, em diversos domínios, aos quais foi dado o devido acompanhamento e encaminhamento pela DE, em articulação com outras unidades orgânicas.

### Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social

Com atribuições em dimensões diversificadas relacionadas com o desenvolvimento social do Concelho, o Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DCDS) centra a sua atuação no planeamento e

execução das políticas e das medidas nas áreas da ação social, saúde, emprego e formação profissional, juventude e desporto, em articulação com entidades públicas e privadas de âmbito concelhio e nacional, assim como com outras Unidades Orgânicas do Município de Oeiras.

Com um orçamento total de 4.739.979,00€, em 2014 a atuação dos serviços que compõem o DCDS (Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude e Divisão de Desporto) atingiu uma execução orçamental de cerca de 94%. Sendo certo que a ação direta do DCDS junto dos munícipes e das organizações vai para além do que é a expressão orçamental da sua atividade, apresenta-se a informação sobre o essencial da atividade desenvolvida pelas Unidades Orgânicas do DCDS em 2014.

#### **A. Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude**

No âmbito da sua atividade no ano de 2014, a DASSJ executou 93,87% do orçamento definido (2.693,147,00€), identificando-se, em seguida, as principais medidas e projetos em que a unidade orgânica esteve envolvida.

No âmbito das políticas de apoio às famílias, o Fundo de Emergência Social (FES) manteve-se como uma das medidas sociais em destaque, visando disponibilizar um apoio extraordinário a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e económica. Os apoios financeiros atribuídos são da responsabilidade do Município de Oeiras, contando o FES, para a sua concretização, com a participação das Uniões de Freguesia/Juntas de Freguesia e de onze IPSS do Concelho, enquanto parceiras executantes da medida.

Relativamente à execução da medida no ano transato, salienta-se que foram:

- Analisados 237 processos (dos quais 208 foram deferidos);
- Apoiados 703 indivíduos, num montante global de cerca de 110.000,00€.

As despesas com habitação (rendas e prestações bancárias) têm reunido o maior número de pedidos de apoio, seguindo-se as situações relacionadas com a necessidade de aquisição de produtos alimentares.

No domínio do apoio nas situações de maior carência, merece destaque a implementação de um Pólo Concelhio para receção e armazenamento dos produtos alimentares adquiridos pelo Instituto de Segurança Social (ISS) através do Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC). Este resultou de uma solicitação do ISS aos municípios, no sentido de assegurarem as despesas com o armazenamento de



produtos adquiridos. Nesta sequência, o Município de Oeiras mobilizou-se, contando, para tal com o apoio e colaboração do Intermarché de Porto Salvo, que disponibilizou um armazém, e do Estado-Maior do Exército, que cedeu um contentor de refrigeração. O processo contou, ainda, com a estreita colaboração de diversas Unidades Orgânicas do Município de Oeiras (que asseguraram os aspetos logísticos inerentes) e com o envolvimento das Uniões/Juntas de Freguesia que garantiram o apoio através dos seus recursos humanos para a distribuição dos alimentos para as diversas instituições do Concelho. Este projeto resultou na distribuição de 113.931,51 kg de bens alimentares, beneficiando 22 entidades e cerca de 5.300 indivíduos.

Ainda no âmbito do apoio às populações mais vulneráveis, destaca-se, igualmente, o atendimento nas várias unidades especializadas (Gabinetes de Inserção Profissional, Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes e Equipa de Emergência e Apoio Social), a cerca de 36.000 indivíduos. Destes, cerca de 90% referem-se a atendimentos dos Gabinetes de Inserção Profissional, contribuindo para um tão elevado número as apresentações quinzenais a que estão obrigados os desempregados que auferem subsídio de desemprego. Ao longo do ano foram, ainda, negociadas cerca de 1.516 ofertas de emprego. Neste âmbito, e fruto do contexto socioeconómico atual, ressalva-se ainda o funcionamento do Serviço de Informação e Mediação a Pessoas Empreendedoras, que consiste num atendimento personalizado de pessoas desempregadas entre os 18 e os 64 anos de idade, que pretendam desenvolver atividade empresarial por conta própria e que, em 2014, acompanhou 14 ideias de negócio nas áreas do comércio, serviços, apoio à 3ª idade e restauração, que posteriormente foram encaminhados para programas de financiamento de instituições como o IEFP, e o Microcrédito (CASES).

Na área do envelhecimento, o Município apoia não só a atividade e projetos da rede solidária, como implementa projetos que respondem, por um lado, às necessidades dos mais idosos e/ou dependentes, por outro, que apostam no envelhecimento ativo dos não dependentes.

No que concerne aos serviços vocacionados para os idosos mais dependentes, salienta-se a continuidade do Serviço de Teleassistência Domiciliária e do Serviço “Oeiras Está Lá”, bem como a participação no processo relativo à implementação de Unidades de Cuidados Continuados nos equipamentos geriátricos construídos no âmbito das PPP. Na área do envelhecimento realça-se, ainda, a medida de comparticipação em medicamentos que, em 2014, representou um investimento de 410.512,00€ (cerca de 13% face a 2013) e a comparticipação de 99.760 receitas. Destaca-se, ainda, com o objetivo de combater o isolamento e a exclusão social, a continuidade do programa de Turismo Sénior que abrangeu cerca de 500 munícipes.

De realçar, também, o funcionamento do Gabinete Cuidar Melhor de Oeiras, que visa contribuir para a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com demência, bem como para o apoio e valorização dos familiares e profissionais que lhes prestam cuidados, através de uma intervenção pluridisciplinar, personalizada e de proximidade. Em 2014 esta estrutura permitiu o acompanhamento de 71 utentes, mediante a realização de 122 atendimentos e 16 consultas de apoio jurídico.

Na área da deficiência, manteve-se em funcionamento o Serviço de Transporte Adaptado que assegurou diariamente o transporte de 19 utentes, 15 diariamente e 4 de forma variável, o Serviço de Informação e Mediação a Pessoas com Deficiência e suas famílias (SIM-PD), que efetuou em 2014, 76 atendimentos, e, na área do emprego e formação profissional, a atribuição de bolsas de estágio a 12 alunos.

No âmbito da promoção dos estilos de vida saudáveis e da prevenção de comportamentos de risco, a DASSJ tem desenvolvido junto da população infantil e juvenil, programas e projetos que têm permitido o desenvolvimento de competências psicossociais, maioritariamente em meio escolar, tendo sido envolvidas nos diferentes projetos 27 escolas e cerca de 3.000 alunos. De referir, também, a ação dos Gabinetes de Atendimento a Jovens – #CHAT (de Carnaxide e Oeiras), que garantiram o apoio a jovens entre os 12 e os 24 anos tendo, em 2014, sido realizados mais de 1.100 atendimentos.

Considera-se de realçar, ainda, o apoio prestado às entidades locais, através da Plataforma de Apoio às Organizações Sociais (PAOS). Este apoio visa contribuir para a sustentabilidade e qualidade das respostas sociais existentes e para a adequabilidade dos serviços que disponibilizam às necessidades das famílias. Através de apoios diversificados (comparticipações financeiras, cedências de espaços, disponibilização de apoio técnico e logístico e dinamização da Rede Social local), o Município de Oeiras, através da DASSJ, contribui em larga medida para a criação e sustentabilidade de respostas diversificadas e inovadoras disponibilizadas pelas organizações sociais locais, muitas delas localizadas em Bairros Municipais e que beneficiam diretamente as comunidades que ali se localizam. Em 2014, este apoio consubstanciou-se em 1.036.881,44€.

No âmbito da atuação do Núcleo da Juventude, merece destaque o desenvolvimento de projetos ao nível de ocupação de tempos livres, como o programa Tempo Jovem que orçou para a edilidade, em 2014, em cerca de 275.000,00€, bem como o projeto Mexe-te nas Férias e as atividades de Verão da Rede de Juventude. No total, em 2014, foram envolvidos cerca de 1.600 jovens em programas de OTL dinamizados pela CMO no âmbito do Núcleo da Juventude.

Destaca-se, ainda, a dinamização da Rede de Juventude através da organização de iniciativas diversas, especialmente nas pausas letivas, como campeonato de futebol, peddy paper, ateliers de artes plásticas, visitas exteriores, entre outras. Em 2014 realizaram-se 35 ações no âmbito dos espaços da Rede de Juventude que envolveram cerca de 8.200 indivíduos. Na vertente da formação, foram realizadas 4 ações, nas áreas do Teatro, Animação nos Jogos de Água, Socorrismo e Suporte Básico de Vida.

Realça-se, identicamente, o apoio ao associativismo e o desenvolvimento de ações de animação ligadas à música e à arte, nomeadamente, o apoio aos planos anuais e de logística requeridos pelos organismos juvenis sedeados no Concelho, a Feira Medieval, Urban Trade Show e a efetivação de mais uma edição do Oeiras Band Sessions. Realizaram-se, em 2014, 32 ações em parceria com os agentes juvenis locais e, para além do apoio logístico diverso (cedência de transporte e materiais), foram atribuídos apoios financeiros para fomento do associativismo juvenil no valor de 35.000,00€.

## **B. Divisão de Desporto**

A base da política desportiva do concelho de Oeiras é o fomento do acesso generalizado da população à prática desportiva, formal ou informal. Neste quadro, destacam-se como linhas de atuação o apoio ao associativismo desportivo, a promoção da prática de atividade física e de modalidades desportivas e a realização de eventos.

Neste sentido, no âmbito da promoção da atividade física, foi abrangido um universo de 2.500 pessoas nos programas regulares 55+ e Ar livre, e mais de 50.000 participantes nas ações de encerramento da Marginal e outros eventos realizados em parceria com ginásios, clubes e entidades provadas, onde se destaca o Parque Vida Ativa Coca Cola, que levou ao Parque dos Poetas mais de 3.000 pessoas.

O Troféu CMO Corrida das Localidades celebrou a sua 32ª Edição e tornou a bater recordes de participação: 3.696 inscritos que resultaram em 6.873 participações, numa média de 600 participantes por prova.

No que se refere à organização de eventos desportivos, destaca-se a forte participação na Marginal à Noite e Corrida do Tejo, que em conjunto mobilizaram cerca de 16.000 corredores. Merecem também destaque, o Triatlo de Oeiras e a Travessia de Águas Abertas Bessone Basto que continuam a constituir-se como referência no panorama nacional das modalidades.

É importante frisar o forte apoio a eventos desportivos organizados no concelho por clubes, associações e federações de modalidade que, mais do que promover a prática desportiva são igualmente polos dinamizadores da economia local.

Finalmente, no apoio ao desenvolvimento do associativismo, releva-se o importante trabalho desenvolvido pelas coletividades, sendo que o apoio à sua Atividade Regular ascendeu a 746.475€, a que corresponde uma execução de 99% da verba disponível.

Com um orçamento de 2.046.832,00€, em 2014 a execução orçamental da DD fixou-se em 93,83%.

## IV. RELATÓRIO FINANCEIRO

### Análise dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa			
Recebimentos		Pagamentos	
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>	15.737.255,55	Total das Despesas Orçamentais	108.812.708,00
Execução Orçamental	13.895.540,84	Despesas Correntes	76.440.474,32
Operações de Tesouraria	1.841.714,71	Despesas Capital	32.372.233,68
Total das Receitas Orçamentais	116.651.995,19	Operações de Tesouraria	9.102.490,06
Receitas Correntes	115.110.452,41	 	
Receitas Capital	392.844,49	<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	25.139.953,70
Receitas Outras	1.148.698,29	Execução Orçamental	21.734.828,03
 		Operações de Tesouraria	3.405.125,67
Operações de Tesouraria	10.665.901,02		
<b>Total</b>	<b>143.055.151,76</b>	<b>Total</b>	<b>143.055.151,76</b>

O mapa dos Fluxos de Caixa faz uma síntese da ligação entre a contabilidade orçamental, baseada nos princípios de caixa (cash basis), em que as receitas e despesas são registadas no momento em que se verifica o respetivo recebimento e pagamento, e a contabilidade patrimonial, elaborada na base do acréscimo (accrual basis), evidenciando os saldos iniciais e finais da conta de disponibilidades através do saldo de execução orçamental (ligação ao orçamento).

Assim, no referido mapa são apresentados os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, desagregado por tipologia corrente e capital, e as operações de tesouraria, que representam a cobrança de valores para entrega a entidades terceiras.

O Saldo da Gerência Anterior<sup>4</sup> ascende a €15.737.255,55, gerados na execução orçamental da gerência de 2013. No exercício de 2014 as receitas cobradas registaram €116.651.995,19 e os pagamentos efetuados €108.812.708,00, o que resulta num saldo para a gerência seguinte de €21.734.828,03 (valor da execução orçamental).

Constata-se que o valor da receita de capital é inferior face à despesa de capital, executando apenas 1,21% do seu valor, contudo a receita corrente é superior à despesa corrente em 50,59%, o que permite

<sup>4</sup> Registado em balanço nas contas 12 - Depósitos em Instituições Financeiras e 11 - Caixa

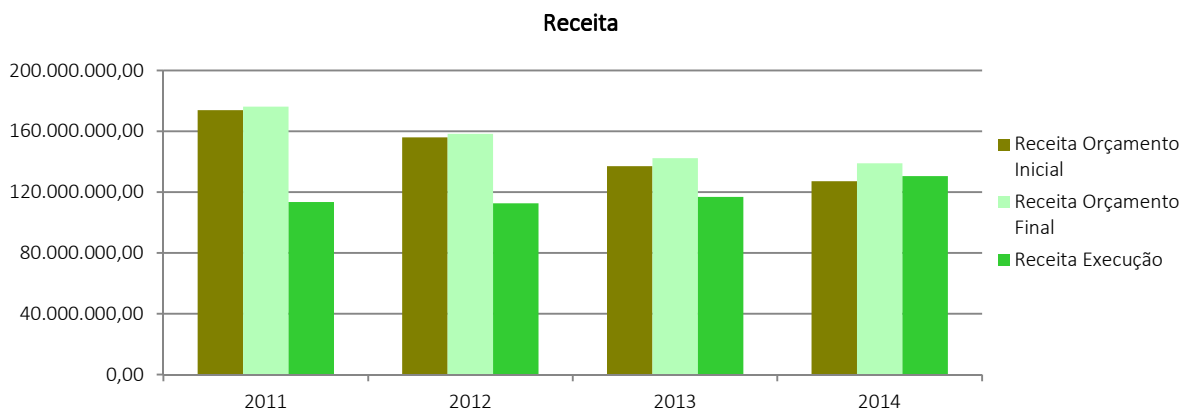
compensar as despesas de capital, cumprindo assim o equilíbrio orçamental preceituado no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

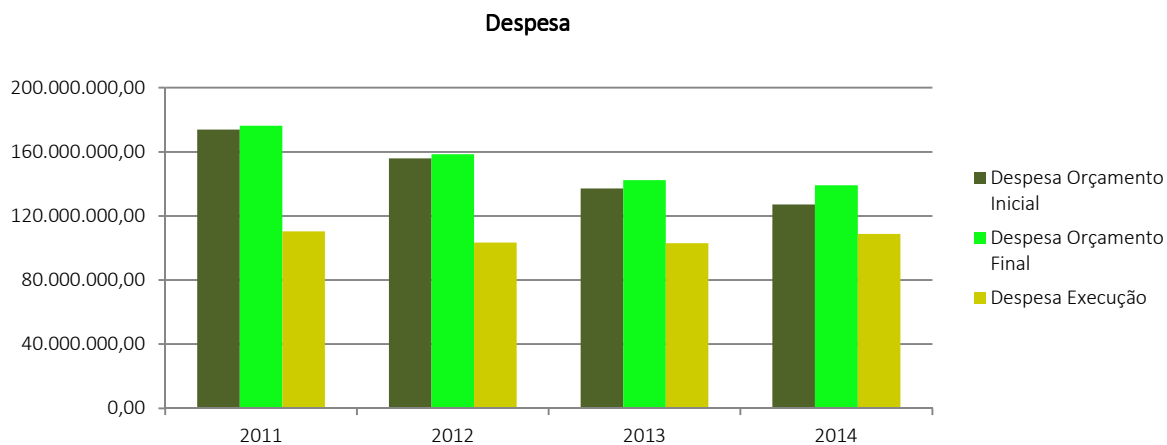
### Enquadramento Orçamental

Os montantes que se apresentam de seguida evidenciam a evolução das contas municipais relativas aos exercícios económicos dos últimos quatro anos:

	Receita					Despesa				
	Orçamento Inicial (Oi)	Orçamento Final (Of)	Execução	% Exec Oi	% Exec Of	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec Oi	% Exec Of
2011	173.990.270,00	176.384.930,34	113.556.853,51	65,27%	64,38%	173.990.270,00	176.384.930,34	110.331.787,89	63,41%	62,55%
2012	155.987.354,00	158.505.603,49	112.809.787,37	72,32%	71,17%	155.987.354,00	158.505.603,49	103.392.069,62	66,28%	65,23%
2013	137.185.587,00	142.371.488,90	116.929.250,83	85,23%	82,13%	137.185.587,00	142.371.488,90	103.054.125,42	75,12%	72,38%
2014	127.154.753,00	139.131.253,84	130.529.927,55	102,65%	93,82%	127.154.753,00	139.131.253,84	108.812.708,00	85,58%	78,21%

Com o objetivo de maior rigor na elaboração do orçamento da receita e da despesa verifica-se, no quadriénio em análise, que a taxa de execução face ao orçamento previsto, em ambas as componentes, tem apresentado uma evolução positiva, ou seja cada vez mais próxima da execução total.





Da análise dos gráficos acima apresentados, constata-se uma evolução tendencialmente decrescente relativamente aos valores de orçamento, em simbiose com os constrangimentos económicos que se tem vindo a verificar.

Não obstante, a execução final de 2014 foi ligeiramente superior, face aos valores realizados no ano anterior, quer para a componente da Receita, essencialmente justificado pelo aumento relativa a impostos diretos, com destaque para os valores auferidos a título de Imposto Municipal sob Transmissões Onerosas de Imóveis, como para a componente da Despesa, resultante, grosso modo, da antecipação da última prestação do processo da Proagricultura, bem como a aquisição de oito viaturas de recolha de resíduos sólidos.

Rácio de Equilíbrio Orçamental

A evolução do rácio de equilíbrio do orçamento, que é apurado entre a razão da receita e da despesa, comprova que o equilíbrio orçamental foi assegurado, uma vez que receita total suporta a despesa total paga, em cerca de 20%.

	2011	2012	2013	2014
<b>Receita total / Despesa total</b>	2,92%	9,11%	13,46%	19,96%

Ora vejamos, a execução da receita corrente situou-se nos €115.092.843,93, por contrapartida de €76.440.474,32, relativos a despesas correntes, o que gera um saldo positivo de €38.652.369,61, o qual permitiu financiar a despesa de capital.

	Receita Corrente				Despesa Corrente			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec
<b>2011</b>	124.478.074,00	124.478.074,00	103.362.821,94	83,04%	103.407.134,00	105.801.794,34	78.989.755,42	74,66%
<b>2012</b>	112.224.370,00	112.934.140,00	106.433.413,28	94,24%	93.964.927,00	97.328.162,49	76.033.952,12	78,12%
<b>2013</b>	107.618.221,00	107.618.221,00	106.964.294,07	99,39%	88.859.476,00	91.391.520,76	76.219.682,02	83,40%
<b>2014</b>	103.941.648,00	103.941.648,00	115.092.843,93	110,73%	81.141.575,00	92.750.434,46	76.440.474,32	82,42%

	Receita Capital				Despesa Capital			
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	% Exec
<b>2011</b>	49.454.553,00	49.454.553,00	6.132.864,29	12,40%	70.583.136,00	70.583.136,00	31.342.032,47	44,40%
<b>2012</b>	43.712.984,00	42.281.998,00	2.929.792,47	6,93%	62.022.427,00	61.177.441,00	27.358.117,50	44,72%
<b>2013</b>	29.524.766,00	25.290.766,00	356.930,79	1,41%	48.326.111,00	50.979.968,14	26.834.443,40	52,64%
<b>2014</b>	23.155.587,00	21.236.547,00	392.844,49	1,85%	46.013.178,00	46.380.819,38	32.372.233,68	69,80%

Por sua vez a rubrica 15 – Reposições Não Abatidas aos Pagamentos, apresentou uma execução superior à prevista, devido ao ressarcimento ao Município, pela AMTRES, do valor pago em 2011, a título de processo contencioso fiscal em sede de IVA, por sua vez a Rubrica 16 – Saldo da Gerência Anterior tem vindo a registar uma variação positiva para o último quadriénio, motivado pelo aumento de captação de receita.

	Outras Receita					
	Rubrica 15 - RNAP			Rubrica 16 – Sd. Gerência Anterior		
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução
<b>2011</b>	57.643,00	57.643,00	1.666.506,94	0,00	2.394.660,34	2.394.660,34
<b>2012</b>	50.000,00	50.000,00	207.116,13	0,00	3.239.465,49	3.239.465,49
<b>2013</b>	42.600,00	42.600,00	188.124,07	0,00	9.419.901,90	9.419.901,90
<b>2014</b>	57.518,00	57.518,00	1.148.698,29	0,00	13.895.540,84	13.895.540,84



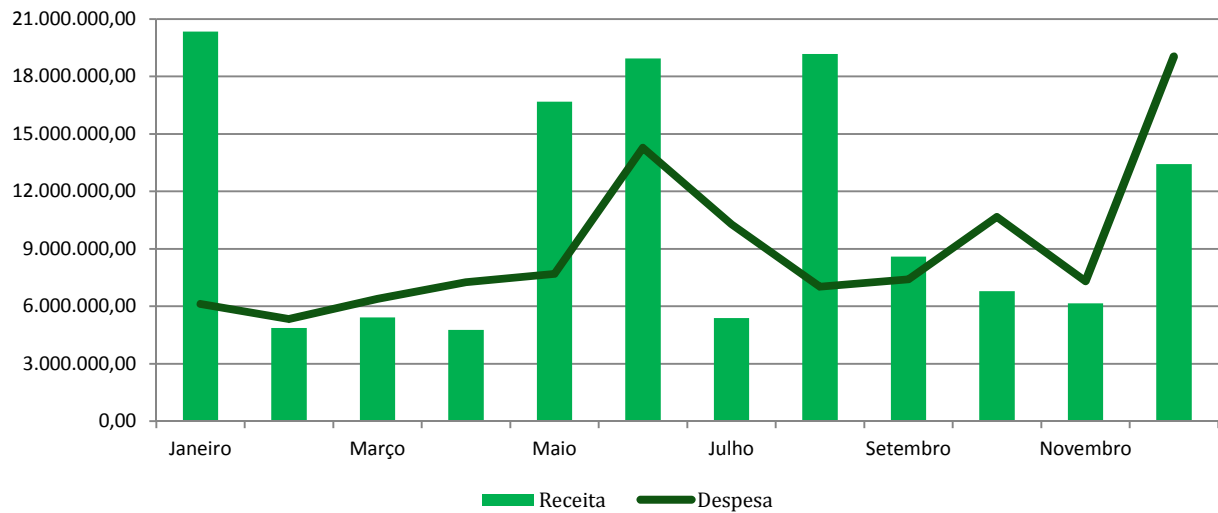
## Execução Orçamental

O Relatório e Conta de Gerência pretende ilustrar detalhadamente a execução a nível das componentes de receita e de despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando a sua evolução, comparando com os valores realizados em anos anteriores.

No ano de 2014, a receita realizada registou o valor de **€130.529.927,55** e a despesa de **€108.812.708,00** valor que inclui a execução das Grandes Opções do Plano (GOP) no montante de **€ 67.917.411,60**.

A relação mensal entre a receita arrecadada e a despesa paga, no decorrer de 2014, está refletida no quadro que se segue, onde se poderá verificar que em termos acumulados a receita obtida cobre a despesa efetuada para todos os meses do período em análise.

	Receita					Despesa			
	Corrente	Capital	Outras Receitas	Total	Acumulado	Corrente	Capital	Total	Acumulado
Janeiro	20.295.233,84	33.250,69	17.093,43	20.345.577,96	20.345.577,96	4.585.883,66	1.536.467,02	6.122.350,68	6.122.350,68
Fevereiro	4.858.221,76	2.646,64	414,95	4.861.283,35	25.206.861,31	4.910.083,50	434.715,09	5.344.798,59	11.467.149,27
Março	5.399.318,44	0	22.510,81	5.421.829,25	30.628.690,56	5.914.929,39	473.424,21	6.388.353,60	17.855.502,87
Abril	4.729.060,52	32.207,00	11.626,87	4.772.894,39	35.401.584,95	5.367.261,51	1.890.729,31	7.257.990,82	25.113.493,69
Maiο	16.647.553,61	33.296,48	3.966,99	16.684.817,08	52.086.402,03	6.039.921,21	1.651.924,64	7.691.845,85	32.805.339,54
Junho	4.947.252,73	2.299,12	13.980.512,36	18.930.064,21	71.016.466,24	9.544.822,23	4.723.037,99	14.267.860,22	47.073.199,76
Julho	5.359.938,95	15.565,44	9.659,94	5.385.164,33	76.401.630,57	7.866.499,71	2.410.208,78	10.276.708,49	57.349.908,25
Agosto	19.172.917,34	0	2.194,43	19.175.111,77	95.576.742,34	5.370.901,28	1.660.828,53	7.031.729,81	64.381.638,06
Setembro	8.572.432,29	18.121,73	3.964,74	8.594.518,76	104.171.261,10	4.973.869,63	2.439.715,93	7.413.585,56	71.795.223,62
Outubro	6.773.433,10	12.341,25	3.155,55	6.788.929,90	110.960.191,00	7.162.265,48	3.507.914,71	10.670.180,19	82.465.403,81
Novembro	5.939.097,18	199.809,55	10.170,41	6.149.077,14	117.109.268,14	4.152.645,10	3.159.427,16	7.312.072,26	89.777.476,07
Dezembro	12.398.384,17	43.306,59	978.968,65	13.420.659,41	130.529.927,55	10.551.391,62	8.483.840,31	19.035.231,93	108.812.708,00
	115.092.843,93	392.844,49	15.044.239,13	130.529.927,55	-	76.440.474,32	32.372.233,68	108.812.708,00	-



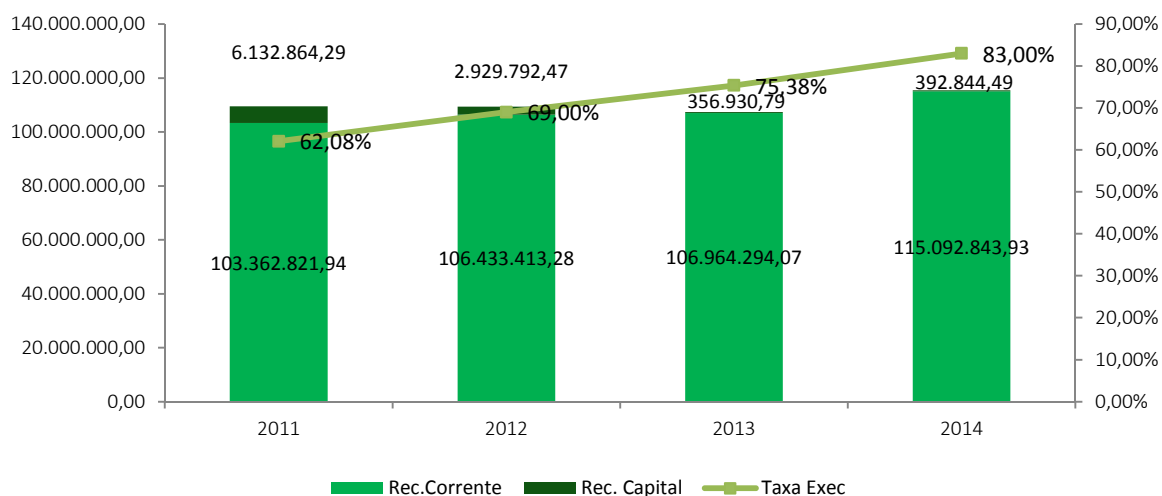
A receita destaca-se nos meses de janeiro, maio, junho e agosto com um crescimento superior aos restantes meses, facto esse que se deve à cobrança de algumas receitas fiscais, tais como o IMT (€11.044.059,05), IMI (€11.845.618,35) e Derrama (€8.836.849,61).

De registar que a despesa regista picos de grandeza, designadamente nos meses de junho e dezembro devido ao pagamento das duas prestações referentes ao processo da Oeiras Primus, SA, no valor total de €7.412.454,01. Em Dezembro acresce ainda o pagamento dos resultados negativos à AMTRES (€1.866.559,60) e o pagamento relativo à aquisição de oito viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos (€1.682.640,00)

## Receita

A receita municipal cobrada no ano de 2014, incluindo o saldo da gerência e as RNAP, situa-se nos €130.529.927,55, o que se traduz numa taxa de execução de 93,82% face ao valor previsto em orçamento.

Se considerarmos só o valor da receita corrente e de capital, o valor cobrado representa 83% de taxa de execução do orçamento total:



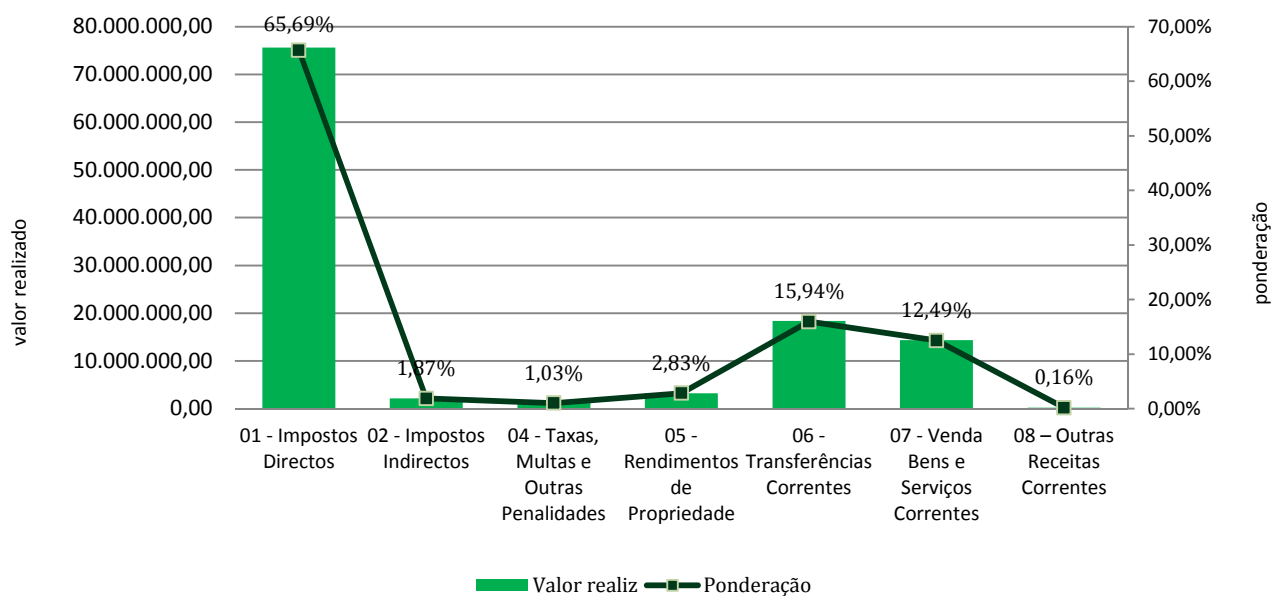
Comparativamente ao ano anterior, o orçamento final da receita de 2014, apresenta:

- Face ao orçamento inicial, uma quebra de 2,28%,
- Face a execução final, um crescimento de 11,63%, tal como se demonstra pelo quadro que se segue.

Rubricas da Receita	Realização		Variação	
	2013	2014	Valor	%
01 - Impostos Diretos	69.218.318,95	75.599.318,97	6.381.000,02	9,22%
02 - Impostos Indiretos	2.086.889,03	2.147.884,80	60.995,77	2,92%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.501.493,09	1.184.992,33	-316.500,76	-21,08%
05 - Rendimentos de Propriedade	78.172,54	3.251.643,43	3.173.470,89	4059,57%
06 - Transferências Correntes	19.867.779,93	18.348.893,89	-1.518.886,04	-7,64%
07 - Venda Bens e Serviços Correntes	13.938.599,31	14.374.155,97	435.556,66	3,12%
08 – Outras Receitas Correntes	273.041,22	185.954,54	-87.086,68	-31,90%
<b>Total Receita Corrente</b>	<b>106.964.294,07</b>	<b>115.092.843,93</b>	<b>8.128.549,86</b>	<b>7,60%</b>
09 – Venda de Bens Investimento	93.743,84	233.971,07	140.227,23	149,59%
10 – Transferências de Capital	247.513,83	64.530,72	-182.983,11	-73,93%
11 - Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
12 - Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
13 - Outras Receitas de Capital	15.673,12	94.342,70	78.669,58	501,94%
<b>Total Receita Capital</b>	<b>356.930,79</b>	<b>392.844,49</b>	<b>35.913,70</b>	<b>10,06%</b>
15 – Reposições não Abatidas nos Pagamentos	188.124,07	1.148.698,29	960.574,22	510,61%
16 – Saldo da Gerência Anterior	9.419.901,90	13.895.540,84	4.475.638,94	47,51%
<b>Total Outras Receitas</b>	<b>9.608.025,97</b>	<b>15.044.239,13</b>	<b>5.436.213,16</b>	<b>56,58%</b>
<b>TOTAL RECEITA</b>	<b>116.929.250,83</b>	<b>130.529.927,55</b>	<b>13.600.676,72</b>	<b>11,63%</b>

**RECEITA CORRENTE**

Receita	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Realizada	Ponderação
01 - Impostos Diretos	65.404.478,00	65.404.478,00	75.599.318,97	65,69%
02 - Impostos Indiretos	2.046.464,00	2.046.464,00	2.147.884,80	1,87%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.127.713,00	1.127.713,00	1.184.992,33	1,03%
05 - Rendimentos de Propriedade	2.106.547,00	2.106.547,00	3.251.643,43	2,83%
06 - Transferências Correntes	18.653.735,00	18.653.735,00	18.348.893,89	15,94%
07 - Venda Bens e Serviços Correntes	14.286.013,00	14.286.013,00	14.374.155,97	12,49%
08 – Outras Receitas Correntes	316.698,00	316.698,00	185.954,54	0,16%
<b>Total Receita Corrente</b>	<b>103.941.648,00</b>	<b>103.941.648,00</b>	<b>115.092.843,93</b>	<b>100,00%</b>



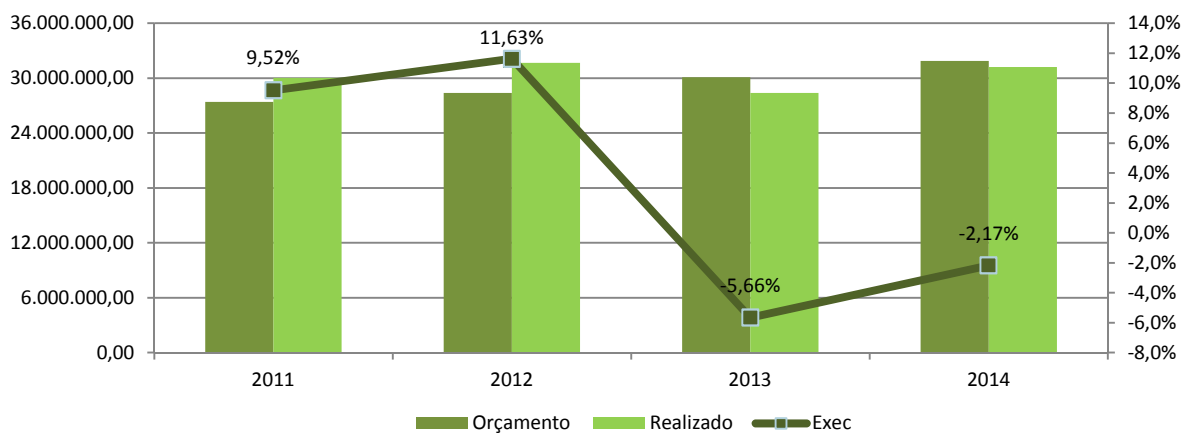
A receita fiscal, que engloba os impostos diretos e indiretos, prevalece sobre os restantes agregados, apresentando uma taxa de realização de 67,55% (€77.747.203,77) face ao total da receita corrente arrecadada.

O capítulo 01 - Impostos Diretos, onde se inserem os impostos municipais, apresenta uma taxa de execução de 115,59% do valor previsto em orçamento e 65,69% do total da receita corrente arrecadada, e apresenta um crescimento de 9,22% comparativamente ao ano de 2013.

Para este resultado contribuíram as variações positivas do IMI (41,28%), IMT (29,51%) e Derrama (14,52%), conforme se constata pela análise que se segue:

**Imposto Municipal de Imóveis (IMI) / Contribuição Autárquica (CA)**

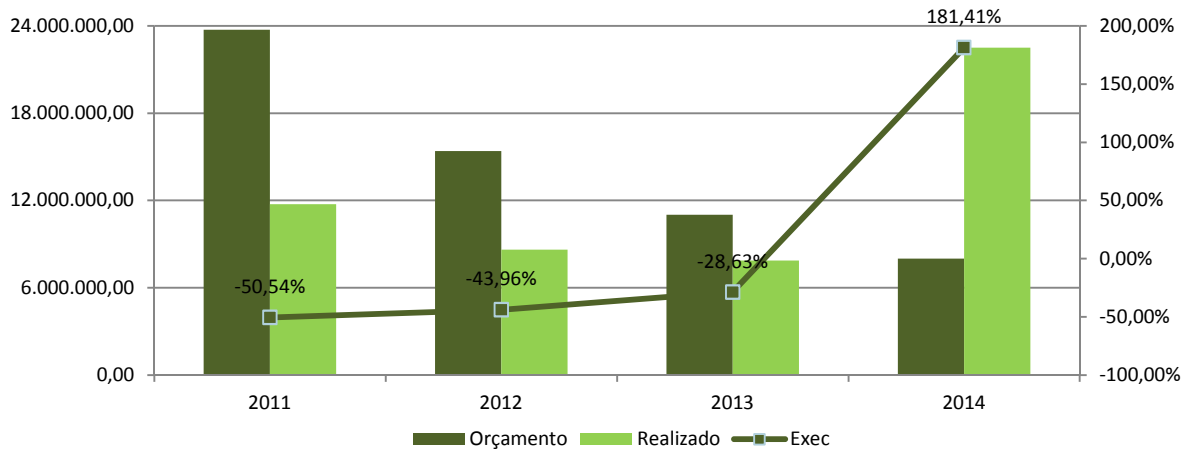
	Orçamento	Realizado	Execução
2011	27.408.593,00	30.018.243,43	9,5%
2012	28.372.198,00	31.671.424,20	11,63%
2013	30.083.680,00	28.382.035,17	-5,66%
2014	31.898.573,00	31.207.700,62	-2,17%



O IMI regista um decréscimo, apesar de registar valores residuais de Contribuição Autárquica, face ao valor previsto em orçamento, variação já verificada em 2013. Esta contração resulta da reavaliação do valor patrimonial dos imóveis, levada a cabo pela Autoridade Tributária nos anos de 2012 e 2013.

**Imposto Municipal sob Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) / Sisa**

	Orçamento	Realizado	Execução
2011	23.746.700,00	11.745.904,41	-50,54%
2012	15.389.914,00	8.624.559,72	-43,96%
2013	11.021.001,00	7.865.154,21	-28,63%
2014	7.996.480,00	22.503.121,95	181,41%

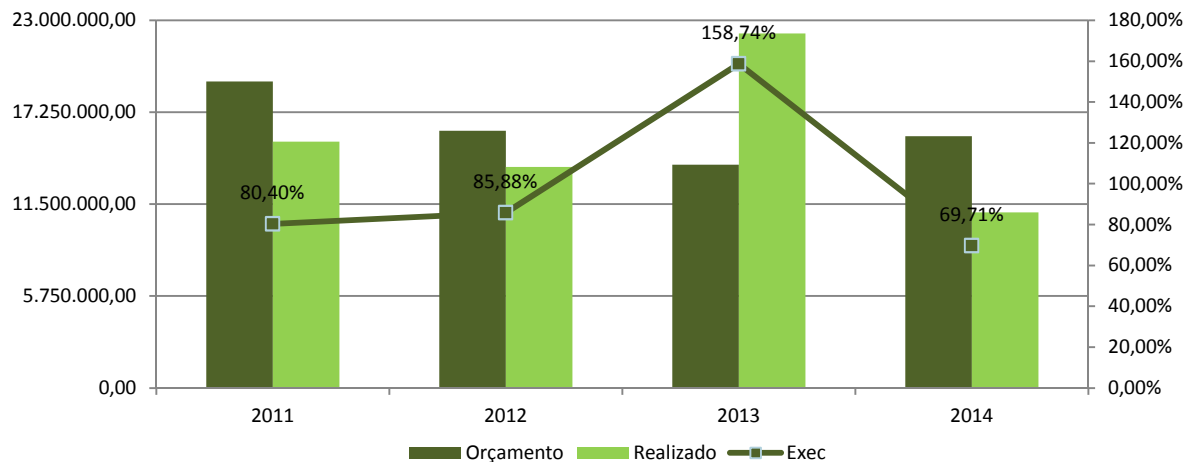


Comparativamente ao ano anterior a rubrica relativa à cobrança de IMT regista uma variação positiva de €14.637.907,93, com uma taxa de execução de 181,41%.

Pese embora se possa referir que o mercado imobiliário inicia um novo ciclo, onde já se constata um maior índice de confiança, consequência da ligeira melhoria na estabilidade económica por parte das famílias, grande parte deste valor reporta ao ano anterior, pelo que apenas se poderá considerar este aumento a nível orçamental, não sendo obviamente o reflexo da tendência futura.

**Derrama**

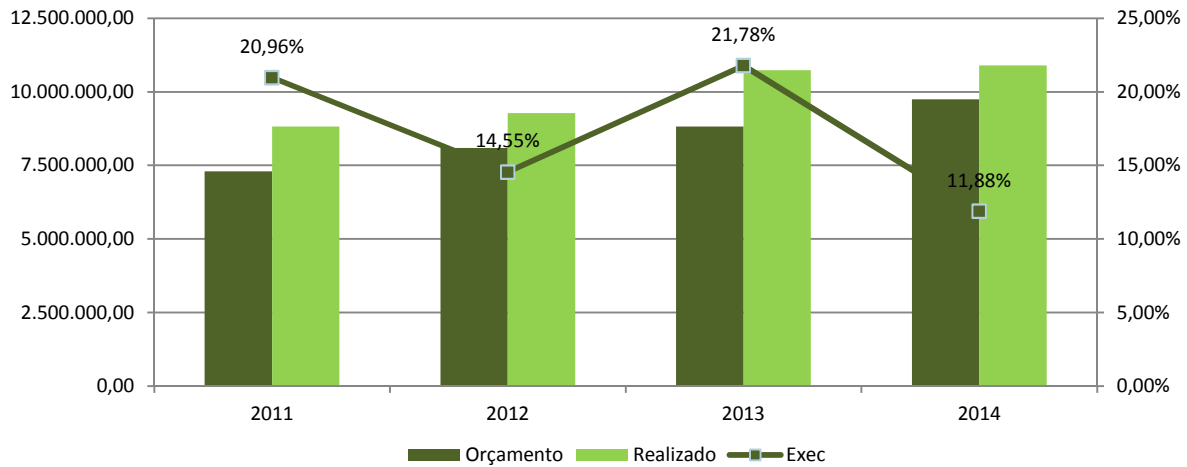
	Orçamento	Realizado	Execução
2011	19.177.976,00	15.418.320,21	80,40%
2012	16.093.451,00	13.820.446,94	85,88%
2013	13.976.421,00	22.185.869,68	158,74%
2014	15.747.202,00	10.976.819,20	69,71%



A Derrama registou uma variação negativa com uma quebra de € 11.209.050,48 comparativamente a período homólogo, justificado pelas correções efetuadas pela Administração Tributária à coleta do ano por conta de anos anteriores. Estas correções ascenderam a € 10.507.637,68 (elementos recolhidos na conta corrente do Município no site da AT), significa isto que se não houvesse estas deduções o Município de Oeiras teria realizado uma receita total de € 21.484.456,88, o que representaria uma execução de mais 36,40% face ao valor previsto em orçamento.

**Imposto Único de Circulação (IUC)**

	Orçamento	Realizado	Execução
2011	7.296.694,00	8.826.225,82	20,96%
2012	8.097.055,00	9.275.218,84	14,55%
2013	8.815.805,00	10.735.837,72	21,78%
2014	9.745.826,00	10.903.529,15	11,88%



Verifica-se um acréscimo de 1,5% na cobrança do imposto único de circulação, comparativamente ao valor realizado no ano anterior, e 11,88% perante o valor previsto em orçamento.

Relativamente aos capítulos referentes à receita proveniente da atividade municipal, destaca-se o seguinte:

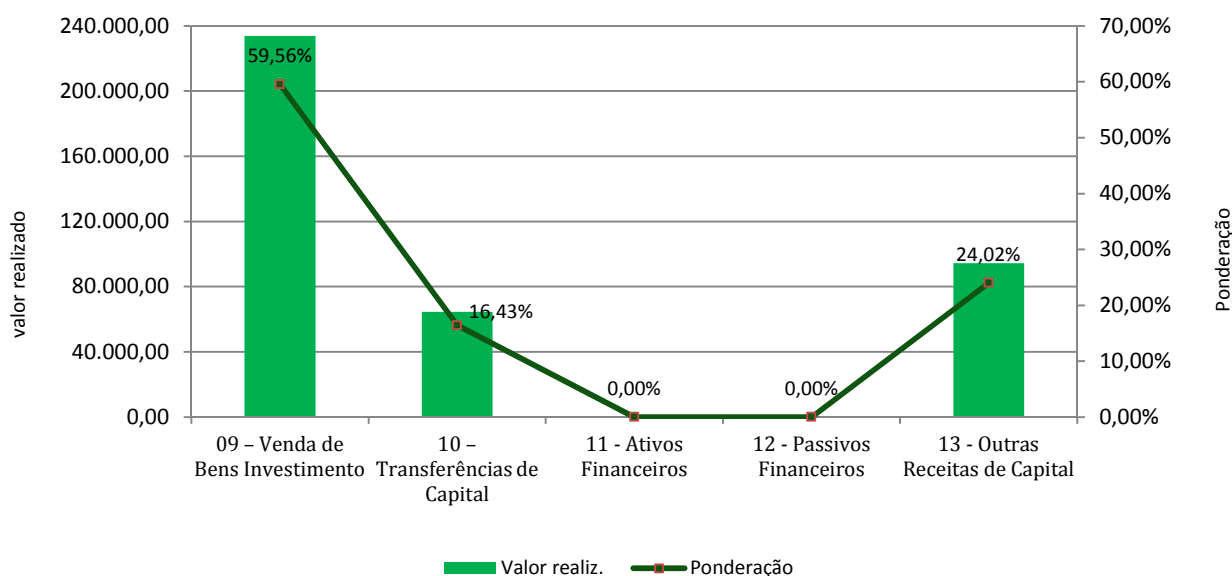
- 02 – Impostos Diretos; 04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades; 07 – Venda de Bens e Serviços Correntes registam uma execução superior aos 100% relativamente ao valor orçado, com uma cobrança total no montante de €17.707.429,27.
- O capítulo 04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades apresenta variação positiva face aos valores orçados, face ao ano anterior regista uma variação consequência da redução na cobrança das taxas de publicidade que, em consequência da entrada em vigor do Licenciamento Zero, imposto pelo Decreto-lei n.º 48/2011 de 1 de abril, se isentam alguns licenciamentos. A aplicação deste preceito legal levou a uma quebra na cobrança da receita de 42,23%, face ao valor cobrado no ano anterior.
- O capítulo 05 – Rendimentos de Propriedade, observa uma taxa de execução de 154,36%, justificada com a regularização do valor dos dividendos do SIMAS referentes ao ano de 2012, no montante de €3.000.000,00.
- As Transferências Correntes com uma execução de 98,37% agregam as transferências obrigatórias (IRS), as transferências dos fundos comunitários (FEDER e FSE) e as restantes da administração central (DGAL, IEFP, DGestE).



### RECEITA CAPITAL

A Receita de capital registou uma execução de 1,85% face ao total previsto em orçamento, com o valor de €392.844,49, distribuídos da seguinte forma:

Receita	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Realizada	Ponderação
09 – Venda de Bens Investimento	22.531.084,00	20.612.044,00	233.971,07	59,56%
10 – Transferências de Capital	18.158,00	18.158,00	64.530,72	16,43%
11 - Ativos Financeiros	556.344,00	556.344,00	0,00	0,00%
12 - Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
13 - Outras Receitas de Capital	50.001,00	50.001,00	94.342,70	24,02%
<b>Total Receita Capital</b>	<b>23.155.587,00</b>	<b>21.236.547,00</b>	<b>392.844,49</b>	<b>100,00%</b>



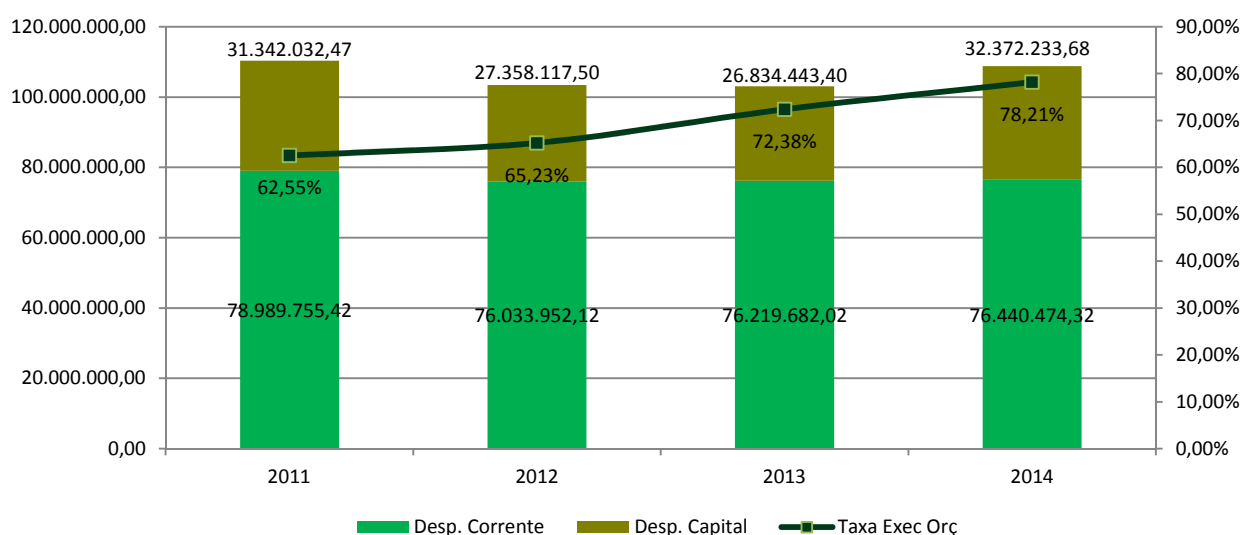
Comparativamente a período homólogo a Receita de capital observa uma variação positiva de 10,06%, com destaque para a Venda de Bens de Investimento, com um crescimento de 149,59%.

O capítulo 10 – Transferências de Capital verifica uma execução de 255,38% face ao valor orçado, consequência do acionamento de algumas garantias bancárias e registo de donativos ao abrigo da Lei do Mecenato para execução de obras de arte no Parque dos Poetas.

O capítulo 13 – Outras Receitas de Capital verifica um crescimento de 88,68% face ao valor do orçamento, justificado pela realização do Alvará de Loteamento nº 5/96, pelo proc.º nº 3783/07 do Tribunal Judicial de Oeiras e pela entrada da comparticipação por parte das Estradas de Portugal, SA, referente ao Proc.º 076/DOM/DIM/2013\_Construção do coletor pluvial e muro, em Barcarena (reconstrução da EN 250), no âmbito de protocolo entre as duas entidades.

### Despesa

No exercício de 2014 a despesa paga ascendeu ao valor total de € 108.812.708,00, o que significa uma taxa de execução de 78,21% face ao orçamento final e um crescimento de 5,59% comparativamente ao valor pago em 2013.



Comparativamente ao ano anterior, verifica-se que a despesa corrente regista um crescimento de 0,29% e a de capital de 20,64%.

Rubricas da Despesa	Realização		Variação	
	2013	2014	Valor	%
01 - Despesas com o Pessoal	33.460.085,27	33.125.802,39	-334.282,88	-1,00%
02 - Aquisições de Bens e Serviços	32.476.256,75	29.998.859,30	-2.477.397,45	-7,63%
03 - Juros da Dívida Pública	2.636.265,93	2.445.694,55	-190.571,38	-7,23%
04 - Transferências Correntes	6.527.890,22	9.707.631,36	3.179.741,14	48,71%
06 - Outras Despesas Correntes	1.119.183,85	1.162.486,72	43.302,87	3,87%
<b>Total Despesa Corrente</b>	<b>76.219.682,02</b>	<b>76.440.474,32</b>	<b>220.792,30</b>	<b>0,29%</b>

Rubricas da Despesa	Realização		Variação	
	2013	2014	Valor	%
07 - Aquisição de Bens de Capital	22.187.369,45	28.186.902,30	5.999.532,85	27,04%
08 - Transferências de Capital	1.781.191,04	1.298.014,94	-483.176,10	-27,13%
09 - Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
10 - Passivos Financeiros	2.865.508,08	2.887.316,44	21.808,36	0,76%
11 - Outras Despesas de Capital	374,83	0,00	-374,83	-100,00%
<b>Total Despesa Capital</b>	<b>26.834.443,40</b>	<b>32.372.233,68</b>	<b>5.537.790,28</b>	<b>20,64%</b>
<b>TOTAL DESPESA</b>	<b>103.054.125,42</b>	<b>108.812.708,00</b>	<b>5.758.582,58</b>	<b>5,59%</b>

O capítulo 01 – Despesas com o Pessoal regista uma quebra de 1% face ao valor pago em 2013, justificado essencialmente pela redução de efetivos, por via da aposentação, mobilidade e licença sem vencimento de longa duração.

O capítulo 04 – Transferências Correntes, destaca-se como o capítulo que maior crescimento registou, face a 2013, com mais 48,71% que o valor executado anteriormente, consequência das transferências financeiras efetuadas para a cobertura dos resultados líquidos das empresas municipais, no total de €2.954.972,15 pagos da seguinte forma:

- AMTRES – resultados dos exercícios de 2012 no valor de € 1.063.104,60 e de 2013 de €803.455,00;
- Oeiras Viva – resultados do exercício de 2013 no valor de € 267.433,76;
- LEMO, EIM – resultados do exercício de 2013 no valor de € 543.212,04;
- Habitágua – resultados do exercício de 2013 no valor de € 277.766,75.

O Capítulo 07 - Aquisição de Bens de Capital, regista um aumento de 27,04%, justificado pelo pagamento das oitos viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos, a antecipação da última prestação do processo da Proagricultura e pelo esforço desenvolvido pelos serviços, por forma a reduzir a dívida passiva e em simultâneo não onerar o orçamento de 2015.

Analisando a Despesa realizada, na gerência de 2014, verifica-se que o orçamento inicial registra um reforço de € 11.976.500,84, mais 9,42%, na sequência de 13 alterações e 4 revisões, onde se destaca o reforço para o pagamento do protocolo com a APL, com a aquisição das referidas viaturas de resíduos sólidos urbanos e o pagamento de resultados líquidos negativos das empresas participadas.

Despesa	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Pago	% Exec.
01 - Despesas com o Pessoal	33.600.770,00	34.265.770,00	33.125.802,39	96,67%
02 - Aquisições de Bens e Serviços	36.358.223,00	43.410.563,18	29.998.859,30	69,10%
03 - Juros da Dívida Pública	2.450.841,00	2.462.241,00	2.445.694,55	99,33%
04 - Transferências Correntes	8.262.590,00	10.718.961,31	9.707.631,36	90,57%
06 - Outras Despesas Correntes	469.151,00	1.892.898,97	1.162.486,72	61,41%
<b>Total Despesa Corrente</b>	<b>81.141.575,00</b>	<b>92.750.434,46</b>	<b>76.440.474,32</b>	<b>82,42%</b>
07 - Aquisição de Bens de Capital	40.753.780,00	40.892.106,38	28.186.902,30	68,93%
08 - Transferências de Capital	1.768.398,00	1.996.013,00	1.298.014,94	65,03%
09 - Ativos Financeiros	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00%
10 - Passivos Financeiros	2.890.000,00	2.890.000,00	2.887.316,44	99,91%
11 - Outras Despesas de Capital	1.000,00	2.700,00	0,00	0,00%
<b>Total Despesa Capital</b>	<b>46.013.178,00</b>	<b>46.380.819,38</b>	<b>32.372.233,68</b>	<b>69,80%</b>
<b>TOTAL DESPESA</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>139.131.253,84</b>	<b>108.812.708,00</b>	<b>78,21%</b>

A Despesa totaliza pagamentos no valor de € 108.812.708,00, o que traduz uma taxa de execução de 78,21% do orçamento final. Encontra-se incluído neste total, o valor de € 67.917.411,60 referente às Grandes Opções do Plano (PPI + AMR), o que expressa uma taxa de execução de 37,58% para ações relativas ao extra plano.

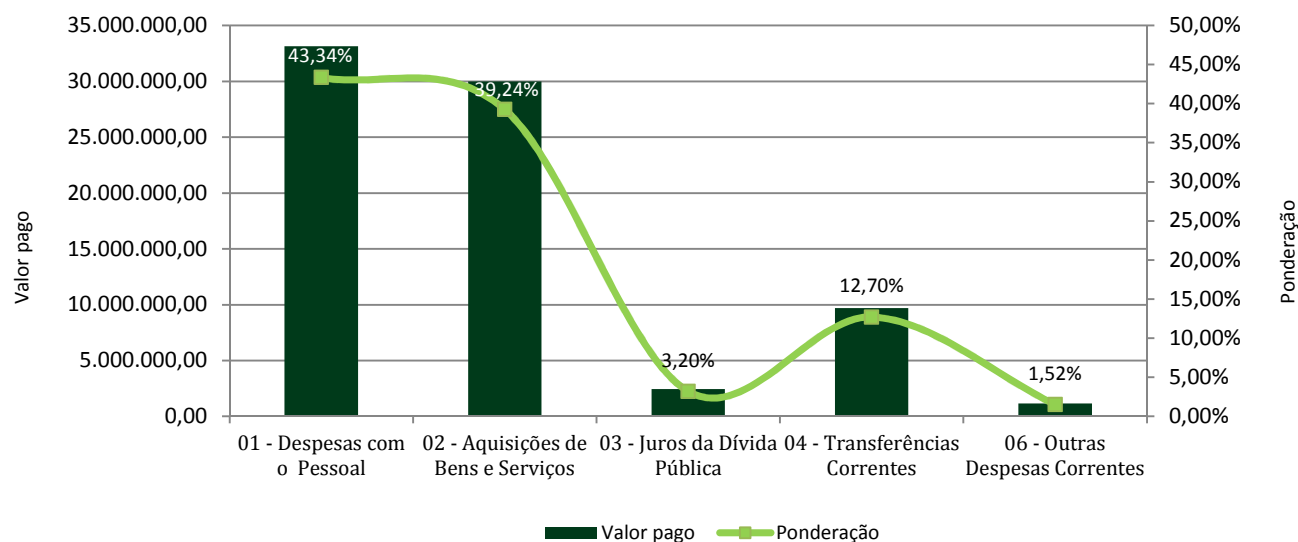
Os capítulos 01 – Despesa com o Pessoal e 02 – Aquisições de Serviços são os que apresentam maior percentagem de execução no total da despesa corrente, com 43,34% e 39,24%, respetivamente.

O capítulo 07 – Aquisição de Bens de Capital é o capítulo que contribui com a maior taxa de execução no total da despesa de capital paga, com 87,07%.

### DESPESA CORRENTE

A despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 82,42% face ao orçamento final.

Despesa	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Pago	Ponderação
01 - Despesas com o Pessoal	33.600.770,00	34.265.770,00	33.125.802,39	43,34%
02 - Aquisições de Bens e Serviços	36.358.223,00	43.410.563,18	29.998.859,30	39,24%
03 - Juros da Dívida Pública	2.450.841,00	2.462.241,00	2.445.694,55	3,20%
04 - Transferências Correntes	8.262.590,00	10.718.961,31	9.707.631,36	12,70%
06 - Outras Despesas Correntes	469.151,00	1.892.898,97	1.162.486,72	1,52%
<b>Total Despesa Corrente</b>	<b>81.141.575,00</b>	<b>92.750.434,46</b>	<b>76.440.474,32</b>	<b>100,00%</b>



O orçamento inicial da Despesa com Pessoal verifica um reforço de € 665.000,00 e uma taxa de execução do orçamento final de 96,67%.

A necessidade de reajuste das dotações das rubricas onde se inscrevem remunerações, subsídio de férias e de Natal, ou abonos equivalentes, e respetivos encargos da entidade empregadora, justifica-se pelo disposto pelo acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 30 de maio, que declarou a inconstitucionalidade das reduções remuneratórias bem como a retenção do subsídio de férias e Natal aos trabalhadores com remunerações superiores a €600. No último trimestre a Lei nº 75/2014, de 12 de setembro estabelece novamente o mecanismo das reduções remuneratórias para vencimentos superiores a € 1.500, bem como as condições da sua reversão para os anos subsequentes.

O valor do orçamento inicial do capítulo 02 - Aquisições de Bens e Serviços regista um reforço de €7.052.340,18, que se repartiu pelas seguintes rubricas:

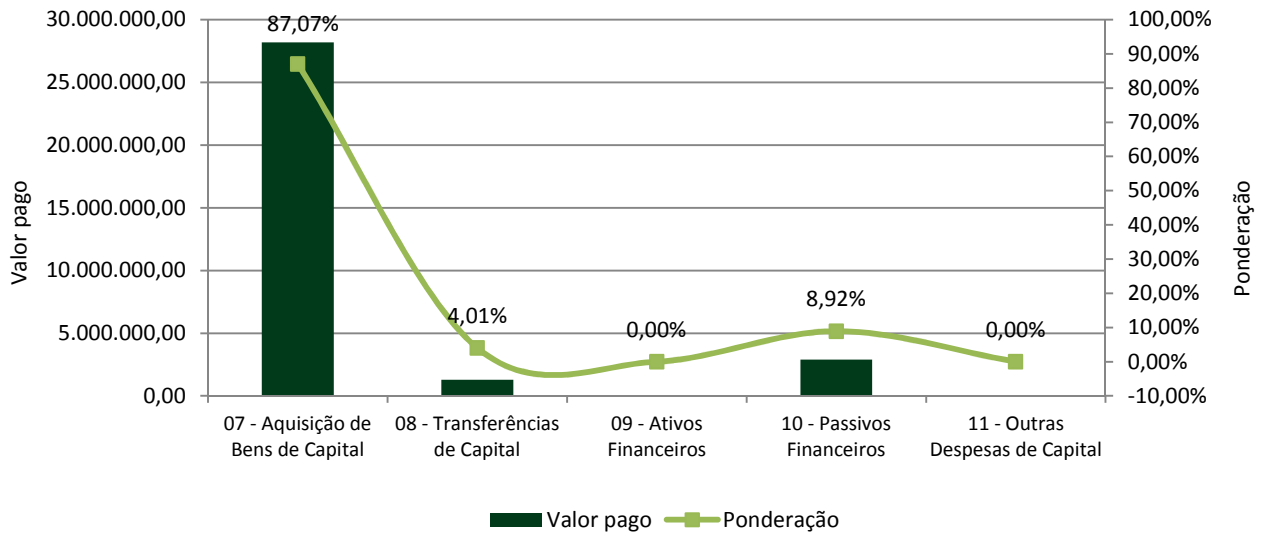
- 020208 – Locação de Outros Bens com mais €3.505.000,00, em consequência da necessidade de registo de faturas, de anos anteriores, da APL - Administração do Porto de Lisboa (no âmbito do protocolo estabelecido para a jurisdição das áreas sem interesse portuário e gestão para fins de natureza não portuária), no entanto só se efetuaram pagamentos no valor de € 40.102,68;
- 020224 – Encargos de cobrança de receitas com mais € 855.565,00 e uma taxa de execução de 82,29%;
- 020225 – Outros Serviços, reforçada em mais €2.313.441,90, com uma execução de 83,45% do orçamento final, reforço justificado essencialmente por:
  - Pagamento no cumprimento de sentenças judiciais - € 854 780,00
  - Seguros – € 111 000,00
  - Taxa de saneamento 2004 a 2006 – € 1 156 365,00

O capítulo 06 – Outras Despesas Correntes regista um reforço do orçamento inicial em mais €1.423.747,00, assente na componente “Indemnização / amortização” do processo da PPP / Oeiras Primus e para a eventual regularização do IVA referente aos Centros Geriátricos.

#### DESPESA CAPITAL

A Despesa de capital atinge pagamentos que totalizam €32.372.233,68, montante que representa uma taxa de execução de 69,80% do orçamento final:

Despesa	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Pago	Ponderação
07 - Aquisição de Bens de Capital	40.753.780,00	40.892.106,38	28.186.902,30	87,07%
08 - Transferências de Capital	1.768.398,00	1.996.013,00	1.298.014,94	4,01%
09 - Ativos Financeiros	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00%
10 - Passivos Financeiros	2.890.000,00	2.890.000,00	2.887.316,44	8,92%
11 - Outras Despesas de Capital	1.000,00	2.700,00	0,00	0,00%
<b>Total Despesa Capital</b>	<b>46.013.178,00</b>	<b>46.380.819,38</b>	<b>32.372.233,68</b>	<b>100,00%</b>



A Aquisição de Bens de Capital enquadra os investimentos municipais e em 2014 apresenta pagamentos no total de €28.186.902,30, considerado o valor mais expressivo na execução total das despesas de capital, com uma taxa de 87,07%.

No capítulo 07 destaca-se a rubrica 0701 – Investimentos como a mais expressiva, com o valor de €19.616.282,00, representando cerca de 69,60% do total pago, onde se destaca nomeadamente:

- Terrenos
  - Liquidação de 5 prestações referentes ao processo Proagricultura, com a liquidação antecipada de uma prestação prevista pagar em 2015 (€ 3.359.927,50), ficando totalmente liquidado e encerrado este processo;
  - Aquisição de prédio rústico no Rossio de Porto Salvo (€ 625.000,00);
  - Aquisições de imóveis às entidades Estradas de Portugal, SA e Cooperativa Nova Morada (total € 278.828,61);
- Habitações
  - Habitação Jovem em Paço de Arcos e Oeiras (€ 881.804,88);
  - Reparações fogos em bairros sociais (€ 1.313.148,29);

- Edifícios
  - Instalações de Serviço – Construção das Novas Oficinas (€ 2.267.736,80);
  - Escolas (€2.875.983,02/amortização), referente à componente “Escolas” do processo da PPP / Oeiras Primus;
- Aquisição de equipamento básico (€ 2.269.467,98):
  - Aquisição de 8 veículos pesados de recolha de resíduos sólidos urbanos,
  - 3 Viaturas pesadas de mercadorias,
  - 1 Viatura com cesto elevatório para podas;
- Outros Investimentos
  - Englobam despesas referentes a equipamento informático, administrativo, básico, recolha de resíduos e outros, totalizou o valor de € 3.756.148,40.

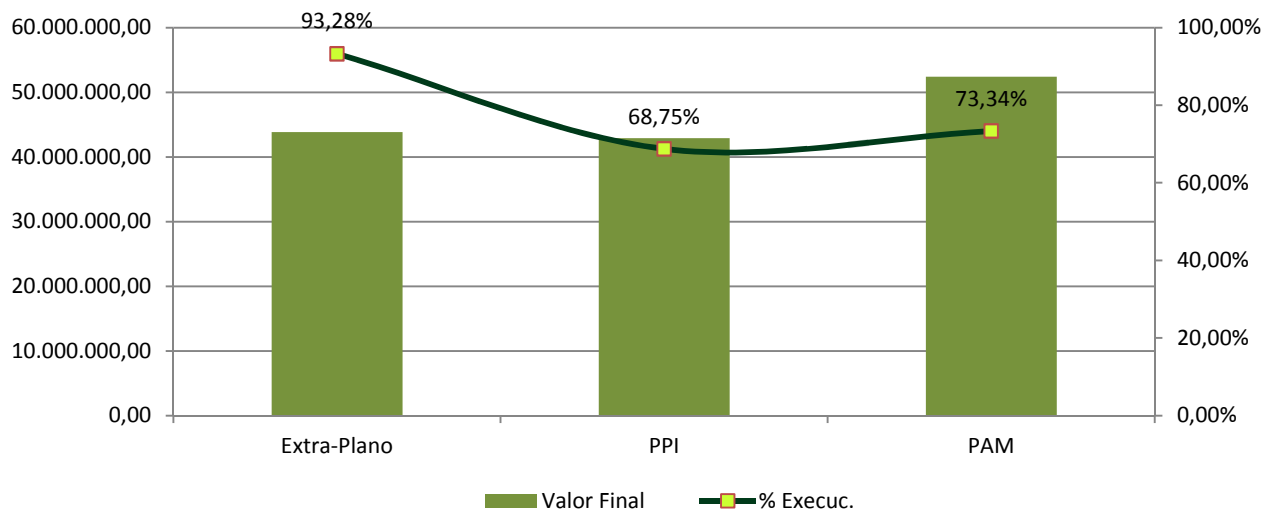
## Grandes Opções do Plano

A dotação do orçamento final de 2014, repartiu-se por:

- 31,51% para despesas extra-plano, e
- 68,49% para despesas GOP, que é constituído pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano Atividades mais Relevantes (PAM).

	Dotação Inicial	%	Dotação Atual	%	Execução	%
<b>Orçamento Total</b>	<b>127.154.753,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>139.131.253,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>108.812.708,00</b>	<b>78,21%</b>
<b>Extra-Plano</b>	41.927.743,00	<b>32,97%</b>	43.840.458,00	<b>31,51%</b>	40.895.296,40	<b>93,28%</b>
<b>GOP:</b>	85.227.010,00	<b>67,03%</b>	95.290.795,84	<b>68,49%</b>	67.917.411,60	<b>71,27%</b>
• PPI	42.522.178,00	49,89%	42.886.728,00	45,01%	29.484.917,24	68,75%
• PAM	42.704.832,00	50,11%	52.402.676,46	54,99%	38.432.494,36	73,34%





As GOP registam uma execução de 71,27% com pagamentos no valor de € 67.917.411,60 e as despesas extra-plano no valor de € 40.895.296,4, com uma execução de 93,28% do orçamento final.

### Execução por Classificação Funcional

As Grandes Opções do Plano registaram, na gerência de 2014, um reforço da dotação inicial de 11,81%, com vista a ajustar as dotações às atividades e investimentos que eram pretendidos desenvolver, por via de 13 alterações e 4 revisões no valor de €10.063.785,84.

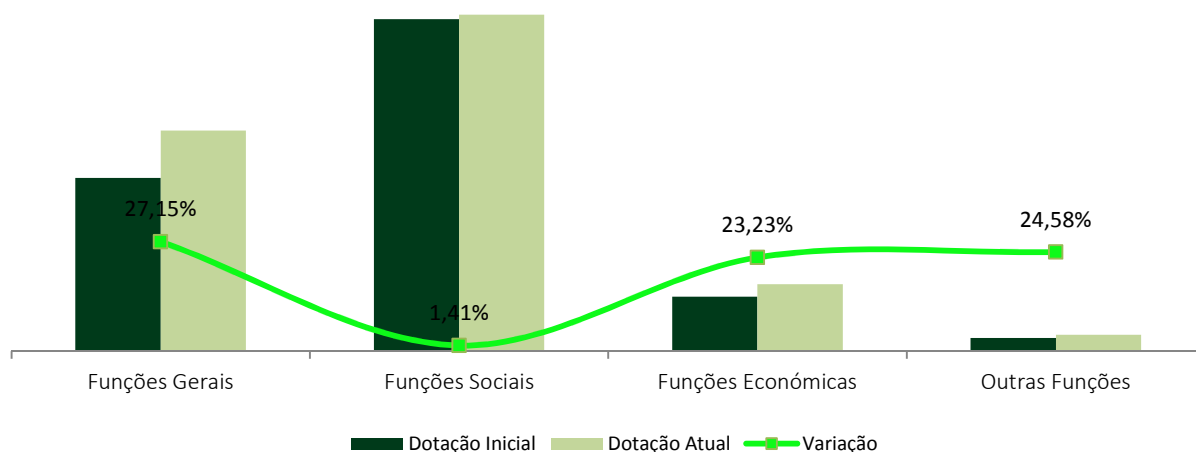
Funcional	Dotação Inicial Di	Dotação Final Df	Execução total	Saldo	% Realização face Df
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>25.792.289,00</b>	<b>32.793.951,82</b>	<b>20.358.006,86</b>	<b>12.435.944,96</b>	<b>62,08%</b>
1.1.0. Serviços Gerais de Administração Pública	23.813.967,00	30.772.316,16	19.006.394,88	11.765.921,28	61,76%
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	1.978.322,00	2.021.635,66	1.351.611,98	670.023,68	66,86%
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>49.370.659,00</b>	<b>50.068.150,75</b>	<b>38.827.747,57</b>	<b>11.240.403,18</b>	<b>77,55%</b>
2.1.0. Educação	7.833.653,00	7.940.027,00	6.005.875,28	1.934.151,72	75,64%
2.2.0. Saúde	2.504.450,00	2.446.952,33	1.579.614,87	867.337,46	64,55%
2.3.0. Segurança e Ação Sociais	5.237.284,00	3.989.008,08	3.564.909,75	424.098,33	89,37%
2.4.0. Habitação e Serviços Coletivos	20.842.026,00	22.123.037,69	18.105.807,85	4.017.229,84	81,84%
2.5.0. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	12.953.246,00	13.569.125,65	9.571.539,82	3.997.585,83	70,54%
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>8.089.847,00</b>	<b>9.969.272,27</b>	<b>7.038.920,76</b>	<b>2.930.351,51</b>	<b>70,61%</b>
3.2.0. Indústria e Energia	3.007.101,00	2.756.076,24	2.596.141,66	159.934,58	94,20%

# Município de Oeiras

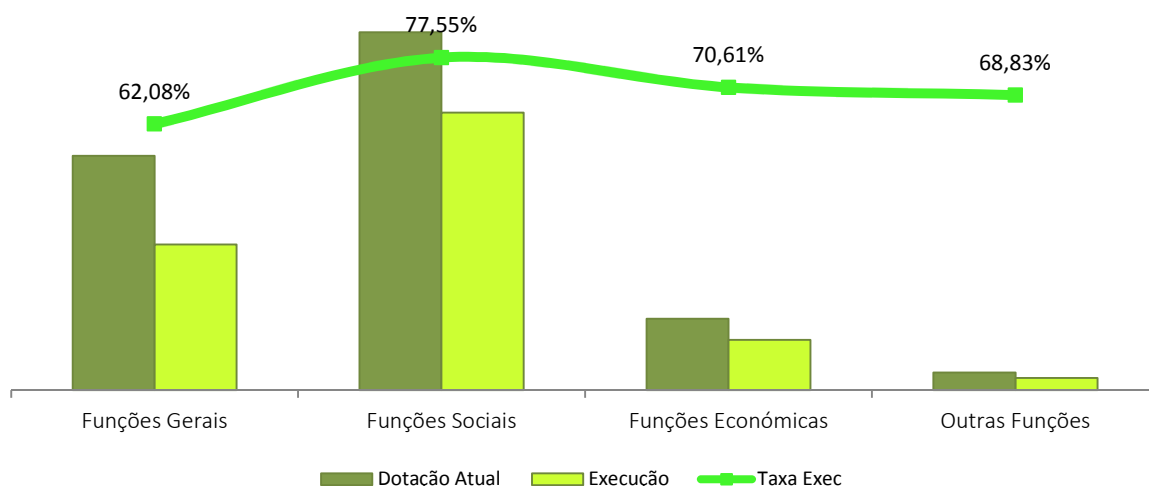
## Relatório e Conta de Gerência 2014

Funcional	Dotação Inicial Di	Dotação Final Df	Execução total	Saldo	% Realização face Df
3.3.0. Transportes e Comunicações	3.486.972,00	3.004.816,86	1.076.202,31	1.928.614,55	35,82%
3.4.0. Comércio e Turismo	495.774,00	504.473,86	396.832,03	107.641,83	78,66%
3.5.0. Outras Funções Económicas	1.100.000,00	3.703.905,31	2.969.744,76	734.160,55	80,18%
<b>4. Outras Funções</b>	<b>1.974.215,00</b>	<b>2.459.421,00</b>	<b>1.692.736,41</b>	<b>766.684,59</b>	<b>68,83%</b>
4.1.0. Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.2.0. Transferências entre Administrações	1.773.685,00	1.868.685,00	1.139.130,79	729.554,21	60,96%
4.3.0. Diversas não especificadas	200.530,00	590.736,00	553.605,62	37.130,38	93,71%
<b>Total</b>	<b>85.227.010,00</b>	<b>95.290.795,84</b>	<b>67.917.411,60</b>	<b>27.373.384,24</b>	<b>71,27%</b>

A classificação funcional 1- Funções Gerais que compreende as atividades de âmbito geral da entidade, foi a que maior reforço registou, com um incremento de 27,15%, suportado pelos reforços na *Locação de Outros Bens* (para registo da dívida da APL, como foi indicado na Despesa Corrente), Consumo de Água e PPP/ Indemnização (componente da dívida Oeiras Primus).



Considerando o reforço das dotações verifica-se uma execução de 71,27% da dotação final, o que corresponde a um volume de pagamentos de € 67.917.411,60, com a Funções Sociais a verificar maior execução nos pagamentos com o valor de € 38.827.747,57.



Passamos a detalhar a execução das ações que estão definidas em cada uma das Funções, bem como os montantes pagos em cada uma delas:

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Final	Realizado Acumulado	Saldo	% Realiz.
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>25.792.289,00</b>	<b>32.793.951,82</b>	<b>20.358.006,86</b>	<b>12.435.944,96</b>	<b>62,08%</b>
1.1.0. <b>Serviços gerais de administração pública</b>	<b>23.813.967,00</b>	<b>30.772.316,16</b>	<b>19.006.394,88</b>	<b>11.765.921,28</b>	<b>61,76%</b>
1.1.1. Administração geral	23.813.967,00	30.772.316,16	19.006.394,88	11.765.921,28	61,76%
1.2.0. <b>Segurança e Ordem Pública</b>	<b>1.978.322,00</b>	<b>2.021.635,66</b>	<b>1.351.611,98</b>	<b>670.023,68</b>	<b>66,86%</b>
1.2.1. Proteção civil e luta contra incêndios	1.381.984,00	1.425.297,66	1.326.117,83	99.179,83	93,04%
1.2.2. Polícia municipal	596.338,00	596.338,00	25.494,15	570.843,85	4,28%
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>49.370.659,00</b>	<b>50.068.150,75</b>	<b>38.827.747,57</b>	<b>11.240.403,18</b>	<b>77,55%</b>
2.1.0. <b>Educação</b>	<b>7.833.653,00</b>	<b>7.940.027,00</b>	<b>6.005.875,28</b>	<b>1.934.151,72</b>	<b>75,64%</b>
2.1.1. Ensino não superior	4.116.634,00	4.419.808,00	4.159.357,80	260.450,20	94,11%
2.1.2. Serviços auxiliares de ensino	3.717.019,00	3.520.219,00	1.846.517,48	1.673.701,52	52,45%
2.2.0. <b>Saúde</b>	<b>2.504.450,00</b>	<b>2.446.952,33</b>	<b>1.579.614,87</b>	<b>867.337,46</b>	<b>64,55%</b>
2.2.1. Serviços individuais de saúde	2.504.450,00	2.446.952,33	1.579.614,87	867.337,46	64,55%
2.3.0. <b>Segurança e ação sociais</b>	<b>5.237.284,00</b>	<b>3.989.008,08</b>	<b>3.564.909,75</b>	<b>424.098,33</b>	<b>89,37%</b>
2.3.1. Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.3.2. Ação social	5.237.284,00	3.989.008,08	3.564.909,75	424.098,33	89,37%
2.4.0. <b>Habituação e serviços coletivos</b>	<b>20.842.026,00</b>	<b>22.123.037,69</b>	<b>18.105.807,85</b>	<b>4.017.229,84</b>	<b>81,84%</b>
2.4.1. Habituação	5.857.106,00	6.526.016,52	5.955.607,23	570.409,29	91,26%
2.4.2. Ordenamento do território	4.335.272,00	4.084.951,98	2.736.990,31	1.347.961,67	67,00%

**Município de Oeiras**  
**Relatório e Conta de Gerência 2014**

Funcional	Dotação Inicial	Dotação Final	Realizado Acumulado	Saldo	% Realiz.
2.4.3. Saneamento	1.111.593,00	551.154,33	148.152,03	403.002,30	26,88%
2.4.4. Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.5. Resíduos sólidos	4.667.355,00	6.211.248,76	5.717.821,59	493.427,17	92,06%
2.4.6. Proteção meio ambiente e conservação natureza	4.870.700,00	4.749.666,10	3.547.236,69	1.202.429,41	74,68%
<b>2.5.0. Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>12.953.246,00</b>	<b>13.569.125,65</b>	<b>9.571.539,82</b>	<b>3.997.585,83</b>	<b>70,54%</b>
2.5.1. Cultura	10.130.557,00	10.117.585,73	6.548.754,14	3.568.831,59	64,73%
2.5.2. Desporto, recreio e lazer	2.822.689,00	3.451.539,92	3.022.785,68	428.754,24	87,58%
2.5.3. Outras atividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>8.089.847,00</b>	<b>9.969.272,27</b>	<b>7.038.920,76</b>	<b>2.930.351,51</b>	<b>70,61%</b>
<b>3.1.0. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>3.2.0. Indústria e energia</b>	<b>3.007.101,00</b>	<b>2.756.076,24</b>	<b>2.596.141,66</b>	<b>159.934,58</b>	<b>94,20%</b>
<b>3.3.0. Transportes e comunicações</b>	<b>3.486.972,00</b>	<b>3.004.816,86</b>	<b>1.076.202,31</b>	<b>1.928.614,55</b>	<b>35,82%</b>
3.3.1. Transportes rodoviários	3.486.972,00	3.004.816,86	1.076.202,31	1.928.614,55	35,82%
3.3.2. Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.3.3. Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>3.4.0. Comércio e turismo</b>	<b>495.774,00</b>	<b>504.473,86</b>	<b>396.832,03</b>	<b>107.641,83</b>	<b>78,66%</b>
3.4.1. Mercados e feiras	500,00	500,00	0,00	500,00	0,00%
3.4.2. Turismo	495.274,00	503.973,86	396.832,03	107.141,83	78,74%
<b>3.5.0. Outras funções económicas</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>3.703.905,31</b>	<b>2.969.744,76</b>	<b>734.160,55</b>	<b>80,18%</b>
<b>4. Outras Funções</b>	<b>1.974.215,00</b>	<b>2.459.421,00</b>	<b>1.692.736,41</b>	<b>766.684,59</b>	<b>68,83%</b>
<b>4.1.0. Operações da dívida autárquica</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>4.2.0. Transferências entre administrações</b>	<b>1.773.685,00</b>	<b>1.868.685,00</b>	<b>1.139.130,79</b>	<b>729.554,21</b>	<b>60,96%</b>
<b>4.3.0. Diversas não especificadas</b>	<b>200.530,00</b>	<b>590.736,00</b>	<b>553.605,62</b>	<b>37.130,38</b>	<b>93,71%</b>
<b>Total</b>	<b>85.227.010,00</b>	<b>95.290.795,84</b>	<b>67.917.411,60</b>	<b>27.373.384,24</b>	<b>71,27%</b>

### Execução por Unidade Orgânica

O facto da implementação da nova orgânica a meio do ano económico de 2014, refletiu alguns constrangimentos de natureza aplicacional, no âmbito do ERP financeiro, neste sentido a análise da execução por unidade orgânica foi efetuada de acordo com a anterior orgânica.

O quadro seguinte permite a análise por unidade orgânica e Direção Municipal a nível dos valores realizados bem como a sua percentagem de execução face à dotação final:

# Município de Oeiras

## Relatório e Conta de Gerência 2014

Unidade Orgânica	Dotação Inicial	Dotação Final	Cabimentos	Execução	% Cabimentos	% Execução
<b>2 SA</b>	<b>9.705.069,00</b>	<b>10.840.896,07</b>	<b>7.499.478,91</b>	<b>6.823.578,00</b>	<b>69,18%</b>	<b>62,94%</b>
211 GP	889.500,00	894.500,00	484.276,22	434.990,76	54,14%	48,63%
221 GMA	25.000,00	598.040,38	0	0	0,00%	0,00%
231 GDM	123.536,00	795.136,00	60.055,50	21.679,50	7,55%	2,73%
241 GCAJ	3.869.563,00	3.918.915,25	3.996.849,78	3.609.075,24	101,99%	92,09%
251 GC	1.009.138,00	961.658,78	658.239,60	525.704,67	68,45%	54,67%
261 GAJF	1.337.000,00	1.387.000,00	750.299,83	780.406,91	54,10%	56,27%
<b>27 DPMP</b>	<b>1.944.332,00</b>	<b>1.987.645,66</b>	<b>1.331.883,64</b>	<b>1.328.190,75</b>	<b>67,01%</b>	<b>66,82%</b>
271 DPMP	1.944.332,00	1.987.645,66	1.331.883,64	1.328.190,75	67,01%	66,82%
272 DPM	0	0	0	0	0,00%	0,00%
273 DACO	0	0	0	0	0,00%	0,00%
281 GSIG	507.000,00	298.000,00	217.874,34	123.530,17	73,11%	41,45%
<b>3 DMADO</b>	<b>4.266.769,00</b>	<b>4.449.830,14</b>	<b>3.906.241,86</b>	<b>3.304.369,28</b>	<b>87,78%</b>	<b>74,26%</b>
31 DMADO	0	0	0	0	0,00%	0,00%
311 DMADO	0	0	0	0	0,00%	0,00%
<b>32 DTSI</b>	<b>1.983.516,00</b>	<b>1.741.329,61</b>	<b>1.548.162,05</b>	<b>1.163.806,13</b>	<b>88,91%</b>	<b>66,83%</b>
321 DTSI	0	0	0	0	0,00%	0,00%
322 DIAS	1.288.207,00	1.086.020,61	974.175,76	761.361,55	89,70%	70,11%
323 DSI	695.309,00	655.309,00	573.986,29	402.444,58	87,59%	61,41%
<b>33 DGRH</b>	<b>1.253.253,00</b>	<b>1.547.915,65</b>	<b>1.335.528,20</b>	<b>1.265.076,31</b>	<b>86,28%</b>	<b>81,73%</b>
331 DGRH	177.000,00	204.162,65	202.635,58	166.575,94	99,25%	81,59%
332 DRH	946.000,00	1.213.500,00	1.032.651,42	1.025.271,42	85,10%	84,49%
333 DFVP	130.253,00	130.253,00	100.241,20	73.228,95	76,96%	56,22%
<b>34 DGO</b>	<b>1.030.000,00</b>	<b>1.160.584,88</b>	<b>1.022.551,61</b>	<b>875.486,84</b>	<b>88,11%</b>	<b>75,43%</b>
341 DGO	1.030.000,00	1.160.584,88	1.022.551,61	875.486,84	88,11%	75,43%
<b>4 DMPGFP</b>	<b>12.464.464,00</b>	<b>20.322.365,21</b>	<b>19.089.340,04</b>	<b>15.085.218,79</b>	<b>93,93%</b>	<b>74,23%</b>
<b>41 DMPGFP</b>	<b>75.000,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>64.206,00</b>	<b>34.317,00</b>	<b>85,61%</b>	<b>45,76%</b>
411 DMPGFP	75.000,00	75.000,00	64.206,00	34.317,00	85,61%	45,76%
<b>42 DPGF</b>	<b>1.276.530,00</b>	<b>4.270.641,31</b>	<b>3.500.942,55</b>	<b>3.494.992,55</b>	<b>81,98%</b>	<b>81,84%</b>
421 DPGF	0	0	0	0	0,00%	0,00%
422 DPO	1.100.000,00	3.703.905,31	2.969.744,76	2.969.744,76	80,18%	80,18%
423 DGF	176.530,00	566.736,00	531.197,79	525.247,79	93,73%	92,68%
<b>43 DGPCP</b>	<b>11.112.934,00</b>	<b>15.976.723,90</b>	<b>15.524.191,49</b>	<b>11.555.909,24</b>	<b>97,17%</b>	<b>72,33%</b>
431 DGPCP	0	0	0	0	0,00%	0,00%
432 DGP	11.077.934,00	15.941.434,85	15.495.340,76	11.531.924,27	97,20%	72,34%
433 DCP	35.000,00	35.289,05	28.850,73	23.984,97	81,76%	67,97%
<b>5 DMPUH</b>	<b>10.304.179,00</b>	<b>9.993.411,05</b>	<b>7.795.876,85</b>	<b>6.878.374,62</b>	<b>78,01%</b>	<b>68,83%</b>
<b>51 DMPUH</b>	<b>1.531.891,00</b>	<b>1.459.891,00</b>	<b>1.043.234,00</b>	<b>1.043.234,00</b>	<b>71,46%</b>	<b>71,46%</b>
511 DMPUH	1.531.891,00	1.459.891,00	1.043.234,00	1.043.234,00	71,46%	71,46%
<b>52 DPGU</b>	<b>1.040.773,00</b>	<b>980.119,00</b>	<b>273.035,50</b>	<b>281.393,08</b>	<b>27,86%</b>	<b>28,71%</b>
521 DPGU	854.740,00	798.896,00	110.816,38	134.529,21	13,87%	16,84%

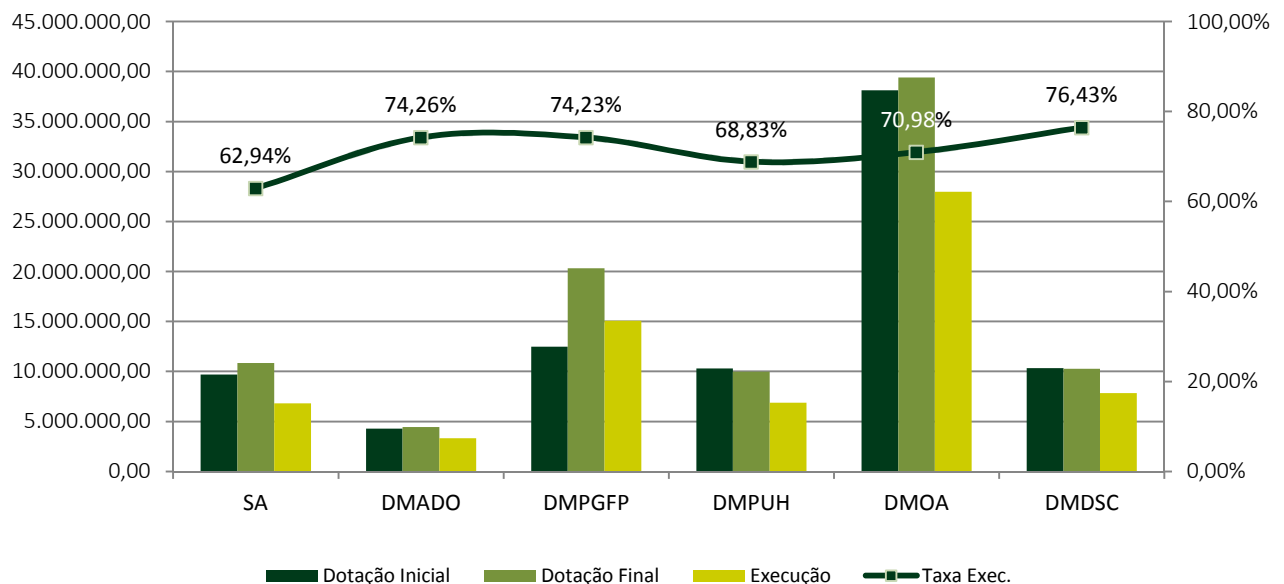
# Município de Oeiras

## Relatório e Conta de Gerência 2014

Unidade Orgânica		Dotação Inicial	Dotação Final	Cabimentos	Execução	% Cabimentos	% Execução
522	DP	26.550,00	21.740,00	21.738,66	21.738,66	99,99%	99,99%
523	DEU	0	0	0	0	0,00%	0,00%
524	DLAEE	155.000,00	155.000,00	139.440,03	124.084,78	89,96%	80,05%
525	DAAA	4.483,00	4.483,00	1.040,43	1.040,43	23,21%	23,21%
526	DAM	0	0	0	0	0,00%	0,00%
<b>53</b>	<b>DPE</b>	<b>5.613.975,00</b>	<b>5.463.624,45</b>	<b>4.670.369,94</b>	<b>3.989.683,04</b>	<b>85,48%</b>	<b>73,02%</b>
531	DPE	5.613.975,00	5.463.624,45	4.670.369,94	3.989.683,04	85,48%	73,02%
<b>54</b>	<b>DH</b>	<b>2.117.540,00</b>	<b>2.089.776,60</b>	<b>1.809.237,41</b>	<b>1.564.064,50</b>	<b>86,58%</b>	<b>74,84%</b>
541	DH	4.250,00	4.250,00	0	0	0,00%	0,00%
542	DPRH	2.051.010,00	2.051.010,00	1.792.677,91	1.547.505,00	87,40%	75,45%
543	DGS	62.280,00	34.516,60	16.559,50	16.559,50	47,98%	47,98%
<b>6</b>	<b>DMOA</b>	<b>38.139.083,00</b>	<b>39.419.201,37</b>	<b>37.256.297,31</b>	<b>27.979.799,19</b>	<b>94,51%</b>	<b>70,98%</b>
<b>61</b>	<b>DMOA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
611	DMOA	0	0	0	0	0,00%	0,00%
<b>62</b>	<b>DOM</b>	<b>24.772.484,00</b>	<b>23.650.715,94</b>	<b>22.430.902,42</b>	<b>14.815.649,15</b>	<b>94,84%</b>	<b>62,64%</b>
621	DOM	0	0	0	0	0,00%	0,00%
622	DEP	910.971,00	875.671,00	810.100,47	268.851,26	92,51%	30,70%
623	DEM	16.528.723,00	16.438.365,94	15.869.701,08	9.754.943,96	96,54%	59,34%
624	DIM	2.871.392,00	2.267.072,26	2.011.266,53	1.374.620,55	88,72%	60,63%
625	DGEP	3.523.287,00	3.462.406,84	3.238.754,54	3.081.482,12	93,54%	89,00%
626	DTT	938.111,00	607.199,90	501.079,80	335.751,26	82,52%	55,30%
<b>63</b>	<b>DAE</b>	<b>13.366.599,00</b>	<b>15.768.485,43</b>	<b>14.825.394,89</b>	<b>13.164.150,04</b>	<b>94,02%</b>	<b>83,48%</b>
631	DAE	4.257.584,00	5.675.114,19	5.487.733,79	5.374.115,92	96,70%	94,70%
632	DEV	3.811.174,00	3.545.097,45	3.405.680,93	2.762.705,04	96,07%	77,93%
633	DRRSU	475.221,00	478.841,00	392.599,73	361.506,61	81,99%	75,50%
634	DVM	4.766.120,00	5.984.559,74	5.470.056,71	4.596.661,96	91,40%	76,81%
635	DHPA	56.500,00	84.873,05	69.323,73	69.160,51	81,68%	81,49%
<b>7</b>	<b>DMDSC</b>	<b>10.347.446,00</b>	<b>10.265.092,00</b>	<b>9.213.971,10</b>	<b>7.846.071,72</b>	<b>89,76%</b>	<b>76,43%</b>
<b>71</b>	<b>DMDSC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
711	DMDSC	0	0	0	0	0,00%	0,00%
<b>72</b>	<b>DASD</b>	<b>4.513.479,00</b>	<b>4.739.979,00</b>	<b>4.455.501,60</b>	<b>4.268.753,52</b>	<b>94,00%</b>	<b>90,06%</b>
721	DASD	0	0	0	0	0,00%	0,00%
723	DASSJ	3.086.647,00	2.693.147,00	2.527.991,34	2.350.481,58	93,87%	87,28%
724	DD	1.426.832,00	2.046.832,00	1.927.510,26	1.918.271,94	94,17%	93,72%
<b>73</b>	<b>DPHCB</b>	<b>1.841.088,00</b>	<b>1.852.034,00</b>	<b>1.651.437,66</b>	<b>1.467.566,31</b>	<b>89,17%</b>	<b>79,24%</b>
731	DPHCB	68.332,00	78.332,00	72.325,72	66.694,64	92,33%	85,14%
732	DPHM	238.500,00	233.492,00	161.788,95	76.090,68	69,29%	32,59%
733	DCT	1.357.912,00	1.364.772,00	1.285.398,27	1.222.655,73	94,18%	89,59%
734	DBDI	176.344,00	175.438,00	131.924,72	102.125,26	75,20%	58,21%

Unidade Orgânica	Dotação Inicial	Dotação Final	Cabimentos	Execução	% Cabimentos	% Execução
<b>74 DE</b>	<b>3.992.879,00</b>	<b>3.673.079,00</b>	<b>3.107.031,84</b>	<b>2.109.751,89</b>	<b>84,59%</b>	<b>57,44%</b>
741 DE	105.659,00	108.037,00	97.471,51	97.471,51	90,22%	90,22%
742 DEIE	376.232,00	250.854,00	208.875,33	212.388,21	83,27%	84,67%
743 DASE	3.510.988,00	3.314.188,00	2.800.685,00	1.799.892,17	84,51%	54,31%
<b>Total</b>	<b>85.227.010,00</b>	<b>95.290.795,84</b>	<b>84.761.206,07</b>	<b>67.917.411,60</b>	<b>88,95%</b>	<b>71,27%</b>

Os valores apresentados no quadro anterior resumem-se no seguinte gráfico:



### Alterações ao Orçamento

Durante a gerência de 2014 efetuaram-se treze alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, visando reajustar dotações e enquadrar situações pontuais com tradução financeira entretanto surgidas, as quais não influenciaram, contudo, a despesa global. Estas alterações totalizaram o valor global de € 14.017.649,42.

Foram, ainda, efetuadas quatro revisões orçamentais, no valor de € 11.976.500,84, pela utilização do saldo da gerência de 2013.

Revisões orçamentais que, tiveram como fim, a necessidade de reforçar a dotação de algumas rubricas e de criar novos códigos que à data, da elaboração do Orçamento, não tinham sido previstos conforme o ponto 8.3.1.2 das modificações do orçamento e na modificação de valores de anos futuros.



## V. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

## Análise do Balanço – Balanço Sintético

A situação patrimonial espelha o registo das operações que alteram a composição, quantitativa e qualitativa, do património do Município, definido por todos os seus bens, direitos e obrigações, cujas mutações são explicadas pelos custos e proveitos gerados pela atividade e ainda variações patrimoniais registadas em fundos próprios diretamente.

Enquanto o Ativo evidencia os bens e os direitos do Município, o Passivo reflete as obrigações e os deveres perante terceiros, incluindo os acréscimos e diferimentos e as provisões. Os Fundos Próprios abrangem o Património à data da elaboração do primeiro Balanço com as alterações subsequentes pelo acréscimo dos Resultados Transitados bem como os Resultados Líquidos gerados

Descrição	2014		2013		Desvio (€)	Variação
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)		
Imobilizado	500.740.690,82	93,46%	489.753.596,30	92,46%	10.987.094,52	2,24%
Existências	3.767.783,36	0,70%	3.259.951,17	0,62%	507.832,19	15,58%
Dívidas de Terceiros	1.730.220,99	0,32%	2.468.664,00	0,47%	-738.443,01	-29,91%
Disponibilidades	25.139.953,70	4,69%	15.737.255,55	2,97%	9.402.698,15	59,75%
Acréscimos e Diferimentos	4.388.382,81	0,82%	18.470.184,34	3,49%	-14.081.801,53	-76,24%
<b>Ativo Líquido</b>	<b>535.767.031,68</b>	<b>100,00%</b>	<b>529.689.651,36</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.077.380,32</b>	<b>1,15%</b>
Património	325.731.209,53	60,80%	325.781.147,30	61,50%	-49.937,77	-0,02%
Reservas	12.733.374,91	2,38%	11.559.911,13	2,18%	1.173.463,78	10,15%
Doações	2.990.255,64	0,56%	2.629.912,95	0,50%	360.342,69	13,70%
Reservas Cedência Apropriação de Ativos	55.888.771,45	10,43%	54.947.428,97	10,37%	941.342,48	1,71%
Resultados	31.495.188,03	5,88%	34.682.804,89	6,55%	-3.187.616,86	-9,19%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>428.838.799,56</b>	<b>80,04%</b>	<b>429.601.205,24</b>	<b>81,10%</b>	<b>-762.405,68</b>	<b>-0,18%</b>
Provisões para riscos e encargos	25.710.444,01	4,80%	16.298.563,29	3,08%	9.411.880,72	57,75%
Dívidas a Terceiros M/L Prazo	50.450.618,83	9,42%	54.630.772,07	10,31%	-4.180.153,24	-7,65%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	20.402.785,79	3,81%	21.678.584,92	4,09%	-1.275.799,13	-5,89%
Acréscimos e Diferimentos	10.364.383,49	1,93%	7.480.525,84	1,41%	2.883.857,65	38,55%
<b>Passivo</b>	<b>106.928.232,12</b>	<b>19,96%</b>	<b>100.088.446,12</b>	<b>18,90%</b>	<b>6.839.786,00</b>	<b>6,83%</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>535.767.031,68</b>	<b>100,00%</b>	<b>529.689.651,36</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.077.380,32</b>	<b>1,15%</b>

O Ativo Líquido registou a 31 de dezembro de 2014, o valor de € 535.767.031,68 o que significa um crescimento de 1,15% face à gerência de 2013.

Os Fundos Próprios registaram uma variação negativa de 0,18%, fundamentado na variação negativa dos Resultados, apurados pelo resultado das contas 59 – Resultados Transitados do exercício anterior e da conta 88 – Resultado Líquido do Exercício, que face a 2013 registou um decréscimo de aproximadamente €20.000.000,00.

Conforme determina o POCAL o Resultado Líquido Transitado do exercício de 2013, foi transferido para:

- Resultados Transitados (conta 59) o valor de € 22.295.811,85;
- Reforço da Reserva Legal (conta 571) o montante de € 1.173.463,78.

Os Acréscimos e Diferimentos, muito influenciados pela subconta de Acréscimo de Custos, registam um aumento de 38,55% comparativamente ao ano de 2013. Este aumento está suportado no registo nas contas da Autarquia do valor de € 2.890.386,00, referente à estimativa de pagamento do valor do IVA relativo à construção dos Centros Geriátricos que, por força do acordo estabelecido em Tribunal Arbitral, caberá ao Município reembolsar à Oeiras Primus, aquando da sua exigibilidade pela Autoridade Tributária, o que se vislumbra vir a ocorrer durante o ano de 2015.

Esta estimativa de pagamento encontra-se suportada na Informação Vinculativa da Autoridade Tributária quando questionada sobre esta matéria.

## Indicadores econômico-financeiros

Indicadores	2014	2013
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo Fixo / Ativo Total	93,46%	92,46%
Ativo Circulante / Ativo Total	6,54%	7,54%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	47,18%	54,58%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	19,08%	21,66%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	247,27%	252,00%
<b>Rácios de Liquidez</b>		
Liquidez Geral	1,50	0,99
Liquidez Reduzida	1,32	0,84
Prazo Segurança Liquidez	101	70
<b>Rácios de Rendibilidade</b>		
ROE	0,81%	5,46%
ROI	0,65%	4,43%
ROA	0,47%	4,25%
Rendimento do Investimento Total	3.491.963,57	23.469.275,63
Rendimento dos Fundos Próprios	2.795.038,47	19.034.597,09
Rendimento dos Fundos Alheios	696.925,10	4.434.678,54
<b>Índice de Solvabilidade</b>		
Fundos Próprios / Fundos Alheios	<b>4,44</b>	4,64
<b>Índice de Autonomia Financeira</b>		
Fundos Próprios / Ativo Líquido	80,04%	81,10%
<b>Prazo Médio de Pagamentos</b>		
PMP de acordo com DGAL (DF / A)	50	60

Os indicadores econômico-financeiros evidenciam a evolução do desempenho financeiro da Autarquia.

A estrutura do Ativo mantém-se, praticamente, inalterada face a 2013. A ligeira variação, em termos globais, resulta da variação positiva do ativo fixo ser superior à variação positiva do ativo total.

Os indicadores referentes ao Passivo evidenciam uma evolução positiva na independência do Município. A redução das dívidas de curto, médio e longo prazo resultam numa redução dos coeficientes do endividamento de curto e médio prazo.

Apesar do índice de Autonomia Financeira ter registado um decréscimo de 1,06% face a 2013 o Município apresenta valores que evidenciam capacidade de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem recorrer a empréstimos de curto ou médio e longo prazo.

A capacidade do Município honrar os seus compromissos traduz-se na redução do prazo médio de pagamento a fornecedores.

## Demonstração de Resultados por Natureza

A análise da Demonstração de Resultados por Natureza apresenta a avaliação do resultado do exercício e a forma como foi gerado bem como os valores dos custos e os proveitos.

Descrição	2014		2013		Desvio (€)	Variação
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)		
<b>Custos e Perdas</b>						
Custos das Merc. Vendidas e das Mat. Consumidas	1.228.729,62	1,19%	1.160.773,66	1,13%	67.955,96	5,85%
Fornecimentos e Serviços Externos	31.216.095,29	30,12%	38.492.002,20	37,31%	-7.275.906,91	-18,90%
Custos com o Pessoal	33.822.716,15	32,63%	33.840.371,84	32,80%	-17.655,69	-0,05%
Transf. e Sub.Correntes Conc. Prest. Sociais	9.956.908,97	9,61%	6.520.860,22	6,32%	3.436.048,75	52,69%
Amortizações do Exercício	8.790.152,63	8,48%	8.937.430,81	8,66%	-147.278,18	-1,65%
Provisões do Exercício	12.041.477,21	11,62%	5.788.629,04	5,61%	6.252.848,17	108,02%
Outros Custos	6.587.335,67	6,36%	8.435.912,22	8,18%	-1.848.576,55	-21,91%
<b>Total</b>	<b>103.643.415,54</b>	<b>100,00%</b>	<b>103.175.979,99</b>	<b>100,00%</b>	<b>467.435,55</b>	<b>0,45%</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>						
Vendas e Prestações de Serviços	14.092.197,36	13,15%	13.899.057,99	10,97%	193.139,37	1,39%
Impostos e Taxas	66.974.507,78	62,51%	83.837.055,03	66,20%	-16.862.547,25	-20,11%
Transferências e Subsídios Obtidos	18.644.513,13	17,40%	20.010.499,03	15,80%	-1.365.985,90	-6,83%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.092.655,51	1,02%	4.282.201,36	3,38%	-3.189.545,85	-74,48%
Outros Proveitos	6.331.505,33	5,91%	4.616.442,21	3,65%	1.715.063,12	37,15%
<b>Total</b>	<b>107.135.379,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>126.645.255,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>-19.509.876,51</b>	<b>-15,41%</b>
Resultados Operacionais	2.521.046,50		22.538.246,56		-20.017.200,06	
Resultados Financeiros	-1.366.517,76		1.643.915,21		-3.010.432,97	
Resultados Correntes	1.154.528,74		24.182.161,77		-23.027.633,03	
Resultados Extraordinários	2.337.434,83		-712.886,14		3.050.320,97	
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3.491.963,57</b>		<b>23.469.275,63</b>		<b>-19.977.312,06</b>	<b>-85,12%</b>

Os Custos e Perdas registam um crescimento de 0,45% comparativamente ao ano anterior. Relativamente a esta variação destacamos:

- As Transferências e Subsídios Correntes, registam um crescimento de 52,69% face ao ano de 2013. Crescimento suportado pela intensificação das políticas no âmbito do apoio social, nomeadamente através do Fundo de Emergência Social, em que é disponibilizado apoio extraordinário a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e económica.
- Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam uma variação negativa de 18,90%, refletindo uma poupança de €7.275.906,91. Esta redução é suportada por algumas medidas aplicadas em 2014:
  - Eletricidade e Água: revistos e atualizados os contratos devidos a entidades terceiras que ocupam os espaços do Município em regime de comodato;
  - Efetuados novos contratos de eletricidade para bombas de rega utilizadas em furos. Por esta via alguns jardins deixaram de utilizar água da rede pública para a rega;
  - Revisão dos contratos de eletricidade relativos a Iluminação Pública (IP), cancelando 50 locais que passaram a avença (contadores próprios).
  - A redução acentuada neste ano também resultou do facto de ter sido registado, em 2013, faturas de anos anteriores:
    - À APL no valor de € 2.705.628,23;
    - Ao SIMAS, no valor de € 1.156.365,72.
- As Provisões dos Exercício, duplicaram face ao ano transato, motivado por:
  - Aumento do valor das responsabilidades contingente com elevada probabilidade de execução a curto prazo;
  - Aumento da participação do Município no resultado negativo das Empresas Locais Participadas, com especial destaque para o SATU, com resultados negativos de €14.933.503,83;
  - Foi registada uma provisão na rubrica de cobranças duvidosas, para fazer face ao risco de incumprimento, inerente ao empréstimo concedido ao LEMO, no valor de € 878.400,00, uma vez que a recuperação da referida empresa participada não se encontra assegurada face à deliberação de liquidação;

- o Foi constituída provisão para investimentos financeiros, no montante de € 772.701,00, em consequência da dissolução das empresas Municipais, LEMO, OEIRAS PRIMUS e OEIRAS EXPO, sendo o montante da provisão o correspondente à participação do Município no capital social das mesmas.

Os Proveitos e Ganhos registam uma diminuição de 15,41% em consequência da variação negativa dos Impostos e Taxas, que registaram uma quebra de €16.862.547,25 face a 2013. A Derrama é o imposto que justifica esta diminuição, com uma quebra de € 11.209.050,48, valor justificado pelas correções efetuadas pela Administração Tributária.

Do balanceamento entre os Custos e Proveitos decorre um Resultado Líquido do Exercício no valor de €3.491.963,57, inferior ao valor do ano anterior em 85,12%.

## Proposta de Aplicação do Resultado Líquido

Nos termos do ponto 2.7.3. das Considerações Técnicas do POCAL previsto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro, face ao resultado positivo de € 3.491.963,57 apurado no ano de 2014, propõe-se a constituição da Reserva Legal obrigatória aplicando o restante Resultado Líquido do Exercício em Resultados Transitados dado que o valor contabilístico da conta 51 «Património» é superior a 20% do Ativo Líquido:

- Reserva Legal (conta 571) € 174.598,18
- Resultados Transitados (conta 59) € 3.317.365,39

## Apuramento da Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) veio, através do art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de Dívida Total de operações orçamentais.

Assim, o n.º 1 do art.º 52.º da referida Lei, vem definir o cálculo do limite da dívida total dos municípios com base na receita corrente cobrada líquida nos três últimos anos.

Atendendo a que os serviços municipalizados constituem serviços dos municípios, embora estruturados segundo modelo empresarial, as receitas dos mesmos contribuem para o cálculo do limite da dívida do respetivo Município.

SIMAS	2011	2012	2013
Receita corrente cobrada líquida	57.014.958	57.816.900	51.600.934
Receita corrente líquida cobrada ao Município (-)	2.710.152	2.497.940	1.295.964
<b>Total receita (extra Município)</b>	<b>54.304.806</b>	<b>55.318.960</b>	<b>50.304.970</b>
<b>(A) Município de Oeiras: 50% comparticipação</b>	<b>27.152.403</b>	<b>27.659.480</b>	<b>25.152.485</b>
<b>Município</b>			
Receita corrente cobrada líquida	103.362.822	106.433.413	106.964.294
Receita corrente líquida cobrada ao SIMAS (-)			
<b>(B) Total receita (extra SIMAS)</b>	<b>103.362.822</b>	<b>106.433.413</b>	<b>106.964.294</b>
<b>(A) + (B) = Receita líquida do Município</b>	<b>130.515.225</b>	<b>134.092.893</b>	<b>132.116.779</b>
<b>Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos</b>	<b>132.241.632,49</b>		
<b>Limite da dívida total 2014</b> (1,5 * média da receita cor. cobrada líquida dos últimos 3 anos)	<b>198.362.448,74</b>		

O apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município, engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa do Município, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, conforme estipula o art.º 52.º da Lei n.º 73/2003 de 3 de setembro.



Comparando com igual período do ano anterior, constata-se que reduzimos o valor da dívida, à data de 31 de dezembro, verificando-se uma redução de €12.484.932,55.

<b>Dívida total</b>		
	<b>30-12-2014</b>	<b>31-12-2013</b>
<b>Dívida a terceiros</b>		
Empréstimos	27.529.100,11	30.416.416,55
Contratos de locação financeira	13.794,45	0,00
Outras formas de endividamento	25.797.597,38	27.100.556,89
Débitos a terceiros	17.512.912,68	18.785.683,22
<b>Total dívida a terceiros</b>	<b>70.853.404,62</b>	<b>76.302.656,66</b>
<b>Extra orçamentais</b>		
Débitos a terceiros	-3.405.125,67	-1.844.706,62
<b>Contribuição SEL para a Dívida Total</b>		
Entidades Participadas	16.962.473,54	22.437.735,00
<b>Dívida total de operações orçamentais do município</b> (engloba as entidades e exclui não orçamentais)	<b>84.410.752,49</b>	<b>96.895.685,04</b>
<b>Margem Absoluta</b>	<b>113.951.696,24</b>	
<b>Utilização da margem disponível (20%)</b>	<b>22.790.339,25</b>	

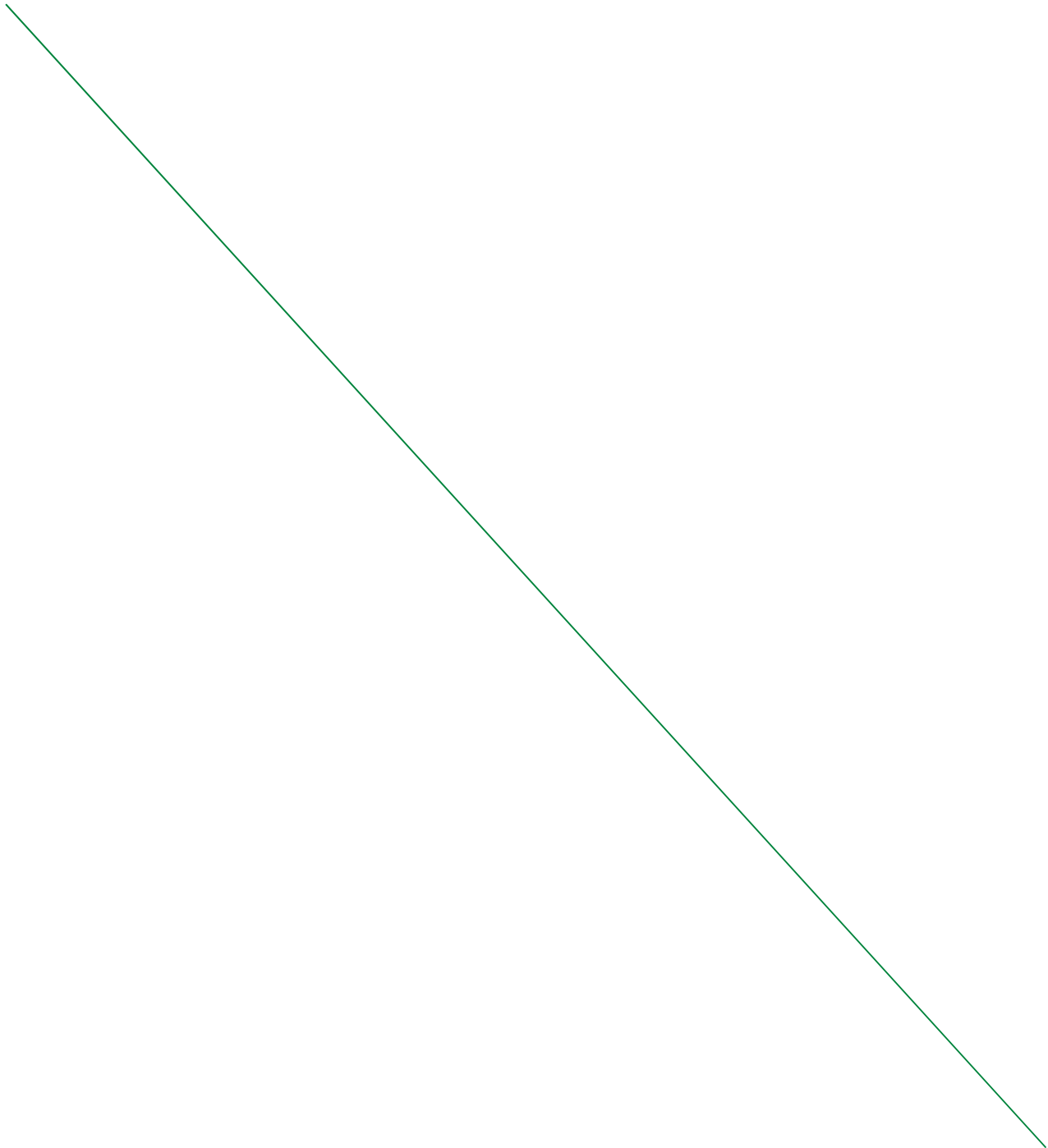
A participação do Município nas entidades que relevam para efeitos de dívida total justifica-se da seguinte forma:

Entidades	Dívida Total Entidade	% Participação	Valor
SIMAS	4.419.904,39	50%	2.209.952,20
LEMO	1.244.399,69	100%	1.244.399,69
SATU - Oeiras	13.111.283,08	51%	6.686.754,37
Oeiras Expo, SA	13.647.280,39	49%	6.687.167,39
Fundação Marquês de Pombal	68.062,26	13%	8.507,78

Entidades	Dívida Total Entidade	% Participação	Valor
OEINERGE	18.287,19	72%	13.250,90
AITEC / OEIRAS Invest	11.147,97	50%	5.573,99
E.I.A	1.983.997,00	3%	56.543,91
ISQ - Centro de Incubação de Empresas, Lda.	4.704.679,57	1%	25.028,90
AMTRES	109.499,92	20%	21.899,98
AMPV- AM Portugueses do Vinho	2.000,00	3%	54,00
RPCS_Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	1.671,47	0,01%	0,17
AML	32.277,00	5%	1.759,10
ARTEMREDE - Teatros Associados	6.603,33	10%	633,92
AMEGA	4.179,69	11%	445,55
ANMP	5.854,00		501,70
<b>Total</b>			<b>16.962.473,54</b>

Efetuada a extrapolação para 2015, o limite da Dívida Total do Município será de € 203.858.344,79.

SIMAS	2012	2013	2014
Receita corrente cobrada líquida	57.816.900,13	51.600.934,21	54.018.546,26
Receita corrente líquida cobrada ao Município (-)	2.497.939,94	1.295.964,22	1.190.199,86
<b>Total receita (extra Município)</b>	<b>55.318.960,19</b>	<b>50.304.969,99</b>	<b>52.828.346,40</b>
<b>(A) Município de Oeiras: 50% comparticipação</b>	<b>27.659.480,10</b>	<b>25.152.485,00</b>	<b>26.414.173,20</b>
<b>Município</b>			
Receita corrente cobrada líquida	106.433.413,28	106.964.294,07	115.092.843,93
Receita corrente líquida cobrada ao SIMAS (-)			
<b>(B) Total receita (extra SIMAS)</b>	<b>106.433.413,28</b>	<b>106.964.294,07</b>	<b>115.092.843,93</b>
<b>(A) + (B) = Receita líquida do Município</b>	<b>134.092.893,38</b>	<b>132.116.779,07</b>	<b>141.507.017,13</b>
<b>Média da receita corrente cobrada líquida últimos 3 anos</b>	<b>135.905.563,19</b>		
<b>Limite da dívida total para 2015</b> (1,5 * média da receita cor. cobrada líquida dos últimos 3 anos)	<b>203.858.344,79</b>		



ORGÃO EXECUTIVO  
Em ... de ..... de  
.....

ORGÃO DELIBERATIVO  
Em ... de ..... de  
.....